



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM  
TEXTO E DISCURSO**

**EDILAIR JOSÉ DOS SANTOS**

**DO JOVEM PARA O JOVEM: DISCURSO E SUJEITO NA PASTORAL DA  
JUVENTUDE DO BRASIL**

**CATALÃO  
2013**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM  
TEXTO E DISCURSO**

**EDILAIR JOSÉ DOS SANTOS**

**DO JOVEM PARA O JOVEM: DISCURSO E SUJEITO NA PASTORAL DA  
JUVENTUDE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - nível de Mestrado - da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial de créditos para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior

**CATALÃO  
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)  
GPT/BSCAC/UFG**

S237d Santos, Edilair José dos.  
Do jovem para o jovem [manuscrito]: discurso e sujeito na  
pastoral da juventude do Brasil / Edilair José dos Santos. - 2013.  
x, 108 f.: il., figs, tabs.

Orientador: Profº Dr. Antônio Fernandes Júnior.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,  
Campus Catalão, Departamento de Letras, 2013.

Bibliografia.

Inclui lista de ilustrações, abreviaturas e siglas.

Apêndice.

1. Pastoral da juventude. 2. Análise do discurso. 3. Identidade. 4.  
Sujeito. 5. Subjetivação. I. Título.

CDU:81'42:27-48

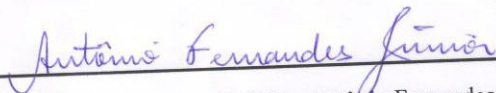
EDILAIR JOSÉ DOS SANTOS .

**“DO JOVEM, PARA O JOVEM: discurso e sujeito na pastoral da  
juventude do Brasil”**

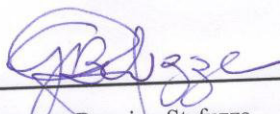
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem, área de concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

Aprovado em 24 de julho de 2013.

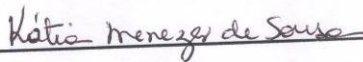
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior  
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão



Profª Drª Grenissa Bonvino Stafuzza  
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão



Profª Drª Kátia Menezes de Sousa  
Universidade Federal de Goiás – Faculdade Letras

Àqueles que se organizam e dão voz à juventude em todo o Brasil.

Aos (às) jovens que, neste momento, vão às ruas e gritam pelo fim da corrupção e melhor qualidade dos serviços públicos.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a um Ser “superior” que justifica nossa existência.

Ao Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem (PMEL) da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFG-CAC), ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior pela dedicação e orientação.

A tantos colegas e amigos que dividiram comigo esse momento durante os dois anos de estudo. Àqueles/àquelas com quem constituí amizade no percurso do mestrado e a outros/outras que deles distanciei devido ao mesmo curso.

Àqueles e àquelas que se dedicaram, contribuindo com as discussões teóricas, correções, debates e leituras. Sem os quais, certamente, não conseguiria chegar ao término.

À Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) por ter possibilitado desenvolver um outro olhar sobre a sociedade.

De forma muito especial, agradeço a minha esposa, Fernanda da Silva Soares, pelos distanciamentos necessários e, por igual compreensão e incentivo.

Aos meus pais – Pedro e Ordália, por me concederem a possibilidade de estudar, privilégio da minoria neste País.

Agradeço a minha filha, Natália Cibele, por estar junto, torcer, vibrar, acreditar (até demais) e, por isso, tornar-se um dos motivos da continuidade dos estudos.

O discurso comanda, reprime, persuade, organiza. [...] Seus efeitos sobre o conhecimento podem ser assim efeitos de poder.

(VEYNE, 2008, p. 169)

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção do discurso da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa, visando avaliar a constituição dos discursos na década de 1980 e no início do século XXI. Compõem o corpus deste estudo dois documentos que listam diretrizes para a evangelização da juventude católica brasileira nos períodos históricos indicados: o primeiro é o documento 44 da coleção estudos (coleção verde) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), publicado em 1986; o segundo, é o documento 85 da coleção documentos (coleção azul) da CNBB, publicado em 2007, por ocasião da realização da V Conferência Episcopal Latino-americana na cidade de Aparecida (SP). Esta pesquisa apoia-se em enunciados coletados no corpus a partir dos quais vislumbramos analisar os dizeres políticos que atravessam o discurso religioso do documento 44 (1986) e a predominância de enunciados ligados aos dizeres do discurso religioso neopentecostal no documento 85 (2007). Em nossas análises, entendemos o enunciado como algo que ultrapassa a dimensão puramente gramatical e/ou linguística do documento ou de um texto, algo efetivamente produzido na sua condição de função enunciativa, que implica um sujeito, um suporte, uma data e um lugar, marcando sua condição de acontecimento, tal como nos explica Foucault em *Arqueologia do Saber*. Tomamos o enunciado como categoria metodológica que nos auxiliou na leitura dos documentos supracitados. Outrossim, observamos no corpus a objetivação/subjetivação do jovem construída pela prática discursiva da Pastoral da Juventude nesses períodos para referendar a constituição do sujeito indicada nas diretrizes estabelecidas pelos documentos, tendo em vista que os processos de subjetivação são modos de vida por meio dos quais os indivíduos se constituem em sujeitos. Como nosso recorte analítico centra-se na análise de documentos, cumpre destacar que o processo de subjetivação ao qual nos referimos será tomado como indicação ou como diretriz delineada pelos documentos, ou seja, o movimento de objetivação/subjetivação será tomado como direcionamento para o jovem que aderir ou constituir-se como sujeito dessa instituição religiosa. Na Pastoral da Juventude, constrói-se uma identidade juvenil, pois, ao ingressar nessa instituição, o jovem se constitui sujeito da PJ ao assumir os princípios pastorais definidos pelos ensinamentos pastorais. Logo, propomo-nos a analisar a construção de identidade desejada pela PJB.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pastoral da Juventude. Análise do Discurso. Identidade. Sujeito. Subjetivação.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the construction of the discourse of PJB the bias of Discourse Analysis of french line, to evaluate the formation of the discourse of youth ministry in the 1980s and early twenty-first century. It composes the corpus of this study two documents that list guidelines for the evangelization of Catholic youth in Brazilian historical periods indicated: the first is the document collection 44 studies (green collection) of the National Conference of Bishops of Brazil, published in 1986, and the second document to be parsed is the document 85 of documents collection (blue collection) CNBB, published in 2007, on the occasion of the V Latin American Episcopal Conference in Aparecida (SP). This research supports in statements collected in the corpus from which we glimpse to analyze the words that cross political religious discourse of the Document 44 (1986) and the predominance of statements related to the sayings of the Pentecostal religious discourse in document 85 (2007). In our analyzes, we understand the statement as something that goes beyond the purely grammatical dimension and / or linguistic document or a text, something actually produced in its condition of enunciative function, which implies a subject, a support, a date and a place, even marking its condition, as Foucault explains in the Archeology of Knowledge. We take the statement as a methodological category that assisted us in reading the above documents, enabling us to realize the youth ministry documents the crossing of religious discourse with history and social issues. Moreover, we observe in the corpus objectification / subjectification of the young built by discursive practice of youth ministry at these periods to ratify the constitution of the subject indicated in the guidelines established by the documents, given that the processes of subjectivation are ways of life through which individuals constitute subjects. As our analytical approach focuses on analysis of documents, should be noted that the process of subjectivity to which we refer will be taken as an indication or guideline outlined in the documents, in other words, the movement of objectivity / subjectivity will be taken as guidance for the youth who join or constitute themselves as subjects of this religious institution. In the Youth Ministry, they build a youth identity, because when joining this institution, and becomes a subject, the young takes an identity that is (re) defined by the teachings of Youth Ministry. Therefore, we propose to analyze the construction of desired identity that comes from subjective processes by which individuals-young will.

**KEYWORDS:** Youth Ministry. Discourse Analysis. Identity. Subject. Subjectivity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Doc. 44: Pastoral da Juventude no Brasil (CNBB, 1986) .....	66
Figura 2: Doc. 85: Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais (CNBB, 2007) .....	68
Quadro 1: Matriz elaborada com enunciados coletados do documento 44 - Pastoral da Juventude no Brasil – Coleção Estudos. CNBB, 1986 .....	72
Quadro 2: Enunciados documento 44: proposta de mudança e perfil identitário desejado.	84
Quadro 3: Enunciados que denotam posição-sujeitos da IC e objetivação dos jovens.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	–	Ação Católica
ACB	–	Ação Católica do Brasil
ACE	–	Ação Católica Especializada
AD	–	Análise do Discurso
AD1	–	1ª Fase da Análise do Discurso
AD2	–	2ª Fase da Análise do Discurso
AD3	–	3ª Fase da Análise do Discurso
CEBs	–	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	–	Conferência Episcopal Latino-americana
CEP	–	Comissão Episcopal de Pastoral
CNBB	–	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DNJ	–	Dia Nacional da Juventude
DSN	–	Doutrina da Segurança Nacional
FD	–	Formação Discursiva
FI	–	Formações Ideológicas
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	–	Igreja Católica
JAC	–	Juventude Agrária Católica
JEC	–	Juventude Estudantil Católica
JIC	–	Juventude Independente Católica
JOC	–	Juventude Operária Católica
JUC	–	Juventude Universitária Católica
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PJ	–	Pastoral da Juventude
PJB	–	Pastoral da Juventude do Brasil
PJE	–	Pastoral da Juventude Estudantil
PJMP	–	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	–	Pastoral da Juventude Rural
RCC	–	Renovação Carismática Católica
TL	–	Teologia da Libertação
UNE	–	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 NASCEDOURO DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL – A IGREJA SE FAZ JOVEM</b> .....	17
1.1 Um olhar sobre a Igreja de 1920 a 1940 - a Ação Católica (AC).....	17
1.2 JOC e JUC: juventude católica – intelectualizada e politizada – 1950 A 1960 .....	21
1.3 Juventude e participação - 1968 - Os jovens se fizeram ouvir .....	23
1.4 Maio de 1968 na França .....	24
1.5 A juventude da década de 1970 e 1980 e a criação da Pastoral da Juventude do Brasil... 26	
1.6 PJ e Teologia da Libertação – jeito de ser Igreja.....	33
1.7 Processo de formação da PJ – proposta pedagógica de educação na fé.....	37
1.8 A importância de uma Igreja Popular para a redemocratização do Brasil e a transformação do discurso da Igreja Católica .....	38
1.9 Anos de 1990 – eis que surge uma “nova” Igreja .....	40
<b>2 BASES TEÓRICAS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO, IDENTIDADE E JUVENTUDE</b> .....	43
2.1 Um olhar histórico sobre o surgimento da Análise do Discurso .....	43
2.3 Considerações sobre discurso e seus constituintes .....	49
2.4 O discurso e suas possibilidades de utilização .....	53
2.5 Alguns Aspectos concernentes à identidade juvenil.....	55
<b>3 ANÁLISE DISCURSIVA: O SUJEITO JOVEM NA PJB</b> .....	61
3.1 Documentos que conduzem à evangelização da juventude na PJ .....	61
3.2 O documento 44 – coleção estudos – CNBB .....	61
3.3 Documento 85 – coleção documentos da CNBB .....	63
3.4 O discurso da PJ e a influência do período histórico – década de 1980.....	67
3.5 Perfil identitário do jovem traçado no corpus .....	80
3.6 O discurso da PJ sob a influência neoliberal – os anos de 1990 .....	83
3.7 Posições-sujeito ocupadas pela Igreja Católica e pela Pastoral da Juventude.....	90
3.8 Discursos produzidos em diferentes momentos históricos.....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
<b>APÊNDICE A</b> .....	105
<b>ANEXOS</b> .....	108

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, é relevante destacarmos que o título da dissertação – “Do jovem para o jovem: discurso e sujeito na Pastoral da Juventude do Brasil” – refere-se à atuação do jovem na Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) nas duas décadas em que os dados do corpus foram coletados. O documento 44 (1986) foi elaborado a partir da experiência dos jovens que participavam da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) na época, pois nesse período a PJB era a organização de juventude que reunia todos os movimentos de juventude católica. Ou seja os jovens evangelizavam os jovens. Já o documento 85 (2007) reúne vozes de todas as organizações católicas que visam à evangelização dos jovens, nesse sentido há um discurso voltado para os jovens que participam da Igreja Católica (IC). Há vários segmentos partícipes da evangelização do jovem, e a PJB é apenas uma parte desse processo.

Nosso trabalho, cujos fundamentos teóricos pautam-se na Análise do Discurso de linha francesa, tem como enfoque básico a análise do discurso religioso da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB), segmento ligado à Igreja Católica. O corpus da pesquisa constitui-se de documentos publicados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (doravante CNBB) na década de 1980, documento 44 da coleção estudos (coleção verde) Pastoral da Juventude no Brasil, (CNBB, 1986) e documento 85 da coleção documentos da CNBB (coleção azul) Evangelização da Juventude – desafios e perspectivas (CNBB, 2007) publicado por ocasião da Conferência Episcopal Latino-americana ocorrida na cidade de Aparecida (SP), marcada pela presença do Papa Bento XVI, o que se tornou um importante acontecimento histórico para a Igreja Católica do Brasil.

Dois aspectos peculiares de cada documento foram importantes para a nossa análise. O primeiro documento analisado foi produzido em um momento histórico-político em que o Brasil saía da ditadura militar. Nesse sentido, analisaremos a incidência dos enunciados políticos de esquerda atravessando o discurso religioso. O documento produzido em 2007 torna-se importante para a Igreja e, especialmente, para a Pastoral da Juventude por ser o primeiro documento oficial da Igreja Católica (doravante IC) sobre a evangelização da juventude, além de que é atravessado por dizeres pentecostais. Portanto, as duas obras são influenciadas pelas condições de produção de cada período histórico. Na década de 1980, há uma forte influência da Teologia da Libertação e no início do século XXI, o discurso religioso católico é marcado por enunciados pentecostais. Ambas as publicações representam mudanças no discurso da IC realizadas desde a década de 1920.

O século XX foi marcado por amplas transformações na Igreja, eventos como o Concílio Vaticano II (1962-1965) e as conferências episcopais latino-americanas tornam-se significativas para essas mudanças. Nesse contexto, um dos mais significativos eventos da IC ocorre em 1968 quando os bispos da América Latina realizaram, em Medellín na Colômbia, a II Conferência Episcopal Latino-americana. Na oportunidade, eles discutiram a necessidade de participação efetiva da IC na transformação social latino-americana, porque, segundo o entendimento dos bispos presentes na conferência, os problemas político-sociais enfrentados pela América Latina eram maiores que a Igreja.

A partir das definições tomadas em Medellín, os jovens se tornaram um novo corpo social, pois tiveram seus próprios valores, ideais, dinamismo e sonhos, por isso, configuravam um grupo social que a Igreja deveria mobilizar na participação política. Assim, o texto de conclusão da conferência refere-se aos jovens como “grande força nova de pressão” visto que, conforme o documento de conclusões da Conferência Episcopal de Medellín, a juventude representava um segmento social promissor e, portanto, a Igreja deveria ampliar sua atuação, também, junto a essa categoria, propiciando estratégias de evangelização. Na III Conferência Episcopal, realizada em 1979 na cidade de Puebla no México, os bispos, representantes da IC da América Latina, fizeram duas importantes opções preferenciais: a primeira pelos pobres e a segunda pelos jovens. A escolha pelos jovens é feita visando a sua missão evangelizadora no continente em virtude dos acontecimentos que envolviam os jovens. Os bispos solicitaram o desenvolvimento de uma pastoral juvenil organizada e que atendessem atenta à realidade dos jovens.

Destarte, a Pastoral da Juventude surge no final da década de 1970, inspirada por um olhar sócio-político-cristão. O desejo da Pastoral da Juventude do Brasil (doravante PJB) é tornar-se um espaço de formação cristã e conscientização da juventude, para enfrentarem o regime opressor da ditadura militar que o povo brasileiro, especialmente a juventude, vivenciava. O objetivo da PJB seria atuar junto ao jovem, trabalhando em seu espaço social e, aos poucos, contribuir para a formação religiosa e política. Portanto, o discurso da PJB, na década de 1980, articula elementos políticos e religiosos no processo de formação do jovem.

Essa preocupação deve-se ao fato de que, desde o golpe militar aplicado em 1964, os movimentos sociais haviam perdido força ou se organizavam de maneira clandestina. Em função dessas questões, os jovens tornaram-se alvos das organizações que os valorizavam em face dos acontecimentos políticos daquele contexto histórico, e da necessidade de enfrentamento político-ditatorial.

Nesse sentido, grandes mudanças ocorreram no Brasil. Após anos de repressão e luta contra os militares, o final da década de 1970 e o início dos anos 80 foram marcados pela abertura política do governo de General João Batista Figueiredo (1979-1985) que concedeu anistia aos exilados do país e anunciou o fim do regime militar no Brasil. Diante disso, os movimentos sociais, sindicatos, a Igreja e os partidos de esquerda viram a possibilidade de atuação junto à sociedade “conscientizando-a” para a redemocratização. Nessa conjuntura se insere a PJB. Essas foram as condições de produção em que alicerçam o surgimento da Formação discursiva da Pastoral da Juventude.

Consoante a isso, podemos analisar o discurso da PJB a partir de diferentes aspectos, considerando que tal discurso acontece em distintos períodos históricos, sendo que o mesmo está diretamente relacionado às (trans)formações ideológicas e discursivas pelas quais passavam a IC. São, exatamente, esses enunciados sócio-político-cristãos que serão parte do objeto desta pesquisa. Propomos, então, analisar a formação discursiva da PJB, na década de 1980, a partir da singularidade dos enunciados sociopolíticos que a constituem, considerando que, conforme diz Foucault (2000, p. 111), “uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular.” Assim, focalizaremos os enunciados efetivamente produzidos nessa época, considerando suas singularidades, em vista do momento histórico-religioso e as interferências de situações externas ao processo discursivo da IC.

Assim, consideramos o discurso religioso cristão como a base da formação ideológica da PJ, pois os principais aspectos teóricos trabalhados na formação da PJB, inicialmente, residem em uma formação sócio-político-cristã, pois ela entende que o jovem necessita de formação em todos os aspectos, não apenas espiritual, portanto, a formação discursiva da PJB pressupõe uma formação que garanta o equilíbrio pessoal, intelectual e de integração consciente do jovem ao mundo do qual faz parte.

Um dos motivos que nos levou a desenvolver esta pesquisa foi a participação na Pastoral da Juventude (PJ) da Igreja Católica em Caldas Novas, na Diocese de Ipameri e, mais tarde, na Regional Centro-Oeste-CNBB, experiência que nos fez tomar uma outra posição ideológica na sociedade e que, posteriormente, nos levou a pesquisar sobre “A construção do discurso do jovem na Pastoral da Juventude da Igreja Católica”, trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação *Latu sensu* da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Catalão - Especialização em Letras – Leitura e Ensino – em 2009/2010. A referida pesquisa investigou a constituição do discurso do jovem a partir da evangelização proposta pela Pastoral da Juventude e teve um caráter histórico, trazendo à baila os aspectos da constituição

dessa Pastoral, sua ascensão, a participação dos jovens, a interferência dos movimentos religiosos e o declínio da PJB na década de 1990.

De acordo com a pesquisa realizada, percebemos que a prática discursiva do jovem da PJB está atravessada por uma práxis sociopolítica que o leva a construir novos sentidos para seu discurso e privilegia o elemento ideológico que permeia a transformação social do integrante do movimento.

A ação da PJB, inicialmente, se alicerça em uma atuação histórica, cristã e social, pois entende que o jovem necessita de formação em todos os aspectos, denominado de formação integral pela PJB. Assim, o discurso da PJB deve ser visto como uma estrutura histórica e social composto pela relação dos sujeitos históricos com elementos extralinguísticos.

Reafirmamos, então, que apresentamos como objeto de pesquisa esse conjunto de regras, de valores e ideais, vinculados às condições de produção do discurso da PJB, para, dessa forma, analisar os atravessamentos desse discurso, visto que os documentos produzidos em épocas distintas são permeados por diferentes elementos discursivos.

Com o intuito de compreender os enunciados que atravessam a produção discursiva dessa instituição, trataremos das transformações ocorridas no processo de evangelização aludido pela Pastoral, interpretando as condições de produção, as práticas de subjetivação e as transformações identitárias indicadas aos jovens que se inscrevem na formação discursiva da PJB, como sujeitos idealizados por essa Pastoral. Desse modo, procuramos mostrar, em nossas análises, que a construção do discurso da PJB, cujas condições de produção estão ligadas ao contexto sócio-histórico, visa à construção identitária do sujeito envolvido no processo de evangelização da PJB, considerando que as identidades se constituem em importante percepção para se trabalhar e aceitar as diferenças, logo a formação discursiva da PJB procura localizar o sujeito jovem, membro dessa pastoral, enquanto protagonista de sua história.

É relevante ressaltar que, também, visamos, em nossas análises, compreender o processo de adequação do discurso da IC no início do século XXI. Nesse momento há outro contexto histórico-político, marcado pela política neoliberal que influenciará as ações do capitalismo acentuado pelo processo de globalização. Essa conjuntura estreitou as distâncias entre as nações e facilitou o acesso aos recursos tecnológicos, provocando o acesso quase instantâneo às informações que atingem o espaço social, bem como o juvenil.

Diante de tal realidade, ponderando que trabalharemos com o discurso produzido para a juventude, é importante pensar a constituição desse sujeito discursivo, pois o sujeito não é homogêneo, haja vista que é constituído social, histórica e ideologicamente.

Dessa forma, consideramos, numa visão foucaultiana, que o discurso é uma prática, atravessado por condições de produção, pois surge a partir das experiências do sujeito, logo o discurso é marcado pela história. Reforçamos, portanto, que procuramos compreender o enunciado na sua singularidade, conforme sua aparição em distintos momentos históricos permeado por diferentes posições do sujeito, pois todo enunciado se insere em uma determinada materialidade numa relação de coexistência.

Os documentos da CNBB (doc. 44 – 1986 e doc. 85 – 2007) servirão como fonte principal de análise para, justamente, utilizando-se de seus enunciados, correlacionar os acontecimentos discursivos de duas épocas da Pastoral, analisando sua formação discursiva a partir dos seus dizeres que se inscrevem em um lugar e em uma época específica. Consoante à formação discursiva, é importante dizer que há enunciados diversos para cada unidade do discurso que se dão através de um complexo de formações ideológicas, segundo afirma Pêcheux (2009).

Este trabalho está dividido em três seções que buscam refletir sobre a constituição do discurso da PJB a partir de enunciados coletados nos documentos da CNBB. No primeiro capítulo, denominado “Nascedouro da Pastoral da Juventude – a ‘Igreja se faz jovem’”, desenvolvemos uma discussão sobre importantes momentos da Igreja Católica no Brasil que possibilitaram o surgimento da PJB cuja história fundamenta a construção do seu discurso, objeto de pesquisa e análise de nosso trabalho. Para compreendermos melhor este segmento da Igreja Católica (IC), destacamos alguns momentos relevantes para a constituição/transição do discurso religioso. Explanaremos os fatores que contribuíram para a constituição da PJB, a participação da Igreja Católica nos acontecimentos políticos brasileiros (participação/enfrentamento da Ditadura Militar), a influência da Ação Católica (AC) no formato da Pastoral da Juventude do Brasil e em seu método de evangelização. Abordaremos, ainda, a atuação da juventude brasileira frente ao momento político das décadas de 1960 e 1970 bem como a sua participação na IC neste período e, por fim, enfatizaremos a influência da Teologia da Libertação na proposta da PJB.

Essa revisitação da história é importante, pois a PJB tem sua origem nas primeiras transições da IC no início do século XX com o surgimento da Ação Católica cujas práticas, mais tarde, farão surgir a Ação Católica Especializada (ACE), as juventudes especializadas e, por fim, a PJB.

Na segunda seção, intitulada “Bases teóricas sobre Análise do discurso, identidade e juventude”, pautados pelas discussões teóricas sobre importantes noções-conceito da Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa a qual norteará as reflexões de nosso trabalho,

abordaremos tais noções a partir dos principais representantes da AD de linha francesa destacando, entre eles, Michel Pêcheux (1993, 2006, 2009) e Michel Foucault (1998, 2000, 2006, 2009) cujos pressupostos serão fundantes neste trabalho, além das estudiosas Malidier (2003) e Gregolin (2004, 2006, 2010). Assim, faremos um percurso histórico sobre a constituição da AD e exploraremos as noções de discurso, enunciado, formação discursiva, processos de subjetivação e objetivação. Somam-se, a esta discussão, as reflexões de Woodward (2011), Silva (2011) e Hall (2006, 2011), sobre o conceito de identidade na pós-modernidade, bem como as noções de identidade juvenil e juventude católica, desenvolvidas por Novaes (2007) Esteves e Abramoway (2007), dentre outros, que serão acionados ao longo do texto.

Na terceira seção, nomeada “Análise discursiva: o sujeito jovem na PJB” será desenvolvida a análise dos documentos da PJ, a partir de enunciados coletados do corpus, destacando como o discurso produzido pela PJ indica modos de constituição do sujeito nessa instituição, a partir da análise dos enunciados pastorais, além das posições-sujeito que constroem identidades no discurso pastoral, bem como a interferência das condições de produção na constituição dos enunciados. Inicialmente, porém, caracterizaremos os documentos que constituem o corpus da pesquisa, dando a conhecer ao leitor como os documentos são construídos e as diretrizes que indicam o modo como os jovens são objetivados nos mesmos. Observaremos a forma como os documentos apontam possibilidades de, uma vez inscritos na formação discursiva (FD) da Pastoral da Juventude (PJ), os jovens se constituírem como sujeitos dessa prática discursiva.

Pretendemos, portanto, que este seja um trabalho que discuta os pressupostos da AD francesa no Brasil e contribua, ainda, para os estudos da identidade religiosa juvenil desejada pela IC brasileira, bem como para a consolidação de estudos sobre a juventude no século XXI.

## CAPÍTULO 1

### 1 NASCEDOURO DA PASTORAL DA JUVENTUDE – A IGREJA SE FAZ JOVEM

Conforme explanado na introdução, nesta seção, faremos um levantamento histórico das ações e transformações ocorridas no interior da IC durante o século XX, desde os anos de 1920, quando iniciou a abertura da Igreja para a participação dos leigos<sup>1</sup> nos serviços de evangelização. A prática da Teologia da Ação Católica (TAC) iniciada na década de 1920 culminará na criação das juventudes especializadas e, mais tarde, nas Pastorais de Juventude. A seção está dividida em consonância com cada período em que ocorreram importantes mudanças na prática e no discurso da IC. Assim, ao abordar o período de 1920 a 1940, apresentamos o surgimento da AC; os movimentos de organização da juventude católica de 1950 a 1960, momento em que se destacam a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC); enfocando os anos de 1960, período histórico marcante para as organizações de juventude. Seguindo essa linha de pensamento, os anos de 1970 e 1980, abordando a criação e a expansão da PJ e, por fim, os anos de 1990 que são marcados pelo declínio da proposta de evangelização da PJ e o crescimento dos movimentos eclesiais.

#### 1.1 Um olhar sobre a Igreja de 1920 a 1940 - a Ação Católica (AC)

Embora não haja, até o século XX, muitos registros católicos sobre a participação dos jovens na Igreja, especialmente a partir da década de 1920, estes ocuparam lugar de destaque nos trabalhos de evangelização, já que a Igreja sabia da necessidade de se renovar para reconquistar seu espaço diante das instituições de poder.

Politicamente, a IC vivia um período de tensão com o Estado, haja vista que, desde a criação da República, em 1889, o Brasil passava à condição de país laico<sup>2</sup>. Em função disso, a Religião Católica deixara de ser a religião oficial do País. Tal condição de Estado laico influenciará, portanto, na evangelização proposta pela IC durante todo o século XX, inclusive, a participação da juventude nessa Igreja. Por não estar mais tão próxima do Estado, a

<sup>1</sup> De acordo com a CNBB, leigos são pessoas que atuam no serviço da IC assumindo funções que eram desempenhadas somente por sacerdotes e/ou religiosos e religiosas.

<sup>2</sup> Segundo a constituição republicana promulgada em 24/02/1891 cujo texto do artigo 172, parágrafo 3º, afirma que “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.” Ainda sobre o estado laico a mesma constituição, através do artigo 172, parágrafo 7º, reitera que “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.” Estes textos explicitam a natureza de Estado laico dos Estados Unidos do Brasil.

Instituição Católica redimensionou seus discursos e suas práticas, deixou os “porões do templo” e se colocou nas ruas para tentar atingir o povo. Embora frisemos as mudanças clericais no Brasil, é importante salientar que não somente no Brasil ocorreram transformações, mas todo o mundo passou por significativas mudanças políticas que provocariam o distanciamento da IC e do Estado.

Talvez seja questionável a narração de fatos tão anteriores à criação da Pastoral da Juventude para se referir à sua fundação, porém tais acontecimentos são determinantes para a transformação do discurso da Igreja Católica no século XX. Esses eventos fazem parte da formação discursiva da Igreja Católica, por estabelecerem uma “abertura política” em seu discurso. Consoante à formação discursiva da IC, observamos que esta instituição busca atingir a todas as pessoas, com um discurso de verdade sem estabelecer preferências, desde que sejam adeptos ao cristianismo. Especialmente, no século XX, fez-se necessário construir suas práticas contrapondo-se a outro discurso que ocupava importante espaço social, o discurso das igrejas evangélicas que surgiram e conquistaram seu lugar, em virtude da categoria de estado laico. Outrossim, a República laica não tem obrigações com nenhuma instituição religiosa.

Esta nova conjuntura faz com que, na década de 1920, surja a Ação Católica na Itália, cuja finalidade é a “participação dos leigos no apostolado, no estabelecimento do Reino” (AMARAL, 2010, p. 91). Preocupada com a possível saída de cristãos em virtude do surgimento de Igrejas evangélicas<sup>3</sup>, a cúpula católica determina a valorização da pessoa do leigo católico para mantê-lo presente na instituição, temente a Deus e seguidor da doutrina sacramental.

A Teologia da Ação Católica, cujo objetivo é estabelecer métodos para a permanência dos fiéis na Igreja, surgiu no Brasil na década de 1930, tendo em vista a preocupação com a secularização das ações católicas e o crescente avanço das igrejas evangélicas. Assim, propõe-se uma igreja social, a qual deve aproximar-se das bases da comunidade, facilitando, portanto, a ação evangelizadora para fazer frente às igrejas que surgiam e, desse modo, reconquistar o espaço perdido desde a instituição do Estado Laico. Diante disso, uma das práticas da Ação Católica era proporcionar alternativas para que os católicos demonstrassem, na vida social e nos cargos públicos, suas convicções, as quais deveriam estar comprometidas com a

---

<sup>3</sup> No dia 10 de maio de 1855 foi criada a primeira Igreja Evangélica de estilo congregacionista e de fala portuguesa no Brasil: A Igreja Fluminense. Em 1916, com a união de diferentes denominações evangélicas, foi registrada a Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais. Mais tarde surgiram diferentes linhas de Igrejas Congregacionais as quais se desenvolveram histórica e doutrinariamente de forma independente. (História. Igreja Evangélica Congregacional do Brasil. Disponível em: <<http://www.iecb.org.br/?id=historia>>. Acesso em: 19 dez. 2012.)

hierarquia eclesial em vista da restauração de uma sociedade pautada nos ideais cristãos católicos. Segundo o pensamento de Gramsci (2001, p. 152 apud SOFIATI, 2012a, p. 38)

a Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião católica: de uma época em que ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo de uma sociedade em sua totalidade), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve dispor de um partido próprio.

Essa preocupação com o totalitarismo católico, através da imposição de expandir as ações, doutrinas e dogmas católicos em todos os espaços, explicita a tentativa de manutenção do poder de controle sobre os fiéis, prática muito comum na Igreja Católica desde a sua criação. Porém, nesse momento histórico, havia outros “inimigos” contra os quais a Igreja Católica deveria se posicionar e impedir que avançassem e conquistassem os fiéis católicos.

É importante salientar que a igreja Católica sempre se preocupou em manter o status de poder de Estado, além do poder de influenciar seus fiéis, numa forma de controle eclesiástico das vidas de seus devotos. Assim, o surgimento e a expansão de outras denominações religiosas a incomodam uma vez que se torna uma ameaça à hegemonia católica e, ainda, coloca em questão as verdades secularmente defendidas pelo catolicismo. De acordo com Mainwaring (1989, p.46), essa situação faz com que a IC tenha outros desafios, propagados pela AC, que é “competir com outras religiões e ganhar católicos”.

Segundo Azzi (1981), a revisão e adequação da prática de evangelização da Igreja Católica ocorreram devido ao modo de vivência da fé que se relacionava diretamente com a própria concepção de Igreja que se alternou em diversos períodos históricos; alterando-se também, em geral, a prática da fé e a consciência religiosa do povo. A vivência da fé relaciona-se às necessidades que a Igreja tem para se fazer reconhecida junto à sociedade e às instituições de poder. Essa prática da IC refere-se à busca pelo poder e ao desejo de controle das mentes, de seus seguidores por intermédio de seu discurso. Essa atitude controladora da igreja remete-nos às discussões de poder desenvolvidas por Foucault (2009) sobre poder pastoral e as práticas de governamentalidade, cuja finalidade é o governo dos homens, suas condutas. É o que a Igreja busca realizar, ou seja, ela busca controlar as ações, o pensamento e, inclusive, a fé daqueles que a seguem, pois, por meio de práticas discursivas religiosas, a IC tende a controlar as pessoas.

Com o intuito de atingir seus propósitos, a Teologia da Ação Católica se subdivide em dois importantes contextos:

O modelo de organização, como não podia deixar de ser, carregava em si uma visão política. Olhava o universo das pessoas formado por homens, mulheres, moços e moças. Era a sua forma política e ordenada de organizar o universo dos fiéis. Agindo desta forma - pensavam - poderiam alcançar seu objetivo: recristianizar o mundo. Uma tradução dessa Ação Católica Geral vivemos no Brasil com a formação, em 1932, da Juventude Feminina Católica. Mais adiante (1935) funda-se, no Brasil, a “Juventude Católica Brasileira”, a associação dos “Homens da Ação Católica” bem como a “Liga Feminina Católica” (DICK, 1999, p. 8, grifos originais).

O excerto acima demonstra que a Igreja Católica reforça o vínculo com as instituições políticas para atender às demandas políticas e institucionais cujas ações deveriam reforçar a fé católica dentre organizações extraeclesiais, por assim entender que seria uma maneira de controlar seus seguidores e evitar a expansão de outras instituições religiosas. Observa-se que, de acordo com as palavras de Dick, o objetivo é “recristianizar o mundo”. Para a IC essa expressão cunhada na década de 1920 por Dom Sebastião Leme, representa a necessidade de a Igreja retomar espaços perdidos, em decorrência da criação do Estado Laico no Brasil. Amaral (2010, p. 91) traz o termo “neocrisandade”, segundo o qual,

a noção de ‘neocrisandade’ [...] concebe uma Igreja não mais subserviente e, sim, mais aparelhada do ponto de vista burocrático e ético.[...] Por esse modelo, a Igreja queria dominar o mundo, intervindo em suas ordens, designando a incumbência de construir o Reino no mundo moderno e solapar outras crenças. (Destaque do autor).

Segundo as afirmações acima, o distanciamento das relações entre Igreja e Estado leva a cúpula católica a rediscutir sua prática e propor uma teologia voltada à massificação da evangelização católica. Com isso, a IC revê sua prática discursiva visando ao exercício do poder.

Nessa concepção, segundo a IC, o intuito da cúpula é manter-se no controle, nutrindo a sua doutrina cristã católica como “verdade”. Uma das formas encontradas, nesse momento, para se manter no controle é atingir as diferentes camadas da sociedade, através da organização de homens e mulheres com discursos elaborados para cada gênero. Concernente ao poder religioso, Amaral (2010, p.66) afirma que “o campo religioso tende a resistir a outros campos sociais quando deles se levantam agentes que pretendem impor sua própria forma de poder simbólico, ou seja, rebaixando o religioso”. As palavras de Amaral podem nos esclarecer sobre a ação da Igreja Católica, pois, segundo a sua tese, a religião busca exercer seu poder simbólico para controlar as estruturas sociais. Nesse momento histórico, a IC tenta, então, alterar as estruturas sociais visando à manutenção de sua influência junto a outras instituições políticas. Dessa forma, a IC visa a uma cumplicidade com a política para a

manutenção de sua representação, um poder simbólico, o qual, segundo Bourdieu (1989, p.7-8) é invisível, subordinado, exercido somente por aqueles que o exercem num “estado de cumplicidade”.

## **1.2 JOC e JUC: juventude católica – intelectualizada e politizada – 1950 A 1960**

Da Teologia da Ação Católica surge a Ação Católica Especializada (doravante ACE), fundada na década de 1940, cujos princípios fundamentam a criação da juventude especializada, dentre as quais se destacam a JOC e a JUC, pois

viu-se que era necessário unir os/as jovens e os/as adultos/as segundo os meios ou ambientes em que agiam para sua sobrevivência. Quem iniciou esta forma de evangelizar segundo os “meios” foi um padre que trabalhava com jovens operários, na Bélgica. Era ele o então Cônego Joseph Cardijn, amigo e companheiro do filósofo Jacques Maritain, figura importante, mais tarde, como mentor intelectual e político para a juventude católica brasileira (DICK, 1999, p. 8, destaques originais).

Assim, o cônego belga, Joseph Cardijn<sup>4</sup>, tornou-se um importante articulador mundial da Igreja e, principalmente, da articulação dos jovens para atuarem em seus próprios ambientes de convivência. Essa foi uma das estratégias da Igreja para expandir a ação cristã católica que viu na evangelização dos jovens uma forma de renovação da Igreja e manutenção das estruturas de poder. O cônego tornou-se referência para a juventude católica em todo o mundo, tal que seus ideais influenciaram as iniciativas da Pastoral da Juventude no Brasil.

Nos primeiros anos, desde a fundação da JOC<sup>5</sup>, havia uma organização mais clerical, pois a juventude se ocupava de ações sociais e espirituais relativas à vivência sacramental dos jovens operários e sua atuação era mais próxima da hierarquia da Igreja. De acordo com Mainwaring (1989), a JOC era considerada moderada politicamente, porém, a partir de 1958, se transformou, passando a ter uma atuação política mais incisiva ao distanciar-se da hierarquia católica. É importante compreendermos melhor esta organização cujo surgimento ocorre no seio da Igreja Católica, e seus objetivos de evangelização voltados para os operários e, em especial, à juventude operária, pois no início do século XX, o mundo passava por um processo de urbanização, principalmente, devido ao crescimento das indústrias (pós Revolução Industrial). Assim, observamos mais uma vez que a Igreja (re)organizou-se

<sup>4</sup> León Joseph Cardijn – padre belga que fundou a Juventude Operária Católica (JOC), em 1923, na Bélgica. Em meados da década de 40 Cardijn visitou o Brasil e outros países da América Latina. (MAINWARING, 1989).

<sup>5</sup> A Juventude Operária Católica (JOC) foi fundada em 1923 pelo padre Joseph Cardijn [...]. Desde seu início, o movimento se voltava para a classe operária urbana, tanto na Europa quanto no Brasil, onde os primeiros grupos da JOC foram criados na metade da década de 30. Mas foi só em meados da década de 40, quando se organizou a Ação Católica, que a JOC começaria a se tornar um movimento importante.

visando a atingir aqueles que, em sua concepção, precisavam fazer parte da IC para se tornarem cristãos. Aliás, nessa época, para a Igreja, ser cristão era algo que deveria acontecer naturalmente, pois ela se via como a religião oficial na Europa e no Brasil e ignorava a condição de país laico, instituída, no caso do Brasil, desde a proclamação da República. A IC resistia, portanto, à ideia de não ser a religião oficial e, com isso, não fazer parte das estruturas de governo e poder.

Outro espaço de organização e expansão da igreja, junto à juventude, aconteceu através da JUC<sup>6</sup> cuja fundação, data da década de 1930 seguindo o modelo da Ação Católica, assim como surgira a JOC. Inicialmente, a JUC era um movimento conservador que seguia as doutrinas dos sacramentos católicos e seu objetivo se assemelhava aos da AC, assim, o principal público da JUC era a futura elite, conforme afirma Mainwaring (1989). Porém, essa forma de ação da organização não perdurou muito tempo devido às transformações pelas quais passou a Ação Católica do Brasil (ACB), na década de 1940, quando

a JUC passou a ter maior envolvimento no movimento universitário e na esquerda e foi, em contrapartida, gradualmente mais afetada por esses movimentos. No final dos anos 50, a JUC deu início a uma rápida radicalização que a levou a um contundente conflito com a hierarquia (MAINWARING, 1989, p. 84).

Devido ao seu envolvimento político esquerdista, os registros históricos que se reportam à JUC fazem alusão à sua influência política junto aos estudantes universitários. Com o apoio de alguns padres e bispos, como Henrique Vaz e D. Helder Câmara (idealizador e fundador da CNBB<sup>7</sup> da década de 1950), a juventude católica exerceu forte influência junto aos estudantes, assim a prática estudantil era atravessada pelo discurso religioso católico, exercendo, inclusive, uma predominância sobre aquele durante um período representativo da história.

Tal aproximação política da JUC com os movimentos sociais de esquerda, mesmo que apoiados pela ala progressista da Igreja, desagradava a ala conservadora da cúpula eclesial.

---

<sup>6</sup> A Juventude Universitária Católica (JUC) foi a vanguarda da mudança da Igreja e da cultura cristã no Brasil e, de certo modo, a precursora do que seria a teologia da libertação. O pensamento católico francês foi, sem dúvida, um dos ingredientes mais importantes na preparação desse coquetel explosivo que é, no final da década de 1950, a ideologia jucista brasileira (LÖWY, 2000, p. 245).

<sup>7</sup> Criada num período em que Igreja Católica e Estado se distanciaram e, estrategicamente, fez-se necessário que a IC tivesse uma organização que se unisse em torno de seus interesses e, teoricamente, fosse autônoma. A CNBB é uma instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no País, na qual, [...] conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo (CNBB, 2009, p.1).

Embora a IC passasse por uma transformação promovida pela atuação da “esquerda católica”, ainda havia uma ala que se sentia incomodada com a postura de alguns setores católicos.

Em 1968, os Bispos da América Latina, motivados pelas conclusões do Concílio Vaticano II (1962-1965) reuniram-se em Medellín, na Colômbia, para a II Conferência Episcopal Latino-americana. Atenta ao novo contexto de participação juvenil nas diversas organizações estudantis, sindicais e de trabalho, os bispos declararam que a Igreja é a verdadeira juventude no mundo, pois viam na juventude uma forma contínua de recomeço e de perseverança. Essa conferência é considerada um marco na evangelização da América Latina, porque a Igreja Católica percebeu a necessidade de participar efetivamente na transformação social latino-americana, entendendo que os problemas sociais e políticos do mundo e da América Latina eram mais importantes que a Igreja.

Desde o Concílio Vaticano II, a IC já não é mais a mesma, pois o concílio referenda transformações na Igreja iniciadas na década de 1920. A instituição católica percebe a necessidade de se adequar ao contexto mundial da bipolaridade do pós-guerra, de se posicionar perante o capitalismo ou o socialismo. Nesse contexto político, os jovens, como já vimos, são os agentes de participação e transformação; há outras organizações de juventude se expandindo (sindicatos, partidos políticos, juventude estudantil). Diante dessa conjuntura, a partir da Conferência de Medellín, a Igreja Latino-americana vislumbra a juventude como forma de renovação e afirma que “a igreja é a verdadeira juventude no mundo” (CELAM, 1968, p. 101). Essa declaração, importante para a IC, acontece num momento em que historicamente a juventude se organiza em torno de reivindicações por meio de mobilizações sociais de juventude em todo o mundo, especialmente na França e no Brasil, conforme explanaremos no tópico a seguir.

### **1.3 Juventude e participação - 1968 - Os jovens se fizeram ouvir**

Os anos de 1960 tornaram-se um marco político não somente para o Brasil e para a América Latina, mas para o mundo todo, especialmente, para a juventude estudantil que ficou marcada na história por suas lutas e posicionamentos políticos. Eram “tempos de sonhos e de exaltação” (VENTURA, 2006, p.20). As palavras de Ventura reproduzem os sentimentos de boa parte da juventude brasileira dos anos de 1960, especialmente de 1968, um ano que ficara na memória daqueles que, de alguma forma, fizeram parte daqueles acontecimentos dos quais a juventude estudantil era uma das protagonistas. De um lado, uma juventude estudantil esperançosa, junto aos intelectuais e artistas, que acreditava no sonho de redemocratização do

país; de outro, os militares cujo golpe acabou com as esperanças de construção de uma sociedade justa.

Para abordarmos os acontecimentos históricos desse período, vamos retomar os dizeres de Foucault (2009, p.10) sobre o discurso enquanto desejo e poder por não ser “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Retomamos estas palavras de Foucault para referirmo-nos ao ano de 1968, pois esse período tornou-se representativo das lutas políticas e do desejo de ver realizado o sonho da redemocratização em muitos países e, igualmente, por representar a luta entre dois extremos: o socialismo e o capitalismo. No tocante ao desejo de poder, 1968 registra emblemáticas lutas encampadas pelos militares que detinham o poder e exerciam-no com práticas de repressão, especialmente, contra a juventude estudantil e os intelectuais que não admitiam que o Brasil vivesse sob o jugo dos militares.

Os acontecimentos eternizados pela história demonstraram que a classe operária, os estudantes, a juventude, os radicais, os comunistas, a esquerda política e católica temiam e, simultaneamente, tinham uma preocupação com as formas de poder construídas naquela época, marcadas pela repressão às manifestações artísticas e censura a tudo aquilo que indicasse atitude de crítica ao governo.

Nesse momento histórico, a JUC já não existia mais, pois fora extinta em 1966, devido a uma desarticulação do movimento, provocada por divergências entre seus líderes, o que causou o distanciamento das bases da Igreja Católica e, simultaneamente, o crescente envolvimento com a UNE (União Nacional dos Estudantes) cujos líderes, em alguns casos, eram oriundos da JUC e próximos aos partidos comunistas. Tais questões tornaram, praticamente, inviáveis a manutenção do movimento.

#### **1.4 Maio de 1968 na França**

Outro acontecimento histórico que faz parte de nossa memória é o simbólico maio de 1968 na França. Movimento marcado pela violência ocorrida nas ruas de Paris e pelas transformações socioculturais promovidas a partir desse marco cujas lutas representam a resistência ao poder. Outro fator marcante de maio de 1968 é a coragem dos estudantes e dos trabalhadores franceses que, ao enfrentarem a polícia e exigir direitos estudantis e trabalhistas, tornaram-se símbolo mundial da revolução esquerdista. Mesmo que eles não tenham conseguido transformar politicamente seu país, conseguiram propor importantes discussões

sobre o poder e a participação da juventude nas transformações culturais da França além de suscitar questionamentos relevantes quanto à hegemonia de poder político.

De acordo com Albuquerque Jr (2011a, p. 5), o maio de 1968 na França foi “um movimento que, a todo momento, discutiu e contestou o que chamavam de poder, que deslocou a centralidade das relações de produção, do modo de produção, como núcleo de contestação política”.

O sentimento de revolução necessária se expandiu mundialmente e alcançou o Brasil. Acontecimentos semelhantes ao maio francês ocorreram no Brasil, em 1968, poucos meses mais tarde. Certamente os acontecimentos políticos que envolveram a juventude no ano de 1968 influenciaram e foram determinantes para a participação da juventude nos anos seguintes. Diversas mudanças políticas aconteceram nesse período, em virtude da ascensão da esquerda política no Brasil e em muitos países latino-americanos. A juventude se tornou sujeito das transformações sócio-políticas daquela época e as revoluções tinham, nos jovens, seus principais agentes históricos. Concernente aos acontecimentos do mês de maio de 1968, Albuquerque Jr (2011b, p.8) afirma que:

se pensarmos que toda experiência social constitui processos de subjetivação, de constituição dos sujeitos e de suas subjetividades, podemos dizer que o mês de maio de 1968 na França, bem como a repercussão que teve em todo mundo, representou para muitos a possibilidade de ser diferente, de pensar diferente, de se comportar, de se relacionar com o outro de forma diferente. O questionamento da autoridade, seja dos pais, do Estado, dos professores, dos patrões ou da polícia, instaurou a possibilidade de uma nova percepção das relações de poder e como nelas se situar, como estas podem ser enfrentadas e contestadas.

A história nos mostra que os jovens foram os principais atores dos acontecimentos do maio de 1968, subjetivados pela oportunidade de transformar a realidade de opressão, de ocupar o poder e tentar acabar com a repressão e as injustiças praticadas pelos militares. Este fato atraiu a atenção, também, da Igreja Católica que viu na juventude uma maneira de renovar as suas “forças” religiosas, pois o jovem ocupava uma posição privilegiada nos movimentos sociais da época, tornando-se sujeitos atuantes e assumindo posições frente aos sistemas opressores de governos capitalistas em diversos países como França, Alemanha, Tchecoslováquia e Itália.

O sujeito jovem que participa dos movimentos sociais da década de 1960, assumindo posições de questionador, contestador, indignado, ocupa uma posição que faz com que sentimento de indignação e inaceitação da realidade o coloque como protagonista do

movimento. Segundo Groppo (2008, p. 36), “entre os elementos que deram a 1968 relativa unidade, deve ser citado, primeiro, o fato de que os mais característicos movimentos eram de juventude universitária com origem principalmente nas classes médias”. Tanto na França quanto no Brasil os jovens que compunham o movimento eram de classe média. Essa é uma particularidade da juventude da época que se mostrava insatisfeita com os rumos políticos que as nações tomavam.

### **1.5 A juventude da década de 1970 e 1980 e a criação da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB)**

O início dos anos de 1970 é marcado por duras consequências da “rebeldia” de 1968, em que a rigidez da ditadura, confirmada pelo Ato Institucional nº 5 (AI 5), instituído em dezembro de 1968, fazia muitas vítimas pelo país. Os principais intelectuais ligados à esquerda, dentre eles, membros da esquerda católica, estudantes, militantes do partido comunista foram presos, torturados exilados e/ou mortos; ainda hoje há pessoas desaparecidas, vítimas das atrocidades cometidas pelo governo militar. Esse contexto de repressão fortaleceu a ala progressista da IC, a qual se tornou, nos anos de 1970, referência de um novo catolicismo. De acordo com Mainwaring (1989, p. 169), “durante o período de 1974-1982 a Igreja brasileira adquiriu a maior importância no catolicismo internacional, tornando-se a igreja mais progressista do mundo”. É importante observarmos que uma das principais figuras dessa ala progressista foi D. Helder Câmara, primeiro secretário da CNBB, instituição que defendeu a qual defendera o golpe militar de 1964 afirmando que foram as forças de Deus que iluminaram os militares a tomar o poder e evitar o avanço do movimento comunista isso pode ser comprovado na declaração publicada em junho de 1964, que diz

depois de dois meses de reflexão, a Conferência dos Bispos (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB) publicou uma declaração apoiando o golpe:

Em resposta às expectativas gerais e ansiosas do povo brasileiro, que viu a marcha acelerada do comunismo na direção do poder, as forças armadas intervieram a tempo, e impediram o estabelecimento de um regime bolchevique em nosso país [...] Ao mesmo tempo em que agradecemos a Deus, que respondeu às preces de milhões de brasileiros e nos libertou do perigo comunista, estamos gratos, também, aos militares que, com sério risco de vida, se ergueram em nome dos interesses supremos da nação (LÖWY, 2000, p.140).

Há de se ressaltar o tom de verdade do discurso de apoio aos militares, no qual a CNBB se expressa com a certeza de que ela é a voz de milhões de brasileiros, ao passo que,

historicamente, não é o que percebemos naquela época, prova disso são os constantes protestos, a opressão, as torturas, os exílios e as mortes. A CNBB estabelece um “regime de verdade”, que nos remete às discussões de Foucault (1998, p.12) sobre o tema, sobretudo quando o filósofo afirma:

a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Destques do autor).

Segundo as palavras acima, a verdade é criada por nós em relações estabelecidas por instituições que criam mecanismos, técnicas e procedimentos para tornar verídico aquilo que lhes interessa. No caso específico da IC, ela utiliza-se do seu poder de influência para designar uma verdade naquele momento histórico, e, por meio de um discurso de defesa dos militares, estabelece uma verdade sobre os comunistas, dando a entender que este é o pensamento de toda a população brasileira. A IC utiliza-se de sua força política, de seu poder de persuasão para regulamentar um fato e designar o que é verdadeiro e o que é falso concernente aos militares e à esquerda política que atuava no Brasil. A defesa dos militares praticada pela IC e, mais tarde, o combate a eles, é uma demonstração do estabelecimento de verdades, de acordo com o que lhe convém.

Na qualidade de instituição detentora de poder, a IC estabelece sua verdade a qual produz efeitos; o seu discurso sobre o regime militar naquele momento define-o como um regime adequado à época histórica que estamos discutindo. Em função dessa defesa dos militares, sanciona o discurso comunista, porém mais tarde essa mesma IC irá admitir, embora não integralmente, que a ditadura militar não representava os “interesses supremos” do povo brasileiro. Em muitos momentos, a IC precisou posicionar-se contra os militares, ou seja, contra uma verdade que outrora fora estabelecida pela própria Instituição, à luz de Deus, segundo declaração da Igreja.

Concernente às transformações do discurso católico no século XX, o Concílio Vaticano II (1962-1965) torna-se o referencial de um acontecimento da Igreja cujas discussões e definições serão marcantes para as transformações do discurso da IC, na segunda metade do século. Esse acontecimento religioso mantém relação com os acontecimentos políticos da época.

Conforme o exposto sobre a participação e a importância da juventude no cenário das organizações tanto católicas quanto políticas no século XX, a IC – via Concílio Vaticano II – reconhece e/ou assume a importância da juventude no processo de evangelização. Dentre as diversas mudanças promulgadas pelo Concílio, talvez esta seja uma das principais; a referência aos jovens enquanto evangelizadores dos jovens. Segundo as conclusões conciliares, os jovens

passam com demasiada rapidez a uma nova condição social e econômica [...] cresce a sua importância social e também política, mostram-se como que impreparados para receberem com a devida aptidão novos encargos. [...] Eles devem tornar-se os primeiros e os imediatos apóstolos dos jovens, exercendo o apostolado pessoal entre os seus próprios companheiros, tendo em conta o ambiente social onde vivem (VATICANO II, 1967, p. 386).

Nas palavras eclesiais, o jovem é aquele que precisa de instrução para fazer suas escolhas, assim sendo, ele precisa de um acompanhamento para conseguir realizá-las, por isso o documento usa o termo “impreparados” para referir-se aos jovens, frisando que eles precisam de acompanhamento. Há uma contradição nos dizeres do concílio, uma vez que afirma que cresce a importância social e política dos jovens os quais ocupam uma nova condição social ao mesmo tempo em que alega estarem eles impreparados. Há, nesses dizeres, o implícito de que precisam ser preparados e a instituição com competência para tal preparação é a Igreja. No exercício do “poder pastoral”, o discurso do Concílio estabelece uma relação de pastor e rebanho, em que a igreja se posiciona enquanto pastora que deve cuidar do seu rebanho, discussões que aprofundaremos no capítulo III ao analisarmos os enunciados que constituem o discurso da PJB.

Conforme expusemos, anteriormente, ao tratar dos movimentos juvenis (JOC – JUC), os jovens foram referências de organização social, especialmente, nos anos de 1960 – 1970, oportunidade em que a Igreja vê na juventude uma maneira de expandir suas ações de evangelização. Dessa forma, a sua reformulação passa pela dedicação ao trabalho da juventude, pois esta pode tornar-se instrumento importante no processo de evangelização, segundo o entendimento dos líderes católicos.

Nesse contexto de participação, os movimentos de juventude farão surgir a Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) no final dos anos de 1970. A PJB é uma organização dos jovens da Igreja Católica ligada ao Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Conforme vimos, a PJB não se originou do nada, há uma base que a sustenta e uma história que possibilita sua emergência.

Portanto, o discurso pastoral de participação efetiva na Igreja e na sociedade é oriundo das organizações da Ação Católica do Brasil. Notamos, então, que o trabalho com a juventude partiu das regiões onde havia uma reunião de jovens carentes da periferia, pois se percebeu a necessidade de trabalhar com essa população que, vivendo o pós-guerra, sofria com a recessão provocada pela II Guerra Mundial. Concernente ao objetivo do cristianismo, torna-se evidente que, historicamente, as igrejas se ocuparam, prioritariamente, da evangelização das camadas populares, inclusive com sustentação bíblica, sob a alegação de que são estes que mais precisam da “caridade” da igreja.

Assim, podemos entender essas ações cristãs como ações voltadas para as pessoas “mais necessitadas”, aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, as quais demonstram maior receptividade ao discurso cristão. Nesse sentido, observamos que o trabalho de evangelização da PJ propende a atingir os jovens em suas diversas camadas, tendendo a contribuir com a mudança social dos indivíduos, mas também tornando-os sujeitos do processo de evangelização, ou seja, docilizando-os para se tornarem úteis à Pastoral da Juventude em vista de alcançar o objetivo da instituição. Esta é uma forma, também, de atender a todas as juventudes visando não “perder” uma parcela do “futuro rebanho”. Destarte, cada jovem se engajará em um determinado grupo.

Nesse sentido, Groppo (2000) diz que a juventude é uma categoria social e, segundo a linha sociológica por ele defendida, deve-se adotar o uso da palavra no plural – juventudes –

para dar conta da diversidade na vivência desta fase de transição à maturidade [...]. Esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc. [...] Cada juventude pode interpretar a sua maneira o que é ‘ser jovem’ contrastando-se não apenas as crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes (GROPPO, 2000, p.15, destaques do autor).

Essa é a juventude do século XX, fruto da sociedade moderna. Portanto, não há uma juventude, mas juventudes, no plural, dadas as suas condições de existência. São a essas juventudes que a Igreja Católica visa a atender.

Esta especificidade justifica-se, segundo Esteves e Abramoway (2007), ao atendimento de juventudes heterogêneas cujas necessidades presentes na sociedade moderna exigem especialidades, pois as juventudes, a partir do século XX, constituem grupos (tribos) cujos valores culturais, sociais e econômicos são distintos. Com relação às juventudes das décadas de 1960 e 1970, em contraponto às juventudes do início do século XXI, Ventura

(2008, p.24) afirma que esta anseia por “competência, produtividade e êxito”, enquanto que aquela desejava “paz, amor e liberdade”. Isto se deve ao fato de que a juventude deste século tende a preocupar-se com o próprio bem estar; parece que não há um ideal coletivo a ser atingido.

Retomando a concepção de juventude específica da PJ, Boran (1985, p. 25), assessor nacional da Pastoral da Juventude nos anos de 1980, diz que,

com as grandes mudanças sociais no fim do século passado e do início deste século, havia setores da sociedade em que o cristianismo não entrava mais. O mais gritante foi o mundo operário. Partiu do princípio de que os evangelizadores dos jovens trabalhadores deveriam ser outros jovens trabalhadores.

Segundo Boran, era preciso encontrar maneiras alternativas para atingir os jovens e uma das formas empregadas foi evangelizá-los nos seus espaços, sem a obrigatoriedade de trazê-los para o templo (igreja), compreendendo-os como sujeitos portadores de desejos e de particularidades. Podemos notar, nos dizeres de Boran (1985), que o discurso religioso de participação se constrói a partir da percepção de que há setores da sociedade em que o cristianismo não entrava mais, assim se torna essencial encontrar alternativas para atingir esses espaços, no caso citado, o mundo operário.

Esse foi apenas o começo de um trabalho que se ampliou com o surgimento de outras organizações de juventude fundadas no mesmo princípio, “os jovens eram despertados para assumir um compromisso de trabalho social no seu meio” (BORAN, 1985, p. 25). O início dessa organização se deu com a constituição da JOC — Juventude Operária Católica. Assim, em 1955 os estatutos da Ação Católica Especializada foram aprovados pelos bispos do Brasil. Além da JOC, fundou-se a JUC — Juventude Universitária Católica, conforme já abordamos, em seguida surgiu a JEC — Juventude Estudantil Católica; a JAC — Juventude Agrária Católica e a JIC — Juventude Independente Católica. No que concerne a esse contexto, a PJ visa a atingir o jovem em seus locais de convivência, procurando atendê-los em seus diferentes espaços, adotando um discurso de aproximação da juventude em toda a América Latina.

Convém observarmos que a juventude católica, desde a época da AC, organiza-se por categorias, conforme as particularidades de cada segmento jovem. Esse olhar especial sobre os jovens amplia-se na III Conferência Episcopal Latino-americana realizada em Puebla, no México, em 1979. Nessa conferência, a Igreja Católica afirma que eles são “um novo corpo

social”, pois têm seus próprios valores, ideais, dinamismo e sonhos. Conforme as reflexões de Puebla,

a Igreja confia nos jovens. Eles são a sua esperança. A Igreja vê na juventude da América Latina um verdadeiro potencial para o presente e o futuro de sua evangelização. Por ser verdadeira dinamizadora do corpo social e especialmente do corpo eclesial, a Igreja faz uma opção preferencial pelos jovens em vista de sua missão evangelizadora no Continente. (CELAM, 1979, p. 364-365).

É importante salientarmos que, nesse momento histórico, final da década de 1970, muitos países da América Latina sofriam o peso da ditadura militar, muitos jovens morreram no Brasil e em outros países latino-americanos vítimas da repressão militar. Segundo Mainwaring (1989), em alguns casos, a IC defendeu os ditadores, em outras situações se omitiu, preferindo se calar. Determinados padres, bispos ou militantes católicos que se manifestaram contra a ditadura foram presos, exilados ou mortos.

Contudo, os ideais que encantam os jovens que vivem o momento da contracultura<sup>8</sup> são outros, portanto a IC precisa se reestruturar para atendê-los. Nesse sentido, as definições de Medellín e Puebla, cujas conclusões apontam para o protagonismo juvenil, possibilitam a organização católica, visando à evangelização da juventude. A partir desse momento, o discurso das organizações de jovens engajados na Igreja se fortalece, pois a IC latino-americana faz “opção preferencial pelos jovens” (CELAM, 1979, p. 365) e reconhece a necessidade de se investir na evangelização deles. Essa opção acontece simultaneamente a um período em que os jovens sofrem com a repressão política.

A “opção preferencial pelos jovens” (CELAM, 1979, p. 365) coloca a juventude enquanto alvo dos processos de evangelização da PJ, ou seja, os jovens, conforme são objetivados por essa instituição religiosa, são classificados como um grupo social “marginalizado” e, por isso, precisam de “cuidado, preparação e formação” dentro dessa doutrina religiosa. Como “prêmio”, tornam-se protagonistas de uma ação evangelizadora, construída pela IC. Uma vez que aceitam essa condição, eles poderão tornar-se evangelizadores e formar outros jovens e, assim, aumentar a força do grupo.

Os jovens se organizaram não somente dentro das igrejas, mas nas escolas, fábricas, universidades ou outros espaços onde encontraram apoio para se organizarem sem sofrerem

---

<sup>8</sup> Uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do ocidente. Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é uma anticultura. (PEREIRA, 1986, p.13).

ações repressivas por parte dos militares. Conforme já afirmamos, ao nos referirmos à JUC e a JOC, nas décadas de 1950 e 1960, os jovens mostravam-se politicamente ativos e desejavam uma transformação social e eclesial.

Mediante as ações sociais de instituições organizadas (partidos políticos, sindicatos, associações, etc.) que conquistavam espaço em lutas políticas, cuja participação da juventude se ampliava, a Igreja promoveu mudanças importantes em sua organização e em sua prática, visando à socialização da Instituição. Uma das mais significativas na década de 1950, talvez tenha sido a criação da CNBB, liderada por Dom Helder Câmara, conforme já expusemos.

Em 1983, a CNBB fez surgir o Setor Juventude, para assumir, de maneira mais eficaz, as opções pela juventude feitas na Igreja Católica. A função desse Setor, cuja criação pressupõe homogeneizar a ação evangelizadora da juventude brasileira, é articular a organização da Pastoral da Juventude, mantendo em sua prática um discurso homogêneo sobre a juventude católica.

Nesse sentido, abraçando a causa da opção preferencial pelos jovens, por ocasião da criação do Ano Internacional da Juventude, instituído pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 1985, a Pastoral da Juventude estabelece a realização do Dia Nacional da Juventude<sup>9</sup> (DNJ) que é celebrado no Brasil, no último domingo de outubro. Nesse dia, praticamente todas as dioceses promovem atividades de lazer, festa e reflexão sobre a realidade sócio-cristã juvenil.

Seguindo a mesma linha da ação católica, a Pastoral da Juventude atuou em todo o Brasil, atendendo à juventude segundo suas especificidades e, para tanto, criou pastorais específicas que atuam em cada realidade juvenil, tais como, a Pastoral da Juventude Estudantil — PJE, entidade ligada ao meio estudantil; a Pastoral da Juventude do Meio Popular — PJMP, que representa os jovens de comunidades carentes; a Pastoral da Juventude Rural — PJR, vinculada aos jovens da zona rural e a Pastoral da Juventude — PJ, cuja atuação ocorre junto às comunidades paroquiais. Todas elas constituem a Pastoral da Juventude do Brasil — PJB<sup>10</sup>, diretamente ligada ao Setor Juventude da CNBB.

É nesse contexto que se alicerça a criação da Pastoral da Juventude do Brasil da Igreja Católica. Portanto, a influência metodológica e conceitual da PJB se apoia, inicialmente, na

---

<sup>9</sup> O ano de 1985 foi decretado pela ONU o Ano Internacional da Juventude. Como gesto concreto, a Pastoral da Juventude do Brasil assumiu a celebração do DIA NACIONAL DA JUVENTUDE.

<sup>10</sup> Até 1995, quando se fazia referência ao termo PJ entendia-se todas as Pastorais de Juventude. A partir de então esse conjunto das Pastorais tornou-se a Pastoral da Juventude do Brasil – PJB – compreendendo as quatro pastorais: PJ, PJE, PJMP e PJR.

história da ACE que contribuiu para o surgimento da Teologia da Libertação (doravante TL) na década de 1960.

### **1.6 PJ e Teologia da Libertação – jeito de ser Igreja**

O século XX será lembrado como o período em que a IC mudou sua estratégia de evangelização conduzida por diferentes teologias que permitiram uma abertura social, porque não era mais a religião oficial do Estado e as igrejas evangélicas cresciam no país, além de ver o povo se distanciando do templo. Tais mudanças se consolidam no Concílio Vaticano II que, em seu documento de conclusão, afirma que o mesmo acontece com o objetivo de fortalecer a fé católica, tornar a IC mais eficiente e consolidar suas estruturas para mostrar uma Igreja “sempre viva e sempre jovem” (VATICANO II, 1967, p. 9). Nota-se uma preocupação com o restabelecimento das suas estruturas. Nesse contexto, insere-se a TL que conquistou seu espaço a partir do Concílio Vaticano II.

O catolicismo que se abriu a uma postura social desde o início do século XX, em virtude dos acontecimentos pós 1ª Guerra Mundial (1915-1919), vê o crescimento de uma teologia revolucionária, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970.

A TL teve seu início nos primeiros anos de 1970, primeiramente, no Peru, em 1971, com a publicação do livro “Teologia da Libertação. Perspectivas”, de Gustavo Gutiérrez. Esse teórico peruano se destaca como o fundador dessa teologia e, no Brasil, Leonardo Boff, escrevia artigos sobre a TL numa revista católica.

Alguns aspectos históricos são de extrema relevância para a constituição e a consolidação da TL, nas décadas de 1960 e 1970, a principal delas vincula-se à participação dos cristãos nos processos políticos latino-americanos e à situação socioeconômica dos países da América Latina. Diante desse contexto, afirmamos que a TL se estrutura sob traços político-teológicos que a sustentam. Em consonância com os ensinamentos da TL, além de fazer parte da igreja, deve-se participar das estruturas políticas e transformar a sociedade. De acordo com essa concepção, a IC deve atuar politicamente e questionar as desigualdades sociais existentes. Este pensamento mobilizará o surgimento das pastorais sociais na IC nas décadas de 1960 e 1970. A partir das definições do Concílio e da Conferência Episcopal Latino-americana, de Medellín cujas decisões encaminham para uma igreja mais aberta à discussão de temas político-sociais, a TL visa articular o compromisso político com a ação evangelizadora inspirada na bíblia.

Por meio da TL, a reflexão teológica passa por uma reestruturação e aproxima a história da sociedade e da teologia, pois, para essa vertente da Igreja, a salvação acontecerá aqui na terra como um processo de libertação. Essa prática teológica rompe, também, com a interpretação de pecado como castigo, causador das diferenças sociais e promove a concepção do reino de justiça e de paz. Conforme o pensamento da TL, o Reino de Deus acontece nas ações políticas e nas relações interpessoais que sucedem diariamente. Para os teólogos e seguidores dessa Teologia, as ações de fé não devem se desvincular das ações políticas. Esses pressupostos influenciaram, não somente a Pastoral da Juventude, mas todas as pastorais sociais da Igreja Católica, especialmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Inevitavelmente, lidar com a fé pressupõe lidar com a subjetividade, e, como existem diferentes sujeitos que atuam na Igreja, haverá, portanto, diversas formas de pensamento permeando as reflexões cristãs.

Conforme elencamos, a TL teve sua ascensão num período em que a América Latina passava por importantes transformações políticas e esses fatores sócio-políticos influenciaram a atuação das pastorais. Nesse contexto, segundo Mainwaring (1989), a Igreja Católica no Brasil torna-se a mais progressista da América Latina, contrariando, inclusive, as orientações do Vaticano. O pensamento político cristão influencia boa parte dos líderes católicos ligados à ala progressista da Igreja, oriundos dos movimentos de luta contra a repressão. De acordo com as palavras de Dussel (1981, p. 180-181),

um amplo processo vinha sendo gerado na América latina. Em 1959, um grupo de guerrilheiros derruba Batista, em Cuba, Fidel Castro aparece junto ao “Che” Guevara como símbolo mundial e latino-americano do processo de libertação do imperialismo norte-americano. A partir deste momento, organizam-se movimentos de libertação em todas as partes. [...] De sua parte o CELAM organizou criticamente suas regras. Sucedem-se reuniões para estudos de religiosos, bispos, e leigos. Os movimentos de “base” são cada vez mais numerosos. Os grupos sacerdotais crescem em quase todos os países – os mais importantes são “Sacerdotes para o Terceiro Milênio”, na Argentina, o “Grupo dos oitenta”, no Chile, o ONIS, no Peru, etc – os universitários se comprometem politicamente dentro de uma linha socialista. [...] Nasce assim, a “teologia da libertação”. (Destques do autor).

O discurso político de renovação da sociedade e luta contra as ditaduras e as injustiças perpassam o discurso cristão católico e ações pastorais se confundem com tratados políticos. Assim, diversos intelectuais da TL influenciaram os líderes pastorais das décadas de 1960/1970, com isso, as reflexões pastorais tiveram influência direta desta tendência teológica da Igreja Católica.

A corrente teológica da TL se funda na participação política. Segundo Boff (1986), para ser Igreja é necessário atuar para a transformação social, uma vez que “somos desafiados a sermos politicamente santos, pois as mais graves questões da humanidade possuem uma clara conotação política” (BOFF, 1986, p. 37).

Apesar da abertura pela qual o catolicismo passou no século XX, o radicalismo dessa tendência teológica nunca foi visto com bons olhos por boa parte do clérigo, sendo invariavelmente contestada. Embora o Papa João Paulo II, no início dos anos de 1980, tenha reconhecido sua importância para que a Igreja reconquistasse sua hegemonia, perdida ao longo do século XX, mais tarde ele a condenaria, protagonizando uma “guerra intelectual” contra os principais líderes libertários da América Latina, chegando a expulsar Leonardo Boff da Igreja ao retirar-lhe seus direitos sacerdotais. Essa atitude do Papa, representante máximo da Igreja, não rara no catolicismo, demonstra que, embora tenha promovido mudanças, ainda há comportamentos totalitários mantidos por esta Instituição em suas ações e as mudanças não ocorrerão tão facilmente.

É perceptível que a TL pauta-se nos construtos teóricos marxistas da luta de classes<sup>11</sup>, reafirmando a existência das classes sociais e a primazia de uma – os ricos – sobre a/outra – os pobres – considerada, por aquela, inferior. A TL alia em seu discurso os enunciados marxistas e dizeres bíblicos que se referem à necessidade de luta pela libertação em busca da superação da pobreza e das diferenças sociais, porque

a Teologia luta, portanto, contra o imperialismo e a servidão dos povos do sul. O discurso da Teologia conseguiu de maneira surpreendente atingir os jovens latino-americanos entre as décadas de 1970 e 1980, período de maior influência da doutrina, e cumpriu um papel histórico importante na dissolução dos regimes militares, fundação de partidos políticos influentes, participação em importantes sindicatos, Movimento de Trabalhadores Sem Terra e na renovação do discurso Teológico. A atividade pastoral, iniciada na comunidade de base, como primeira ação política conseguiu ligar a preposições do Vaticano II aos problemas específicos da América Latina para conseguir levar diante do púlpito um grupo que se distanciava cada vez mais da ecclesia: os jovens latino-americanos (REFULIA, 2012, s.p.).

As pastorais sociais da Igreja Católica, pautadas nos ideais da TL, surgiram no decorrer das décadas de 1960, 1970 e início dos anos de 1980 empenhadas por lutas socio-religiosas cujas ações promoveram marchas populares, gritos de guerra, discursos inflamados

---

<sup>11</sup> A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. [...] opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX E ENGELS, 2000, p. 45-46).

alinhando fé e política, além de encontros bíblicos “camuflados” para driblar os poderosos da ditadura militar.

Ao trilhar pelos caminhos da TL, a PJB surge no final da década de 1970 empunhando, em seus discursos, as heranças intelectuais dos líderes revolucionários da Igreja Católica ligados à TL e à Juventude Católica Especializada. Assim, a PJB viveu um contexto de busca, tendo em vista atender as mais diferentes juventudes disseminadas pelo Brasil. Busca esta que toma corpo na juventude revoltada com a censura, despojada de seu direito de liberdade, porém com o sonho e a esperança de um novo tempo pós-ditadura.

Em meio às organizações de luta contra a repressão militar, nas décadas de 1960 e 1970, destaca-se a juventude estudantil na qual se insere, também, a juventude católica da JEC e da JOC.

A Igreja Católica, assim como as demais igrejas espalhadas pelo mundo, tem uma doutrina particular oriunda da interpretação dos textos sagrados e de outras fontes. Essas doutrinas podem ser inseridas no contexto das ideologias, cuja diversidade dogmática com que nos deparamos, quando se pensa em religiões, é extensa. Segundo Althusser (2003, p. 8),

o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição. [...] um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto. Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a humanidade, o Capital, a nação, etc.

A sujeição é, portanto, um mecanismo social na trajetória do jovem quando este tenta reconhecer seu lugar no mundo, ou seja, busca se reconhecer como sujeito de suas ações, de sua história num universo em que se dilui como projeção do outro. Aliás, é pertinente acrescentar que o sujeito redimensiona sua identidade social e cultural sempre que pode ver no outro uma projeção de si mesmo. Sendo assim, como a religião é um lugar privilegiado da troca de experiências pela identificação, ela se torna também um lugar de conquista e construção de uma identidade vinculada aos valores cristãos. A troca de experiências se dá, sobretudo, no plano da linguagem.

Voltando à nossa interpretação do pensamento de Althusser, entendemos que a sujeição é uma formação ideológica peculiar de cada organização. Segundo a teoria de Pêcheux (2009), as formações ideológicas se presentificam por meio do discurso. Assim, podemos afirmar que a PJB é uma instituição cuja ideologia se materializa por meio das suas expressões de linguagem, pois é um espaço de formação discursiva que se constitui a partir de enunciados, diferentes em sua forma, mas que constituem um conjunto, uma vez que se

referem a um único e mesmo objeto. Nesse sentido, explicita-se que o jovem se constitui sujeito de uma formação ideológica, pois produz uma ideologia que pretende fazer frente a outras ideologias.

### **1.7 Processo de formação da Pastoral da Juventude – proposta pedagógica de educação na fé**

O processo de formação integral adotado pela Pastoral da Juventude é um método pedagógico oriundo das bases do trabalho evangelizador das juventudes especializadas. O processo de formação é o

conjunto dos métodos pedagógicos e das opções políticas assumidas pela PJB em seu desenvolvimento histórico. Esse processo é composto por vários elementos que norteiam a formação do jovem católico nas pastorais. Dentre eles, destaca-se a opção pelo trabalho em pequenos grupos de base e a utilização do método ver-julgar-agir-rever-celebrar, concebido como um modo de inserção e olhar sobre a realidade social e religiosa do país (SOFIATI, 2012b, p.334).

Como se explicita nas palavras do estudioso, o processo de formação torna-se uma proposta pedagógica de educação da juventude, pautada nos ensinamentos cristãos católicos, aliados a opções políticas assumidas pela PJB. Outro aspecto relevante a ser observado nesse processo é a utilização do método ver-julgar-agir-rever-celebrar, utilizado inicialmente nas CEBs, cujas bases são da TL. Por meio desse método, a Pastoral da Juventude terá condições de analisar todos os aspectos da juventude, para conhecer a realidade que circunda os jovens. É uma maneira de exercer um controle da juventude da PJ, através do conhecimento de sua realidade. Porém, ao mesmo tempo em que é controlada, a juventude também exercerá o controle, criando relações de poder/saber. Por meio do processo de formação integral os jovens serão disciplinados.

Desde o início de sua constituição, a PJB teve como princípio a formação integral do jovem, a partir de uma proposta pedagógica de ensinamento cristão, pois, para ela,

a evangelização dos jovens terá sucesso à medida que responda globalmente às necessidades e aspirações dos mesmos. Por isso, do ponto de vista pedagógico, é importante que o anúncio evangélico e a catequese não sejam realizados apenas de forma abstrata, mas dentro de um contexto vivencial e por meio de paciente e constante acompanhamento (CNBB, 1986, p.23, grifos dos autores).

Com isso, a evangelização da juventude proposta pela PJB, na década de 1980, se concretizou proporcionando ao jovem uma formação religiosa cujo discurso pauta-se na conscientização para uma participação efetiva na sociedade, segundo os seus princípios, além da possibilidade de tornar-se capaz de se posicionar frente às injustiças praticadas pelo Estado.

Diante disso, as ações das pastorais tornam-se mecanismos de luta contra o Estado<sup>12</sup>. Para isso, os jovens, que ingressam na PJ, tornam-se sujeitos desse processo, conscientizando-se de que é instrumento de luta contra a opressão cuja relação de poder e saber se imbricam. Assim, o discurso religioso do jovem pautar-se-á nas práticas de alteridade, partindo da relação com o outro, porque sua ação somente terá sentido ao considerar a existência do outro que se constitui nas relações interpessoais. Conforme Sofiati (2004), o significado da juventude muda em cada contexto histórico, posto que sua formação é definida e concretizada a partir daquilo que se espera dela. Aliando essa afirmação com a noção de juventudes e suas condições de existência, nota-se que a juventude é controlada por uma porção de normas estabelecidas socialmente e internalizadas ou aceitas pelas pessoas. Sem ter deixado de ser um incômodo a certas organizações sociais, a chamada “ideologia libertadora”, pregada pela PJ a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação, encontrou uma nova forma de coação dentro do sistema capitalista.

### **1.8 A importância de uma Igreja Popular para a redemocratização do Brasil e a transformação do discurso da Igreja Católica**

“O teólogo [...] deve aprender as regras de uma reta articulação entre o discurso de análise histórico-social e o discurso da fé, de tal modo que a teologia guarde sua identidade e mostre sua eficácia histórica” (BOFF, 1986, p. 23). Com esses ditos do principal nome da TL no Brasil, iniciamos este tópico sobre a importância da participação da Igreja Católica no processo de redemocratização do país que vivera mais de 20 anos sob o jugo do poder militar.

Após perceber a necessidade de rever sua atuação junto aos fiéis com a abertura determinada pelo Concílio Vaticano II (1967, p. 17),

para que esta doutrina atinja os múltiplos campos da atividade humana, que se referem aos indivíduos, às famílias e à vida social, é necessário primeiramente que a Igreja não se aparte do patrimônio sagrado da verdade, recebido dos seus maiores; mas, ao mesmo tempo, deve também olhar para o

---

<sup>12</sup> O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (ALTHUSSER, 2003, p.62).

presente, para as novas condições de formas de vida do mundo, que abriram novos caminhos ao apostolado.

A Igreja, pautada nas determinações conciliares, reorganiza-se de modo especial na América Latina. Uma das organizações mais importantes nesse processo são as CEBs que se tornaram um espaço de estudos bíblicos, análise de conjuntura político-social e conscientização da condição de povo oprimido daqueles que participavam das comunidades. Em 1975, no auge da repressão militar, realiza-se o 1º encontro intereclesial na cidade de Vitória-ES, dando início a uma organização social da Igreja Católica. No 3º Encontro Intereclesial, realizado em julho de 1978 na cidade de João Pessoa-PB, explicita-se um novo modelo de Igreja anunciado desde o Concílio Vaticano II, conforme as palavras de Boff (1986, p.69) “depois de 480 anos de silêncio o povo religioso e oprimido tomou a palavra e rompia o monopólio da fala do corpo de peritos da Igreja”. Os encontros intereclesiais marcaram a história de participação do povo na Igreja que antes eram tidos como expectadores, seguidores de uma doutrina imposta e incontestável. Assim como as CEBs, outras pastorais, não menos importantes nesse processo de renovação da Igreja, realizavam encontros e assembleias com a participação popular, cuja temática era a necessidade de integração da fé com a política. Essas organizações eram oriundas dessa nova proposta de ação de evangelização que transformou o discurso da Igreja Católica e ampliava o discurso político nos movimentos católicos.

Além das CEBs e seus encontros intereclesiais, outros movimentos foram importantes nesse movimento de transformação do discurso da IC, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980.

Na década de 1980, muitas transformações políticas ocorreram no Brasil, a principal delas, porque norteará as demais ações políticas do país, é a redemocratização cuja organização se iniciou no governo de João Batista Figueiredo, o último da era militar – final da década de 1970 – e se consolidou em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República do Brasil<sup>13</sup>.

Nesse contexto político, a Pastoral da Juventude começou a se consolidar e a Igreja Católica, por meio das pastorais sociais, contribuiu significativamente para esse momento importante do país, por meio da Igreja popular, cujos ensinamentos têm como base a noção de que todos podem contribuir para a evangelização; não somente o padre tem condições para

---

<sup>13</sup> Tancredo Neves fora eleito Presidente em março de 1985 pelo Congresso Nacional. O primeiro presidente eleito após a ditadura militar que durara 20 anos não assumiria o seu cargo. Vítima de problemas de saúde, Tancredo Neves morreu em 21 de abril de 1985. Seu vice, José Sarney, assumiu o governo.

isso porque “todos têm algo a aprender e algo a ensinar” (MAINWARING, 1989, p.234). Diante disso, a Pastoral da Juventude e as diversas pastorais sociais iniciam um trabalho de formação de lideranças para assumirem a evangelização popular. É um momento oportuno para a consolidação de lutas que foram censuradas pela ditadura militar.

Aliado ao momento político que o Brasil passava, a Igreja vivia, também, sob a influência das discussões da Conferência Episcopal Latino-americana, ocorrida em 1979, em Puebla-México, cujas conclusões permitiram que a IC fosse mais participativa e valorizasse a juventude. É, também, uma oportunidade para líderes católicos, que se destacaram durante as lutas contra a ditadura militar, ocuparem espaços de poder político, ou seja, a IC participar das estruturas de governo e promover mudanças sociais, porém sem perder a comiseração cristã.

Não obstante, em 1983, durante a realização do 4º Encontro Nacional da Pastoral da juventude há ampla discussão sobre a organização nacional da PJ, com a participação de diversos representantes católicos jovens e de alguns bispos e assessores adultos. A marca desse encontro é a presença juvenil e a organização que se dá primordialmente pelos jovens. Começa uma nova etapa na IC com uma maior valorização dos fiéis que, conforme citamos anteriormente, a partir dos dizeres de Mainwaring (1989), têm algo a ensinar.

Esse reconhecimento de que os fiéis (leigos) têm o que ensinar origina-se na necessidade de que a IC tem de se lançar em diferentes espaços da sociedade, pois diversas outras igrejas também o fazem e ocupam lugares antes predominantemente católicos. Não somente as igrejas, mas outras organizações ocupam o tempo das pessoas que não têm somente a Igreja para participar. Os anos de 1980 serão lembrados pela participação social, política e religiosa, especialmente, das pastorais sociais, ligadas à TL. Porém, esta tese não se consolidará, pois com as novas transformações ocorridas, via redemocratização, a IC precisará rever suas ações. Isso provoca novas mudanças e novas discussões na Pastoral da Juventude. É o que discutiremos a seguir.

### **1.9 Anos de 1990 – eis que surge uma “nova” Igreja**

Os anos de 1990 registram outra ação evangelizadora. É o que mostra o documento de conclusão da reunião dos bispos em Santo Domingo (1992).

A novidade da ação evangelizadora a que temos convocado afeta a atitude, o estilo, o esforço e a programação ou, como propus no Haiti, o ardor, os métodos e a expressão. Uma evangelização nova no seu ardor supõe uma fé sólida, uma caridade pastoral intensa e uma fidelidade a toda prova [...] na tarefa de enunciar o evangelho. [...] A nova evangelização há de ser assim

uma resposta integral, pronta, ágil, que fortaleça a fé católica nas suas verdades fundamentais, nas suas dimensões individuais, familiares e sociais (CELAM, 1993, p. 19-20).

Estas palavras citadas acima fazem parte do discurso inaugural do Papa João Paulo II, por ocasião da 4ª Conferência Episcopal Latino-americana, realizada em Santo Domingo – República Dominicana, em 1992. Explicitamente, o Papa conclama a mudança da ação de evangelização da Igreja Católica referendando a necessidade de dar resposta ao crescimento de outras denominações religiosas que acendem, nesse momento histórico, e ocupam espaços da Igreja Católica. O discurso papal demonstra uma preocupação com esse avanço de outras religiões. Dando sequência ao seu discurso, João Paulo II afirma que “as seitas e os movimentos ‘pseudo-espirituais’ são causa de divisão e de discórdia nas vossas comunidades eclesiais, cuja expansão e agressividade urge enfrentar” (CELAM, 1993, p.20).

Há uma necessidade explícita de se reatualizar a ação evangelizadora para não se perder fiéis para outras igrejas que surgem constantemente no Brasil. Existe, ainda, outro fator externo, a religiosidade que influencia na evolução do neopentecostalismo<sup>14</sup>. De acordo com Sofiati (2004, p. 88) “a cultura do neoliberalismo penetrou de forma intensa na dimensão religiosa do ser humano”. Esse processo influencia a mensagem evangélica. Para atrair os fiéis, faz-se necessário ter uma linguagem que valoriza “o lúdico, a música, o experiencial em detrimento do estudo mais aprofundado da religião e de um embasamento teórico da missão da IC” (SOFIATI, 2004, p.88). Essa preocupação com a linguagem é expressa pelo pontífice no mesmo discurso já citado o qual afirma que “pode também ocorrer que os fiéis não encontrem entre os agentes da pastoral aquele forte sentido de Deus, que eles deveriam transmitir em suas vidas” (CELAM, 1993, 21).

É perceptível nas palavras do Papa João Paulo II que os líderes católicos conclamam a uma revisão da evangelização, a partir de então, o discurso católico passará por transformações. Aspectos políticos tão presentes em seu discurso, na década de 1980, já não fazem parte dos dizeres religiosos católicos. Há uma preocupação com a participação, porém ela deve ocorrer a partir dos espaços da Igreja. É nítida, também, a valorização do indivíduo e dos mecanismos de enfrentamento às igrejas evangélicas.

---

<sup>14</sup> O neopentecostalismo também chamado por alguns autores como pentecostalismo autônomo, pentecostalismo místico, o neopentecostalismo é uma vertente do movimento evangélico que apareceu no Brasil em finais dos anos 70, fortalecendo-se nos idos de 1980. Sua marca específica é a liberação dos estereotipados usos e costumes, os quais durante muito tempo caracterizavam os crentes no Brasil, tais como: cabelos longos, saia abaixo do joelho, proibição de assistir televisão etc. Houve também, por parte desta corrente, uma exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito (sic) de anjos decaídos e a pregação enfática da Teologia da Prosperidade, associada à aquisição de bens materiais (CARNEIRO, 2007, p. 1-2).

Essa nova evangelização à qual se refere João Paulo II se insere num contexto neoliberal cujos ideais asseveram a individualidade. Segundo Sofiati (2004, p.89) “essa nova cultura insere a lógica da vida privada no cotidiano das pessoas: a proposta agora é satisfazer os próprios desejos e viver o presente sem preocupação com o futuro”.

Nesse sentido, conforme nos referimos no início do capítulo, a Igreja Católica sempre esteve atenta às transformações sócio-políticas procurando adequar a sua proposta de evangelização aos modelos sociais, visando atender as exigências do povo em vista de não perder fiéis. Com isso, a IC posiciona-se, enquanto uma instituição milenar, visando atender às demandas do tempo e aos jogos de interesses da instituição religiosa. Uma demonstração dessa adequação ao seu tempo é a eclosão dos padres cantores católicos, principalmente da Renovação Carismática Católica (RCC), que se vinculam à tendência neopentecostal da IC, visando a ocupar um espaço lúdico de evangelização que, no início dos anos de 1990, era preferencialmente ocupado pelos cantores evangélicos. Essa ação faz parte de uma tendência das práticas discursivas da IC ligada a FD neopentecostal, conforme discutiremos a partir do próximo capítulo, tomando como base a AD de linha francesa para explorar os enunciados produzidos no discurso religioso da Pastoral da Juventude.

## CAPÍTULO 2

### 2 BASES TEÓRICAS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO, IDENTIDADE E JUVENTUDE

Neste capítulo, apresentamos um levantamento da constituição da AD na França, especialmente de acordo com leituras de Pêcheux (2006, 2009), Mالدیدier (2003) e Gregolin (2006) sobre as fases da AD Francesa e as suas mudanças teóricas no decorrer de sua história. Em seguida passamos a explorar as principais noções-conceitos, que julgamos serem importantes para as nossas análises. E, por fim, explicitamos as noções de juventude e identidade juvenil. Visando posicionar teoricamente as principais reflexões da pesquisa, objetivando correlacionar teoria da AD com os pressupostos teóricos sobre juventude e juventude católica que sustentam o corpus da pesquisa.

#### 2.1 Um olhar histórico sobre o surgimento da Análise do Discurso

A Análise do Discurso surgiu em um contexto em que alguns autores não se conformavam mais com saberes cristalizados, “universos logicamente estabilizados” (PÊCHEUX, 2009), cujas concepções linguísticas consolidadas, até então, especialmente pautadas no estruturalismo saussuriano, começavam a ser questionadas. Nessa acepção, a Análise do Discurso visa a analisar a língua enquanto instância produtora de sentidos, considerando que esta não é estática, nem estável, mas é construída sócio-historicamente e, por meio dela, materializa-se o pensamento e a constituição de indivíduos em sujeitos, pois o discurso atua como processo de subjetivação. Por esses motivos, a AD não pode ser pensada, estudada, analisada de maneira isolada, sem ponderar os aspectos externos de sua elaboração.

Pode parecer incoerente referirmo-nos a questões históricas para abordar os estudos da língua(gem), porém, a AD desfaz esses equívocos, conforme podemos notar nos dizeres de Paula e Stafuzza (2010, p.12), que esclarecem que o discurso “constrói sentido(s) em movimento, no jogo ‘real’, extra-linguístico, histórico.” As autoras afirmam, ainda, que

a Análise do Discurso no Brasil só começou a ser estudada nos anos 80 [...], enquanto que na França, sua produção teórico-analítica foi iniciada num período conturbado da história, a década de 60, momento de revoluções das mais variadas (época marcada pela consolidação do Partido Comunista francês, pelas lutas estudantis – o famoso maio de 1968, pela independência das colônias francesas, etc.) (PAULA E STAFUZZA, 2010, p. 13)

Para nosso trabalho, cuja base teórica é a AD francesa, torna-se relevante a conceituação histórica de fatos que foram importantes para a consolidação da teoria. Enquanto

as primeiras discussões sobre a AD surgiam no Brasil, por volta do início dos anos de 1980, de acordo com Gregolin (2006), nessa época, na França, a AD já passava por reformulações motivadas pelas perdas de Althusser, Foucault e Pêcheux<sup>15</sup> aliadas a acontecimentos que provocaram significativas mudanças sociais, tecnológicas e políticas a partir de meados da década de 1980, determinando, contudo, uma gramaticalização da disciplina e distanciamento das teorias marxistas.

Se no Brasil os estudos de AD se iniciam na década de 1980, na França, já era reformulada. Tal ocorrência se dá, porque nessa década os estudos sobre a Análise do Discurso na França já tinham outra trajetória, pois essa disciplina surgira na década de 1960 a partir dos construtos teóricos de Michel Pêcheux. Conforme a teoria pecheutiana, há um tripé de sustentação teórica da AD, oriundo da Linguística, do materialismo histórico e da Psicanálise. Porém, Pêcheux não é o primeiro estudioso a se referir à Análise do Discurso. Embora reconheçamos esse tripé, não podemos deixar de citar que foi o linguista norte americano Zellig Harris, em 1952, o primeiro teórico a utilizar o termo Discourse Analysis (Análise do Discurso). As teorias harrisianas se tornaram importantes para Pêcheux que, nas palavras da Maldidier (2003), define-o como inspirador do método pecheutiano e talvez até do dispositivo técnico. A autora comenta que

Harris era o lingüista necessário a Michel Pêcheux para analisar os ‘efeitos de sentido’, determinado como ele estava, a perseguir a formação do sentido para além da unidade que um sujeito dá a seu texto, na própria derrota da discursividade (MALDIDIER, 2003, p. 24, destaques originais).

Após Harris, e apoiando-se nele, Pêcheux é o próximo teórico a cunhar noções-conceito sobre a AD na década de 1960, na França. Com isso, tornou-se o fundador da AD de linha francesa.

Desde as primeiras teorias francesas de Análise do Discurso, desenvolvidas nos anos de 1960 na França até os dias atuais, houve muitas reformulações de conceitos, métodos e material de análise. O próprio fundador da AD Francesa, em seus últimos textos<sup>16</sup>, reformulou algumas questões sobre a disciplina a qual passou por reformulações desde as primeiras discussões acerca de Análise do Discurso. Dessa forma, o próprio Pêcheux, em um exercício de autocrítica, reformulou conceitos importantes para a área distinguindo-a em três épocas.

<sup>15</sup> Pêcheux morreu em 1983, Foucault em 1984 e Althusser, após matar a esposa, em 1980, é internado em um manicômio onde faleceu em 1990.

<sup>16</sup> O mais conhecido e mais contundente texto de Michel Pêcheux que discorre sobre as fases da Análise do discurso é o texto “A análise de discurso: três épocas (1983)”, escrito em 1983 (ano de sua morte). Nele o autor pontua os principais elementos e conceitos de cada fase da AD na França.

Pêcheux iniciou as teorias da Análise do Discurso a partir do discurso político, e, posteriormente, esse campo de pesquisa se expandiu passando a ter diferentes corpora de análises. Ao passo que Foucault (2000), com quem Pêcheux dialogaria mais tarde, acena para a necessidade de uma disciplina que aborde aspectos do cotidiano do ser humano. Segundo o filósofo, a História não seria suficiente para dar conta de toda a transformação ocorrida na humanidade.

Embora haja distanciamentos teóricos entre os dois estudiosos franceses, o que podemos inferir é que a noção de formação discursiva, grosso modo, tanto em Foucault quanto em Pêcheux se fundam em restrições, se considerarmos que, para Pêcheux (2009, p.147), formação discursiva é “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) a partir de uma posição dada na conjuntura social”. Enquanto que para Foucault (2000), Formação Discursiva ocorre quando se pode descrever entre certo número de enunciados um sistema de dispersão ou se pode definir uma regularidade entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas. Como se vê, os conceitos dos dois pensadores se aproximam, o que denota que alguns de seus pressupostos teóricos se confluem, apesar de os dois dialogarem somente em 1980. Tal aproximação teórica de Pêcheux e Foucault talvez tenha ocorrido devido ao fato de ambos terem sido alunos de Althusser.

A AD, ainda, é considerada uma disciplina em franca construção teórica, talvez por seu caráter transitório, instável, pois, à medida que surgem novos objetos, há a necessidade de diferentes metodologias de análise. Isso se dá devido a sua relação intrínseca com a história e com os sujeitos envolvidos nos processos discursivos. Assim, a demanda por elementos históricos e sociais, constitutivos dos discursos produzidos e das posições ocupadas pelos sujeitos, provoca a transitoriedade e constante mudança da AD, diferentemente do pensamento que estruturou a primeira fase dessa disciplina, a qual é denominada por Pêcheux (1983) AD1.

Dessa forma, a AD1 – primeira fase da Análise do Discurso – a qual vê na produção discursiva uma estrutura fixa, é definida como

uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que "utilizam" seus discursos quando na verdade são seus "servos" assujeitados, seus "suportes" (PÊCHEUX, 1993, p. 311, destaques do autor).

No contexto da AD1, o sujeito é marcado pela ilusão de que é fonte do seu dizer. Essa máquina discursiva-estrutural fechada, homogênea, oriunda do sujeito, será revista e redefinida nas outras fases da AD. Essa fase, ainda vinculada ao estruturalismo saussureano, toma o discurso como algo homogêneo, resultado de condições de produção estáveis e homogêneas. Nesse contexto, a

AD-I é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as "máquinas" discursivas constituem unidades justapostas. A existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo (PÊCHEUX, 1993, p.313, grifos do autor).

Nessa fase da AD, o sentido linguístico da língua (langue), influenciado pela teoria saussureana, se sobrepõe aos outros dois importantes elementos do discurso: o sujeito e a história. Assim, para que exista outro sentido é preciso considerar a configuração do sentido primeiro, o qual determinará a existência de outros sentidos formalizados. O “primado do mesmo” sentido começa a ser revisto na segunda fase, quando se inserirá a noção de heterogeneidade discursiva, proposta por Authier-Revuz.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 241) afirmam que na segunda fase da Análise do discurso (doravante AD2), Michel Pêcheux utiliza do conceito de formação discursiva de Michel Foucault e, inicialmente, percebe-a como operadora do “assujeitamento” do sujeito ideológico, uma vez que a FD determina o que pode e deve ser dito a partir de uma determinada posição e situação. No final da década de 1970, Pêcheux reflete sobre a noção de interdiscurso, mas mantém a noção de sujeito como efeito de assujeitamento. Assim,

a noção de formação discursiva, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu "exterior": uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente "invadida" por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de "pré-construídos" e de "discursos transversos"). A noção de interdiscurso é introduzida para designar "o exterior específico" de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva (PÊCHEUX, 1993, p.314, destaques do autor).

Nota-se, nas palavras pecheutianas, uma aproximação das concepções de Foucault que muito contribuem para as reformulações das teorias de AD a partir desse momento. Nessa segunda fase da AD, a noção de discurso enquanto máquina estrutural começa a dissipar e,

nesse período, considera-se que há outros fatores (anteriores, componentes de Formações Discursivas) que formam outra FD. Surge, nesse contexto, a noção de interdiscurso, que considera elementos exteriores (sociais, históricos, culturais) articulados aos elementos linguísticos. Ainda nesta fase, a noção de sujeito - origem do sujeito do discurso - é mantida, pois a ideia de que é assujeitado permanece como suporte discursivo. A “tese da interpelação ideológica é mantida, porém é invertida; não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 70). Surgem questionamentos sobre a forma-sujeito, mesmo porque Pêcheux começa a compreender que o sujeito não é estável. Percebe-se que o dizer de um sujeito é perpassado por outros que lhe são anteriores, conseqüentemente, congregando elementos do interdiscurso. Assim, segundo Maldidier (2003, p. 70), a “noção de dominação da ideologia dominante” é questionada. Essas noções encaminham para o surgimento da noção de heterogeneidade, cuja primazia ocorre na AD3.

No decorrer da década de 1980, a AD atinge sua terceira fase – AD3 – a qual advém ao surgirem várias interrogações sobre a questão do sujeito do discurso, do espaço e da memória. Eis algumas questões que mobilizaram esta fase da AD:

O que faz com que textos e seqüências orais venham, em tal momento preciso, entrecruzar-se, reunir-se ou dissociar-se? Como reconstruir, através desses entrecruzamentos, conjunções e dissociações, o espaço de memória de um corpo sócio-histórico de traços discursivos, atravessado de divisões heterogêneas, de rupturas e de contradições? Como tal corpo interdiscursivo de traços se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela mas também nela? (PÊCHEUX, 1993, p. 317, destaques do autor).

Nesta fase da AD ampliam-se os questionamentos e reformulações, passa a se considerar o discurso em sua relação com outros discursos, amplia-se a noção de interdiscurso e de memória discursiva. Influenciado pelas ideias de Foucault, Pêcheux considera a singularidade do acontecimento discursivo que, como diz Maldidier (2003, p.72), explora a noção de “fio do discurso em relação com o interdiscurso”, reformulando o pensamento que iniciara as discussões sobre a AD na década de 1960.

Conforme já citamos, ao nos referirmos às três épocas da AD, na terceira fase, Pêcheux (1993) reporta-se a Foucault para referir-se à FD enquanto um dispositivo que não é fechado, mas é invadido por elementos (oriundos de outras FD's) que são externos a ela e se repetem. Dentre estes elementos exteriores que compõem o discurso estão o já-dito, o

acontecimento, o campo associado e os sujeitos, os quais ocupam determinadas posições em vista das condições sócio-históricas da formação discursiva.

Há, nessa fase, um distanciamento da teoria marxista, ao passo que se aproxima teoricamente dos pressupostos foucaultianos (MALDIDIER, 2003). Authier-Revuz aparece como outra estudiosa importante nessa fase da AD, pois suas reflexões sobre as heterogeneidades passam a ser determinantes para os novos rumos da disciplina, colocando em “evidência as rupturas enunciativas no ‘fio do discurso’, o surgimento de um discurso outro no próprio discurso” (MALDIDIER, 2003, p. 73). Podemos resumir, assim, as principais influências, nessa fase, que proporcionaram novas teorias à AD: a singularidade do acontecimento discursivo, heterogeneidade discursiva (primado do outro sobre o mesmo) e memória discursiva que, aliados à noção de FD foucaultiana, vão determinar a discursividade, caracterizando o “surgimento do outro no discurso de um sujeito”, segundo Maldidier (2003, p.77).

Para fundamentar o pensamento desta fase, podemos usar as palavras de Gregolin (2006), segundo a qual a FD não se refere a um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos do sujeito. Gostaríamos de destacar o plural “lugares enunciativos do sujeito” que corrobora a ideia da não-rigidez discursiva pelo fato de que o sujeito enuncia de lugares enunciativos outros. A partir desse momento, não há mais o primado do mesmo, há o primado da heterogeneidade (“primado do outro sobre o mesmo”) constitutiva do discurso, pois seus elementos são dispersos, considerando o teor sócio-histórico. Segundo o pensamento pecheutiano, nesta fase,

o desenvolvimento [...] de numerosas pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos -- "interfrásticos" - permite à AD-3 abordar o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos "pontos de vista" e "lugares enunciativos no fio intradiscursivo". Alguns desenvolvimentos teóricos que abordam a questão da heterogeneidade enunciativa conduzem, ao mesmo tempo, a tematizar, nessa linha, as formas lingüístico-discursivas do discurso-outro (PÊCHEUX, 1993, p. 316, destaques do autor).

Segundo as palavras de Pêcheux, as teorias desenvolvidas no decorrer das três fases da AD culminaram nas noções inseridas na 3ª fase, em que outros discursos perpassam o fio discursivo e determinam as relações discursivas. Assim, a AD3 é marcada pelas noções exteriores ao lingüístico, constituintes do discurso. Nessa fase, destacam-se teorias de outros estudiosos que dialogam com os legados filosófico-lingüísticos estabelecidos na teoria da AD

até então e fazem surgir conceitos importantes para a AD, conforme exploraremos no próximo tópico.

### **2.3 Considerações sobre discurso e seus constituintes**

Para Foucault (2006), o discurso é historicamente construído, pois ocorre em relações discursivas distintas. De acordo com o teórico, as relações discursivas oferecem ao discurso objetos de que ele pode falar e determinam o feixe de relações com a qual o discurso pode se efetuar. Segundo este filósofo, nem sujeito nem objeto existem a priori, eles coexistem a partir de uma prática dentro de uma sociedade que compõe as formações discursivas as quais se definem por estabelecer relações discursivas entre determinados objetos.

De acordo com a concepção foucaultiana, a qual permeará as discussões da AD a partir dos anos de 1980, o discurso é um instrumento histórica e socialmente construído por proposições relacionadas ao saber como forma de aquisição de poder que, por sua vez, não tem uma dimensão rígida, inalterada, pronta, estável. A sua dimensão transitória ocorre por seu caráter histórico-social, construído cotidianamente e, por esse motivo, sujeito a transformações. Segundo Foucault (2009),

o discurso [...] não é simplesmente o que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que — isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Nesse sentido, compreendemos que o discurso ao mesmo tempo que serve para manifestar um desejo é, por si próprio, objeto do desejo; afinal, quem o controla detém o saber de onde deriva o poder. É preciso considerar as condições para a existência de um discurso que ocorre nesse ponto de relações distintas. O discurso não existe de maneira independente, visto que ele depende “do objeto que não preexiste a si mesmo [...], mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 2000, p. 51). Assim, as formações discursivas são formadas por práticas discursivas inerentes a essas formações.

Na realidade, mais do que o poder, o discurso é uma forma de dominação, porque gera obediência e resistências, uma vez que toda forma de poder pressupõe formas de resistência. De acordo com Foucault (2000), podemos defini-lo como uma prática, pois, para esse estudioso, todas as práticas (discursivas ou não discursivas) têm relação com o poder e o saber. É o que depreendemos quando nos deparamos com a seguinte afirmação:

gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2000, p.56).

Ao referir-se a esse “mais” que permeia o discurso, esse autor refere-se aos elementos exteriores ao discurso, tanto que em sua obra *Arqueologia do Saber* (1969), o filósofo destaca as características de um enunciado que compõe o discurso, as quais aprofundaremos em nossas análises mais adiante. Segundo ele, o discurso é um conjunto de regras, portanto, práticas que formam objetos por meio de relações complexas. Segundo Gregolin (2010, p.11), Foucault “quer entender as relações que os enunciados mantêm entre si e com acontecimentos técnicos, políticos, sociais e como as verdades, os sujeitos e os objetos são construídos por meio da produção e circulação de discursos.”. Concernente a isso, todo discurso produzido em uma determinada época carrega marcas externas inerentes ao período em que é produzido. Se olharmos de forma analítica, por exemplo, para as gírias utilizadas pelos jovens, notaremos que a cada época surgem termos cujos usos decorrem de influências sócio-históricas inerentes ao período em que se inserem.

Para Foucault (2000, p.25), as unidades do discurso estão interligadas ao “conjunto de enunciados que eram, na época de sua formulação, distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente”. Embora o estudioso não use, em sua obra, o termo condições de produção do discurso e interdiscurso, ele explicita tais noções, por exemplo, ao explorar o já dito e as relações dos enunciados com outros produzidos anteriormente os quais atravessam outros enunciados que estão sendo produzidos. É notável, em seus escritos, a importância de tais condições para a existência do discurso. Foucault não faz referência a condições de produção do discurso, porque esse termo é oriundo das concepções marxistas das relações de produção e, segundo Gregolin (2006), para Foucault, o marxismo não devia ser tido como uma ciência, assim como desejavam outros teóricos althusserianos<sup>17</sup>, mas, conforme seus estudos, a obra de Marx devia funcionar como mais um “instrumento de trabalho”, entre

<sup>17</sup> Louis Althusser, marxista, foi orientador de Michel Pêcheux e Foucault.

outros que compunham suas pesquisas. Por isso, diferentemente de Pêcheux, as noções marxistas pouco influenciam as construções teóricas foucaultianas, porém, o filósofo aborda a exterioridade, a raridade e o acúmulo como elementos constitutivos do discurso que nos remetem à noção de condições de produção.

De acordo com o pensamento foucaultiano, o(s) discurso(s) produzido(s) em diferentes épocas está(ão) relacionado(s) a outros discursos de épocas anteriores, pois não produzimos um discurso a partir do nada. Tudo que enunciamos é feito a partir de um determinado lugar social. Todo discurso, conquanto esteja relacionado a outros discursos já emitidos anteriormente, é atravessado por situações de acontecimentos que compõem os períodos em que foram construídos. Em *A ordem do discurso*, Foucault (2009, p.26) diz que “o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do seu retorno”. Portanto, afirmamos, pautados nesses dizeres, que o acontecimento não se repete, pois a cada acontecimento há outros elementos que o envolvem, existe outra situação, outros sujeitos, são outras as condições sociais e históricas, logo, outras as condições de produção. O acontecimento envolve elementos discursivos e não-discursivos (leis, instituições, acontecimentos políticos, econômicos, culturais etc.), pois é histórico, implica relacionar o discurso a outros elementos ligados à exterioridade. Segundo Fischer (1996), é essa relação entre o discursivo e o não-discursivo que faz com que em determinada época apareça um objeto de poder e saber e não outro objeto. Assim, de acordo com Foucault (2000), o que transformará uma frase, uma proposição, um ato de fala em um enunciado será justamente os seus elementos exteriores, ou seja, por ter sido produzido por um determinado sujeito, em um lugar enunciativo definido, determinado por regras sociais e históricas. Consequentemente, há uma relação intrínseca entre o enunciado, as suas condições de existência e o que ele enuncia.

Nessa mesma linha de pensamento, na obra *Estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux (2006) analisa o enunciado *on a gagné*, produzido em um dado momento histórico, mostrando como esse enunciado adquire a dimensão de acontecimento discursivo. Ao analisar o enunciado *on a gagné* (ganhamos), produzido no momento da eleição de F. Mitterrand à presidência da França, em 1982, Pêcheux (2006) afirma que só é possível o uso de um enunciado esportivo no campo político devido à opacidade da língua, que produz deslizamentos de sentidos, ou seja, um mesmo enunciado pode ter significados diferentes em acontecimentos diferentes.

Conforme os estudos foucaultianos (2006), o enunciado é a unidade mínima do discurso, “a mais molecular”, pois envolve um sujeito, uma materialidade, um suporte, uma data, um lugar. Segundo o filósofo,

a identidade de um enunciado está submetida a um segundo conjunto de condições e de limites: os que lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar (FOUCAULT, 2006, p.119).

Gregolin (2004), simulando entrevista com Foucault, ao interpretar esses dizeres, afirma que a identidade de um enunciado submete-se a limites impostos pelo lugar que ocupa entre outros enunciados, porque há condições particulares que definem a realização de um enunciado e lhe darão uma existência específica. Desse modo, tomando como objeto de análise o discurso religioso podemos afirmar que se submete aos limites de coexistência dos enunciados que são produzidos consoante ao período histórico em que aparecem, aos objetivos e às necessidades da instituição religiosa a qual ocupa uma determinada posição-sujeito no momento da enunciação. Destarte, um enunciado é formado por um conjunto de signos, porém o que o torna um enunciado, são outros elementos que o constituem enquanto

modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (FOUCAULT, 2000, p. 123-124, destaques do autor).

Tais elementos o tornam uma função enunciativa que, segundo Foucault (2000, p.133), “requer um referencial; um sujeito; um campo associado e uma materialidade”, definida por práticas discursivas e/ou não discursivas “que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2000, p.136).

De acordo com essas concepções, o enunciado terá sentido dependendo das condições históricas e sociais, e das posições sujeito construídas no discurso. O enunciado é mais que um conjunto de frases, proposições ou atos de linguagem, a sua existência ultrapassa a condição lingüística. Do mesmo modo que é visível através da materialidade lingüística, torna-se oculto devido a sua exterioridade, enquanto função enunciativa, pois se constitui, também, por elementos exteriores que o modificam a cada momento em que é produzido, pois “de um lado ele é um gesto; de outro liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (FOUCAULT, 2000, p. 29). Nesse sentido, o enunciado que é produzido nos documentos da IC no interior de uma

formação discursiva, como mostraremos no capítulo III, terá um determinado efeito de sentido de acordo com as regras que determinam a sua existência, a sua relação com a história, com os sujeitos e com o que ele enuncia, enfim, a possibilidade de sua aparição.

Conforme o filósofo francês (2000, p.128), “nem tudo é sempre dito”, isso significa que as FDs estabelecem os dizeres de um discurso concernente aos aspectos históricos e sociais que determinam a emergência de um enunciado.

Tomando como materialidade discursiva o discurso religioso católico, a noção de raridade nos mostra que outros elementos atravessam a produção desse discurso, tais como dogmas, doutrinas, a bíblia, etc. Assim, a PJ se apropria dos ditos bíblicos e os reproduzem, repetem e transformam.

Esta característica do enunciado, estabelecida por Foucault (2000, p. 139), vinculada ao seu estatuto de raridade, pode assim ser definida como

coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição; coisas que são deslocadas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido. Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles.

Por serem raros os enunciados, embora sejam repetidos, são transformados pelos sujeitos que ocupam diferentes posições no momento da enunciação, pela história ou pelos acontecimentos históricos que permitem o surgimento de um enunciado e não outro. Assim, “nem tudo é dito”, também, no discurso religioso, pois os enunciados produzidos por ele têm um valor definido segundo as regras de formação desse campo enunciativo.

Tendo em vista as características do enunciado e as regras que possibilitam seu surgimento, conforme descrição supracitada, enfocaremos os enunciados produzidos pela PJB, demonstrando como os acontecimentos sócio-históricos e políticos determinam a elaboração de enunciados religiosos efetivamente produzidos pela PJ. Em nossas análises exploraremos a prática discursiva da PJ, a partir dos enunciados produzidos.

## **2.4 O discurso e suas possibilidades de utilização**

Foucault (2000, p. 207) entende que o saber é “o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso”. Dito isso, define saber como

“possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” e certifica-se que ele não existe fora de “uma prática discursiva definida e, toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que forma.” Portanto, há regras que definem práticas discursivas que formam saberes e se entrecruzam com o poder. Assim, podemos dizer que o discurso religioso ocupa-se de objetos que constituem sua prática discursiva.

Nesse contexto, insere-se a Pastoral da Juventude, pois segue regras estabelecidas por práticas cristãs e políticas através de relações de micro-poderes que se consolidam nos saberes adquiridos por meio do processo de formação integral. Processo esse que reúne diversos saberes para solidificar o discurso religioso da PJ.

Dessa forma, podemos afirmar que todo discurso ao ser (re)produzido remete a outros discursos elaborados anteriormente. Para consolidar nossa afirmação retomamos os dizeres de Bakhtin (1993), o qual afirma que somente o discurso mítico do Adão bíblico não aciona outro discurso. Nesse sentido, Foucault (2006) afiança que o discurso se materializa num conjunto de relações anteriores, exteriores e posteriores ao sujeito, pois é historicamente construído e atravessado por elementos outros que o constituem. Assim, o discurso da Pastoral, produzido na década de 1980, relaciona-se com outros discursos, pois remete ao discurso bíblico, ao discurso político de esquerda e ao discurso marxista, em função das condições de produção que o circundam. E, considerando os elementos exteriores do discurso, o discurso religioso, que irrompe no início do século XXI, é perpassado pelos ditos do neopentecostalismo.

Com relação ao poder, Foucault (1998, p.8) explica que ele não é somente repressivo, mas “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” e deve ser visto “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social.” Ainda, segundo esse filósofo, o indivíduo se submete a diversos saberes, por meio de técnicas de controle. Esses saberes constituem subjetividades concretas as quais tomam corpo nos gestos, postura, olhar e discursos. De acordo com o pensamento foucaultiano, o sujeito é constituído através de longos e conflituosos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos. Para o pensador, existe uma relação intrínseca entre sujeito, saber e poder. O discurso é um veículo/alvo das relações de saber/poder que se explicitam nos discursos, dentre eles o discurso religioso.

A história nos mostra que a sociedade apresenta as marcas da influência daqueles que exercem o poder, seja ele social, econômico, midiático, político, religioso, cultural etc. Esta realidade nos permite afirmar que o poder do conhecimento é uma forma de os indivíduos, que se constituem sujeitos de uma determinada sociedade, deixarem de ser subservientes aos que exercem o poder político, se autoafirmarem e interferirem na sociedade. Certamente, uma

forma de participar exercendo o poder é através do conhecimento, sendo que a aquisição do saber interfere sobremaneira na formação discursiva do sujeito que o obtém. Essa constituição do sujeito se dá por processos de subjetivação e objetivação que, segundo Foucault (1995), transformam os seres humanos em sujeitos.

Sobre os processos de subjetivação, Cardoso Jr. (2005) diz que a subjetivação é um processo de composição de modos de vida que se realiza no domínio do encontro de corpos. Através da subjetivação torna-se possível a relação de si consigo mesmo e com o outro.

Os processos de subjetivação na evangelização, ao criar modos de vida, mobilizam aqueles que se encorajam a estabelecer uma ordem de questionamentos e participação que os colocam na margem da renovação pessoal e buscam tornar-se outro(s). A evangelização por meio do processo de formação pastoral visa dar uma nova identidade ao jovem, fazendo com que ele assuma outra postura em relação à sociedade.

## **2.5 Alguns Aspectos concernentes à identidade juvenil**

A cultura imprime valores, sentidos, símbolos, formas de ver o mundo nos indivíduos que o constituem em sujeitos. Nesse sentido, ela se torna fundamental para a formação da consciência humana. De acordo com Hall (2006), a identidade é formada a partir das relações humanas entre “um eu e a sociedade” na qual o indivíduo vive. Dessa forma, essas relações tornam o sujeito envolvido em uma determinada sociedade “em um nós”. Podemos inferir, com isso, que as relações sociais influenciarão na constituição das identidades culturais.

Podemos dizer que a cultura transforma o indivíduo, torna-o sujeito e determina seu comportamento, pensamento e atitudes. Assim, a cultura é o que regula a postura do indivíduo enquanto sujeito no meio social ao qual se insere, pois é tecida junto às relações sociais que são construídas nos diversos espaços de convivência dos seres humanos. Logo, o discurso a ser produzido se constituirá a partir dos elementos extralinguísticos que compõem uma sociedade em vista das relações sociais estabelecidas em um determinado lugar discursivo.

Bosi (1992) estabelece um limite entre a cultura popular e a cultura erudita, a academia e o folclore. Percebemos essa diferença cultural por meio da linguagem, através das mais diversas formas de expressão cultural que oferecem elementos múltiplos de expressões culturais e identitárias como pontes. Para Bosi (1992, p. 326):

as pontes continuam lançadas ou em construção na música [...] (no) teatro [...]. Nas artes do espetáculo (diferentemente da arte da escrita, de consumo

individualizado) fica ainda mais difícil falar de cultura erudita separada da cultura de massa e da cultura popular. A presença física, a voz, o gesto, a procura de uma comunicação interpelante e provocadora e envolvente produzem uma forma nova de arte que aspira, no fundo, a superar aquelas barreiras há tanto tempo erguidas pela divisão social.

Os nossos traços culturais jamais serão estagnados, pois estão entrelaçados. Continuarão existindo pontes em construção, pois se trata de linguagem, base da expressão humana, como afirma Hjelmslev apud CHAUI (2000, p. 172):

a linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos, sendo o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana.

Linguagem e cultura, portanto, são frutos de uma identidade, assim como são reveladoras de identidade. É impossível falarmos em identidade sem referirmo-nos à linguagem e à cultura, pois as identidades “têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 2011, p.109). Atinente à cultura, um dos aspectos que demonstram a diversidade cultural se faz presente dentre os jovens, já que “entre os jovens brasileiros, há diferença em decorrência da pertença a certa classe social, das relações de gênero, de estilos de vida, de locais onde se habita, das culturas, entre tantas outras diferenças” (BRITO, 2006, p. 13).

Diante do exposto, notamos que não é somente a idade que define os jovens enquanto categoria, há outros fatores determinantes para a caracterização dos referenciais que constroem socialmente a identidade juvenil. Segundo Esteves e Abramoway (2007), se compararmos a juventude com outras gerações (crianças, idosos) tendemos a defini-la homogeneamente, porém, se olharmos para ela como conjunto social é possível perceber que há um conjunto de traços sociais que a diferencia (desejos, sonhos, necessidades, estilo de vida, práticas discursivas, culturas, linguagens tipificadas), que torna os jovens diferentes uns dos outros. Nesse sentido, tomando a juventude como categoria social, podemos admitir a existência de juventudes (no plural). Portanto, para o nosso trabalho acolheremos a noção de juventude enquanto categoria social, logo, ao nos referirmos à juventude, a entendê-la-emos como uma categoria que abrange diferentes juventudes.

Concernente ao termo juventude, desde a Grécia Antiga definem-se juvenis - aeoum - aqueles que estão em plena força da idade. Segundo o Governo brasileiro, para efeitos de

investimentos em programas de qualificação do jovem para o mercado de trabalho e o emprego, visando minimizar as desigualdades sociais, considera-se jovem a pessoa que está entre 15 e 29 anos, de acordo com o Conselho Nacional de Juventude criado em 30 de junho de 2005, através da Lei 11.129<sup>18</sup>, com o objetivo de formular políticas públicas de juventude. De acordo com Novaes (2007, p.1),

a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania. [...] entre os jovens contemporâneos, há diferenças culturais e desigualdades sociais. Hoje já é lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. (grifos da autora).

A sociedade moderna tende a ver a juventude como um momento de construção de identidades, período em que o jovem passa por transição, de busca de identidade, com necessidades próprias. De acordo com Silva (2011, p.74), definir identidade é a “afirmação daquilo que sou e, simultaneamente, a negação do que não sou”.

Há uma convenção estereotipada sobre a juventude a partir da qual se afirma que o jovem é a representação da falta de compromisso, da desesperança, entretanto, em pesquisa realizada pela UNESCO<sup>19</sup>, observa-se o contrário, pois os jovens que participaram da pesquisa demonstraram-se otimistas quanto ao futuro,

na medida em que os jovens expressam sua percepção de um presente que, de alguma forma, acena para eles com maiores possibilidades, sinalizam, ao mesmo tempo, sua própria expectativa de um futuro com mais e melhores oportunidades, cujo resultado pode ser traduzido na elevada proporção de jovens que se consideram satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida que levam (ESTEVES E ABRAMOWAY, 2007, p.20).

Nesse sentido, a pesquisa demonstra que esta cadeia de negações, que circunda o ser jovem, é fruto de estereótipos estabelecidos pela sociedade e não se configura no meio dos jovens. A pesquisa realizada pela UNESCO é apenas um dos trabalhos, realizados nas últimas décadas, cujo objetivo é garantir, a muitos jovens, o acesso a direitos que lhes foram cerceados. Consoante a isso, existem organizações governamentais e não governamentais que

<sup>18</sup> Art. 11. À Secretaria Nacional de Juventude, criada na forma da lei, compete, dentre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos (BRASIL, 2005, p. 2).

<sup>19</sup> Pesquisa Juventude, Juventudes: o que une e o que separa, realizada pela Unesco no ano de 2004.

visam à criação de espaços para os jovens, dentro de igrejas, de partidos políticos, grupos de dança, de música etc. dispostos a garantir lugares de expressão e afirmação das identidades juvenis. Esses movimentos juvenis se identificam com a juventude estudantil revolucionária dos anos 60, dos “caras pintadas” dos anos 90, e outros movimentos de referência na luta por justiça, por liberdade e a garantia de direitos e deveres, enfim, com a realização do sonho de igualdade que faz parte da identidade juvenil.

Concernente à participação juvenil, há diferentes demarcadores sociais que determinam as identidades juvenis na contemporaneidade:

Os jovens de hoje também se diferenciam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Estes demarcadores de identidades podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos (NOVAES, 2007, p. 2).

A partir das palavras de Novaes, notamos que diferentes segmentos de juventude se constituem socialmente nesta categoria social pelos mais diversos demarcadores sociais, embora tenham os mesmos sonhos, são diversos os caminhos que buscam visando alcançar este sonho no século XXI. Dentre os demarcadores sociais apresentados pela pensadora, um dos mais representativos na atualidade é o grupo das torcidas organizadas que se enfrentam em uma arena de diversidade de crença; em defesa de seu clube. Os torcedores organizam gritos de guerra, bandeiras e camisas personalizadas, criam rixas com torcedores de clubes adversários, brigam, matam/morrem pelo clube do coração.

Outros exemplos são os grupos religiosos, nos quais centraremos a discussão no próximo capítulo, tratando, especificamente da Pastoral da Juventude da Igreja Católica, enquanto organismo de classificação e divisão nessa busca incessante do jovem em se firmar como sujeito. As Igrejas se organizam em movimentos especializados em juventude e para atrair os jovens, elas criam estratégias de ação voltadas para este público. Com isso, adaptam sua linguagem à realidade juvenil através de grupos de música, dança, teatro etc.

Nesse contexto de diferentes olhares para sua(s) identidade(s) é que a juventude se constitui, no século XXI, como uma categoria social. Assim, a compreensão do termo juventude deve ser vista a partir da ideia de multiplicidade, de pluralidade de situações vivenciadas por esta categoria, tanto no plano cultural quanto social. Por esse motivo, o estudo da juventude poderá envolver variáveis diferentes de um país a outro ou, em casos de países como o Brasil, de uma região a outra, considerando a diversidade sociocultural brasileira que se configura na sociedade pós-moderna. Embora sejamos um país que se

declara de maioria católica, há uma multiplicidade de participações juvenis em diferentes denominações religiosas. Como estabelece uma pesquisa demonstrativa realizada com jovens universitários:

Um estudo que investigou jovens universitários no Rio de Janeiro (Novaes 2001) apontou que 64,1% não possuem religião, restando 34% que declararam vinculação a alguma instituição religiosa. Dentre estes, o catolicismo predominava, seguido do espiritismo (22,9%). Cerca de 18% declararam-se protestantes, sendo 12% de Igrejas históricas e 6,3% de Igrejas pentecostais; 4,2% declararam-se pertencentes a religiões afro-brasileiras e 4,2% informaram pertencimento ao judaísmo (FERNANDES, 2009, p. 102).

Estes dados, colhidos em pesquisa realizada entre universitários no Rio de Janeiro, servem como um demonstrativo da participação religiosa da juventude no Brasil. A contemporaneidade estabelece novas fronteiras sociais que geram possibilidades de participação que produzem identidades constituídas por diferenças.

Segundo Hall (2006), a modernidade tardia possibilita o surgimento de um conceito de identidade constituído pela contradição, pluralidade e fragmentação. Para o autor, a globalização é uma das principais causas das mudanças e interferências culturais, pois o processo de globalização diminui as distâncias, aproximando as nações e facilita a comunicação. De acordo com Rolnik (1997, p.1),

a mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades, implica também na produção de kits de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidos pelas subjetividades, independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural, etc. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade.

Conforme o pensamento de Rolnik, as variações socioeconômicas provocadas pela globalização e, especialmente, pela mídia corroboram a formatação da identidade, para a criação de subjetividades vinculadas à lógica do mercado. Essas ações disciplinadoras de sujeitos, cujo papel é fabricar indivíduos dóceis, são visíveis em todos os campos da sociedade, seja na moda, nas dietas, na publicidade, nas religiões, ou mesmo na literatura de autoajuda.

No contexto das sociedades modernas estas identidades são transitórias, pois são heterogêneas. Nesse sentido, referimo-nos a identidades que são frutos dessa relação imediata e transitória construída por diversos elementos culturais e linguísticos.

Identities transitórias, sociedade heterogênea, indivíduos dóceis; nessa junção de fatores que reforçam a fragmentação de identidades nas sociedades modernas que estão, segundo Hall (2011), em constante transformação identitária, processo produzido, principalmente pela ascensão da globalização cujas influências culturais são visíveis. Diante desse processo de globalização, diversas alterações mundiais ocorreram e continuam acontecendo. De acordo com Kathryn Woodward (2011, p.9), para a existência de uma identidade faz-se necessária outra identidade que difere dela, assim uma fornece condições para a existência da outra. Segundo a autora, a identidade é marcada pela diferença. Nesse contexto de fragmentação identitária se insere a Pastoral da Juventude. A PJ, no entanto, é apenas uma ponta do iceberg na manifestação dessas identidades, especialmente juvenil(is), nas sociedades modernas. Por esse motivo, a PJ visa a trabalhar com juventudes para atender a essa diversidade de identidades juvenis, porque a flexibilidade dos jovens permitem várias maneiras de expressão da fé e outros formatos de contato com o transcendente cuja experiência assume outra perspectiva de experiência do religioso.

Diante dessa flexibilização das sociedades, das juventudes inseridas nesse contexto social, podemos entender que somos uma sociedade em movimento, em constante oscilação que promove a constituição de identidades de transição, fruto de escolhas necessárias para a existência da sociedade. Escolhas estas, conduzidas pela existência de incertezas e crises que nos proporcionam a busca pela estabilidade, por renovações que garantam segurança e bem estar. Esta busca constante no ser humano faz com que as relações sociais se dissolvam, possibilitando, com isso, o surgimento de novas relações humanas.

Em um contexto de busca, mover-se, movimentar, torna-se característico das sociedades pós-modernas. O mover-se da cultura e das identidades, também, refere-se ao conceito de discurso proposto pela AD, sendo que, para essa disciplina, o termo discurso se define por “curso, per - curso, correr por, movimento” (ORLANDI, 2002, p.15). Logo, o discurso é a palavra em movimento. Portanto, o que interessa à Análise do Discurso é esse mover-se da palavra e a produção dos sentidos na história, o que só é possível, segundo Orlandi (2002), se considerarmos o homem se relacionando com sua história. É esse movimento do discurso e da história que nos interessa enquanto escolha teórica, por isso, no próximo capítulo, propomos analisar os documentos da PJ, pelo viés da AD de linha francesa, observando como as transformações históricas interferem nas posturas da igreja em relação ao jovem.

## **CAPÍTULO 3**

### **3 ANÁLISE DISCURSIVA: O SUJEITO JOVEM NA PJB**

Nas seções anteriores, retomamos alguns momentos históricos importantes na constituição da história da PJB, apresentando aspectos e etapas que determinaram ou contribuíram para a formação da Pastoral. Além dessa discussão, teorizamos sobre a noção de discurso e relevantes noções-conceito para a AD, oriundos de práticas discursivas que produzem identidades, especialmente, em relação à juventude brasileira e, em particular, da juventude católica. Neste capítulo, propomos caminhar pelas veias dos documentos que compõem o corpus da pesquisa, a partir do viés da Análise do Discurso de linha francesa, com a qual dialogaremos em nossas análises, tendo em vista o constructo teórico exposto no capítulo anterior.

#### **3.1 Documentos que conduzem à evangelização da juventude na PJ**

Inicialmente, antes de enveredarmos pelas análises dos enunciados que constituem o discurso que propomos analisar, é necessário caracterizar os documentos constituintes do corpus para que o leitor informe-se da maneira pela qual o jovem é neles objetivado, discutindo a forma como os documentos os caracterizam e apontam possibilidades para que o jovem, uma vez inscritos na FD da PJ, constitua-se como sujeito dessa prática discursiva. Observaremos, também, os processos interdiscursivos inscritos nos documentos e as condições de produção dos mesmos, utilizados como dispositivo de evangelização da PJ, conforme serão caracterizados a seguir.

Por conseguinte, ressaltamos, portanto, em nossas análises, os efeitos de sentido que são produzidos pelo discurso da PJ e os modos de constituição do sujeito do discurso dessa instituição, a partir da análise dos enunciados pastorais. Além das posições-sujeito, que constroem identidades no discurso pastoral, bem como a interferência das condições de produção na constituição dos enunciados. É importante salientar que, para Pêcheux (1997), as posições-sujeito são as relações de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito), pois existem diferentes posições-sujeito em uma FD, é o que ocorre no interior da IC, na PJ e nos diferentes movimentos de juventude católica.

#### **3.2 O documento 44 – coleção estudos – CNBB**

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vê na elaboração de documentos uma maneira de tornarem públicas e conhecidas as discussões e as definições que acontecem no campo da hierarquia católica. Com isso, as suas publicações são fruto de reflexões, discussões e decisões que surgem a partir de assembleias, reuniões e/ou encontros dos líderes católicos responsáveis pela articulação de seus saberes.

Nesse contexto, o Documento 44 – Pastoral da Juventude no Brasil (CNBB, 1986) (figura 1), compõe a coleção de estudos da CNBB.



Figura 1 – Doc. 44 “Pastoral da Juventude no Brasil” (CNBB, 1986).  
Fonte: <http://www.skoob.com.br/livro/-pastoral-da-juventude-no-brasil>

Os documentos da coleção estudos<sup>20</sup> da CNBB são passíveis de revisões e mudanças teóricas, pois são considerados reflexões e/ou orientações pastorais. Assim, o documento foi elaborado a partir das ponderações “dos delegados do 4º encontro Nacional da Pastoral da Juventude que, em 1983, pediram que o tema ‘juventude’ fosse aprofundado na Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro”. (CNBB, 1986, p.5 - grifos originais).

Em 1985, durante a 23ª Assembleia Geral da CNBB, o tema foi apreciado e aprovado pela maioria dos 130 bispos presentes. A elaboração do mesmo coube ao Setor Juventude da CNBB, órgão responsável pela articulação da evangelização dos jovens. O trabalho foi executado com a participação dos próprios jovens e, após a primeira elaboração, fora revisado e refeito, a partir das contribuições das dioceses.

Posteriormente, o texto foi apresentado aos bispos, durante a 24ª Assembleia Geral da CNBB, em abril de 1986, na cidade de Itaiaci-SP. “Após a incorporação das emendas sugeridas

<sup>20</sup> Os documentos da Coleção Estudos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – denominada coleção verde da CNBB - são publicados com capa verde, pois são orientações pastorais, cujo conteúdo não é definitivo e pode ser alterado de acordo com outras reflexões e decisões da CNBB.

pelos bispos, a redação final foi aprovada pela CEP<sup>21</sup>, em reunião realizada nos dias 27 a 29 de maio de 1986” (CNBB, 1986, p. 5).

Embora o documento tenha sido produzido com a participação dos jovens, houve a “incorporação das emendas sugeridas pelos bispos”, ou seja, houve uma seleção e controle do discurso pelos bispos. Esse procedimento nos remete às reflexões de Foucault (2009), quando afirma, no livro *A Ordem do discurso*, que todo discurso é controlado, selecionado; é o objeto por que e pelo que se luta.

Outro aspecto importante no contexto de elaboração do documento 44 é o fator social, político e econômico os quais influenciaram o posicionamento da Igreja Católica naquele momento histórico. Vale ressaltar que o documento 44 foi publicado em 1986, mas, o que se apresenta na publicação é resultado de discussões promovidas no interior da PJ, desde os anos de 1970, período em que o Brasil era governado pelos militares que perduraram até o início da década de 1980, quando o país passou por um processo de redemocratização, voltando a ser governado por civis. Portanto, no momento da publicação do documento, a Igreja Católica – por meio de sua ala progressista – via a possibilidade de concretizar teorias/lutas encampadas durante o regime militar. Esse aspecto fica explícito nos dizeres políticos que atravessam o discurso da obra, conforme veremos nas análises que promoveremos na sequência, a partir de enunciados que buscam objetivar o jovem, público alvo da Pastoral da Juventude.

### **3.3 Documento 85 – coleção documentos da CNBB**

O Documento “Evangelificação da juventude – desafios e perspectivas pastorais” (2007), cuja publicação aconteceu após dois anos de reflexão e duas Assembleias da CNBB, coincidiu, oportunamente, com a visita do Papa Bento XVI ao Brasil, ocasião em que o pontífice se reuniu com os jovens na cidade de São Paulo. No prefácio ao texto, a referida obra é concebida, pela instituição promotora, como um “instrumento dinamizador da ação evangelizadora no Brasil” (CNBB, 2007, p. 5). Essa publicação tornou-se histórica para a juventude católica, no âmbito da organização de evangelização juvenil, pois é o primeiro documento definitivo da CNBB que aborda questões inerentes à evangelização da juventude. A figura 2 mostra a capa do Documento 85 – Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais (CNBB, 2007).

---

<sup>21</sup> Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB (comentário nosso).

Diferentemente do documento 44 que compõe a coleção Estudos da CNBB, esta obra faz parte da coleção “Documentos da CNBB<sup>22</sup>”, uma publicação definitiva, cuja função é agregar os ensinamentos referentes à evangelização da juventude.

Nele, encontramos a seguinte afirmação: “A busca de unidade de nossas forças eclesiais em vista de um trabalho mais eficiente encontra neste documento as suas linhas gerais e motivações” (CNBB, 2010, p. 5).

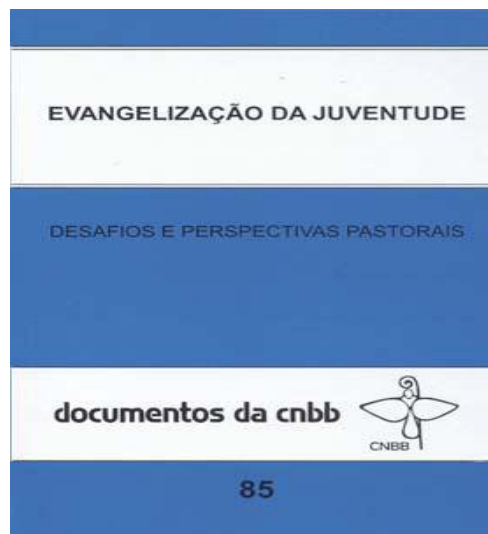


Figura 2 – Doc. 85 “Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais” (CNBB, 2007).  
Fonte: <http://www.paulinas.org.br/loja>

Nesse sentido, o objetivo desta publicação é ser referência para todos que se ocupam da evangelização da juventude na IC, quais sejam, as “pastorais da juventude, movimentos, congregações religiosas, novas comunidades, grupos juvenis e de crisma, Pastoral Vocacional, Pastoral da Educação e serviços diversos” (CNBB, 2010, p. 5).

Percebe-se que, com a apresentação dos dois documentos, em 1986 a Pastoral da Juventude era considerada a ação da Igreja responsável pela evangelização dos jovens, logo, agregava todas as ações evangelizadoras da juventude. Entretanto, em 2007, ela é apenas uma parte do todo, pois há várias organizações<sup>23</sup> que se ocupam deste serviço de evangelizar os jovens.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que o documento 44 “Pastoral da Juventude no Brasil” fora elaborado com a participação dos jovens e o documento 85 “Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais” foi produzido a partir de

<sup>22</sup> O texto deste documento após ser apresentado e aprovado pela assembleia da CNBB, torna-se, então, documento oficial da Conferência, sendo publicado, em 2007, na coleção Documentos da CNBB, também conhecida como Coleção Azul.

<sup>23</sup> Dentre elas destaca o Ministério Jovem da Renovação Carismática Católica (RCC).

reflexões em duas assembleias dos bispos, denotando uma menor participação dos jovens e líderes das Pastorais de Juventude na elaboração do documento. Esse fator é importante, porque o lugar da constituição do discurso é outro e mudam-se os sujeitos que o elaboraram. Ainda que o documento tenha sido preparado na assembleia dos bispos, estabelece um diálogo com o documento 44, ao retomar enunciados desse documento, fazendo reaparecer, por exemplo, o conceito de processo de formação integral na 1ª linha de ação da diretriz. De acordo com o que enuncia o documento 85: “o conceito de formação integral é importante para considerar o jovem como um todo” (CNBB, 2010, p. 64).

Na época da publicação do documento 85, havia uma conjuntura política e eclesial totalmente diferente daquela em que fora publicado o documento 44. Isso implica que as condições de produção e circulação de tais documentos eram outras. No âmbito clerical, a Teologia da Libertação já não exercia influência sobre os líderes da Igreja Católica, embora seus construtos teóricos ainda influenciasses as pastorais sociais desta Instituição. Por outro lado, o crescimento de ações evangelizadoras ligadas à ala conservadora minimizou o campo de ação das pastorais, cuja teoria se baseia na TL.

Com relação à PJB, segundo Sofiati (2012b, p. 354), a criação do “Setor Juventude”, visando reunir todas as experiências de evangelização da juventude, reduz o campo de atuação das pastorais que se identificam com a TL, pois também estão presentes nesse setor as juventudes do movimento carismático e as juventudes identificadas com os Cursilhos de Cristandade, todas com atuação conservadora.

A prática de uma política liberal no fim do século XX e o crescimento do pentecostalismo nas igrejas, inclusive na IC, provocam a redução de espaço de ação da TL, além disso, há o avanço das Igrejas Pentecostais que provoca a diminuição do número de católicos no país. Segundo o IBGE (2010), o número de católicos decresceu vertiginosamente, especialmente, nas regiões Norte e Centro-Oeste, conforme demonstrado no mapa 1 (ANEXO A, p. 108).

Se em 1970 havia 91,8% de brasileiros católicos, em 2010 essa fatia passou para 64,6%. Quem mais cresce são os evangélicos, que, nesses quarenta anos saltaram de 5,2% da população para 22,2%. O aumento desse segmento foi puxado pelos pentecostais, que se disseminaram pelo país na esteira das migrações internas. A população que se deslocou era, sobretudo, de pobres que se instalaram nas periferias das regiões metropolitanas. Nesses locais, os evangélicos construíram igrejas no vácuo da estrutura católica (AZEVEDO, 2012, s/p).

Tal redução do catolicismo deve-se ao fato de que, desde o início do século XX, as Igrejas Evangélicas se consolidam cada vez mais em todo o mundo. É oportuno ressaltar que a redução do catolicismo acontece, principalmente, entre a população mais jovem:

Quanto à faixa etária, a proporção de católicos foi maior entre as pessoas com idade superior a 40 anos. Segundo o estudo, isso é decorrente de gerações formadas durante os anos de hegemonia católica. Já os evangélicos pentecostais têm sua maior proporção entre as crianças e os adolescentes, sinalizando uma renovação da religião. O grupo com idade mediana mais velha é o dos espíritas (37 anos) que cresceu na última década e chegou a 3,8 milhões de pessoas, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul. Os espíritas são os que apresentaram melhores indicadores, como a maior proporção de pessoas com nível superior completo (31,5%) (AZEVEDO, 2012, s/p, grifos nossos).

A maior proporção de crianças e adolescentes entre evangélicos protestantes, demonstra que, apesar de renovar seu discurso, a IC encontra dificuldades para se adequar aos novos modelos e tendências da sociedade, pois “ela enuncia verdades que pretende que sejam absolutas, pois advoga que seu discurso é o discurso de Deus, um absoluto, cujas verdades, mesmo insondáveis, não podem ser contestadas. (ALBUQUERQUE JR., 2012, p.133). Com isso, a IC tem problemas para atrair a juventude em seu projeto de evangelização. Esse fator a obriga a adequar seu discurso e suas práticas visando reconquistar os fiéis, (principalmente os jovens), que ela perdeu no curso da História.

De acordo com o exposto no capítulo 1, a Igreja Católica tenta atender às demandas de seu tempo, reformulando sua atuação junto à comunidade católica. Nesse sentido, os seus dogmas, princípios e leis são revistos periodicamente em virtude do momento histórico-social no qual se insere a comunidade, e, por ser uma organização ligada à estrutura de organização da IC, a PJB segue as determinações dessa Igreja, enquanto instituição representada pelo Vaticano, no âmbito mundial e pela CNBB, em âmbito nacional. Essa adequação dos princípios da IC evidencia a relação do linguístico com o extralinguístico, pois, à medida que mudam as condições de produção, o discurso precisa ser reformulado para se adequar a elas.

Observamos, inicialmente, que o documento publicado na década de 1980 é atravessado por enunciados de cunho político, enquanto que o documento 85, publicado em 2007, cujo teor segue padrões do neopentecostalismo, funda-se em aspectos da centralidade das emoções e aborda questões inerentes ao indivíduo, afirmando que a evangelização deve promover e defender a vida dos jovens e levá-los a “serem cada vez mais agentes de transformação da própria realidade, [...] viverem um processo contínuo de crescimento,

conversão pessoal e compromisso com a sociedade” (CNBB, 2010, p. 13). Em conformidade com os dizeres de Sofiati (2012a, p. 102),

a cultura do neoliberalismo penetrou de forma intensa na dimensão religiosa do ser humano. [...] Essa conjuntura também está presente na instituição católica em decorrência de práticas pentecostais por parte de setores que defendem uma renovação da Igreja a partir do carisma<sup>24</sup>. Nesse contexto, valoriza-se o lúdico, a música, o experimental em detrimento do estudo mais aprofundado da religião e de um embasamento teórico da missão católica. (nota do autor).

Notamos, nos dizeres acima, que há uma preocupação de enfrentamento ao crescimento das igrejas evangélicas e, talvez por isso, o desenvolvimento dos modelos pentecostais dentro da IC como, por exemplo, a Renovação Carismática Católica (RCC). Segundo Sofiati (2012a, p. 102), “a cultura neoliberal diminuiu a ação de evangelização fora do templo”, contribuindo para o crescimento do movimento neopentecostal na IC. Diante dessa nova realidade torna-se mais difícil para o jovem assumir sua missão no meio em que vive. Diferentemente das práticas de evangelização desenvolvidas na década de 1980, agora, a IC precisa promover ações que atraiam as pessoas para o templo.

Esse novo modelo se contrapõe à tese de evangelização dos jovens em seus espaços de convivência, porque, segundo o neopentecostalismo, o templo é o lugar da prática evangelizadora, a qual atua com muita concentração, músicas, shows, orações etc., porque jovens de diferentes identidades religiosas aderem, com entusiasmo, a eventos semelhantes no âmbito religioso (shows, concentrações em estádios etc.). Assim, tem crescido o número de bandas e artistas religiosos. Essa prática coloca os jovens como expectadores, torcedores que vibram com a apresentação dos seus astros, diferentemente do que se praticava na década de 1980, conforme veremos a seguir.

### **3.4 O discurso da PJ e a influência do período histórico – década de 1980**

O protagonismo juvenil da Pastoral da Juventude cuja proposta sustenta-se na ideia de tornar o jovem a “voz da Pastoral da Juventude” e, por conseguinte, a “voz da Igreja Católica” no seu espaço social, começa a decrescer nos anos de 1990. Diferentemente da influência do neoliberalismo, nos anos de 1980, aderir à formação discursiva da PJ implicava constituir-se como sujeito da PJ em um processo de subjetivação que identificava, classificava e fazia desse jovem porta-voz da PJ e, conseqüentemente, da IC.

<sup>24</sup> A Renovação Carismática Católica é entendida como movimento de pentecostalização do catolicismo.

Esse movimento de construção do sujeito pode ser observado pelos enunciados do documento 44 destacados no quadro 1, construído em três colunas, com o seguinte recorte: a) a classificação/objetivação do jovem pela PJ; b) processo de ação da pastoral e c) o perfil identitário desejado pela Pastoral. O quadro 1 foi construído a partir do corpus em análise:

a) Definição do jovem	b) Proposta de mudança	c) Perfil identitário desejado
<p>Os jovens se encontram na etapa em que se fazem as <b>grandes opções</b>, que decidem o futuro de sua vida. [...] são <b>as grandes vítimas de uma estrutura social injusta</b>. (CNBB, 1986, p.8, destaques nossos).</p>	<p>A Igreja “<b>apoiará</b> os jovens, principalmente das <b>bases populares</b>, a <b>tomarem consciência</b> de que são marginalizados por <b>estruturas sociais desagregadoras</b>.” (DG 119 apud CNBB, 1986, p.10, destaques nossos).</p> <p><b>É necessário formar os jovens</b> [...], para a ação sociopolítica e para mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, <b>segundo a Doutrina Social da Igreja</b> (DP 1196 apud CNBB, 1986, p.14, destaques nossos).</p> <p>“A Igreja quer convocar e acolher os jovens, pois ela mesma precisa sentir-se jovem para apresentar-se ao mundo como sinal de libertação integral, esperança e alegria.” (CNBB, 1986, p. 18).</p>	<p>Os jovens são, pois, <b>convocados</b> a desenvolver um amor pessoal e comunitário [...] a Jesus Cristo, <b>consagrando a própria vida à construção do Reino de Deus</b>. (CNBB, 1986, p.17, destaques nossos);</p> <p><b>É necessário que a presença cristã não se contente em representar-se politicamente pelo voto, mas assuma o compromisso profético-transformador</b>. (CNBB, 1986, p.35, destaques nossos).</p> <p>descobre, [...], que Jesus Cristo [...] viveu situado na sociedade de seu tempo. Seu projeto de vida foi corajosa tomada de posição na defesa de valores que conflitavam com os critérios sociopolítico-religiosos da época. (CNBB, 1986, p.41, destaques originais).</p>

Quadro 1 – Matriz elaborada com seqüências discursivas coletadas do documento 44 - Pastoral da Juventude no Brasil – Coleção Estudos.

Fonte: CNBB (1986)

Por extensão de sentido, o sujeito proposto pela PJ é um sujeito de controle, uma vez que está sujeito às posições ideológicas pastorais, pois, mesmo se “reconhecendo” como o principal ator da evangelização, ele está submetido à prática discursiva, já que, ao atender a convocação da PJB, ele deverá consagrar a própria vida à construção do “Reino de Deus”.

Vale destacar, aqui, o sentido do verbo “consagrar”, cujo significado é “dedicar-se”, “doar-se”. Assim, o jovem deverá entregar-se, doar a própria vida para se tornar sagrado. Por isso, embora haja um discurso de “liberdade” praticado pela PJ, o jovem, apesar de adquirir um saber que o possibilita (re)conhecer-se e agir como sujeito dessa identidade religiosa, submete-se e torna-se sujeito aos princípios pastorais vinculados às normas do Vaticano, órgão máximo da IC, de acordo com o perfil identitário traçado nas diretrizes da PJ (coluna c

do quadro 1). Dessa forma, apesar de ser objetivado como sujeito de sua história, ao adquirir um saber que o possibilita reconhecer-se e agir como sujeito dessa identidade religiosa, ele o será desde que se submeta e reproduza o discurso “conferido” pela IC, via PJ, conforme os enunciados indicam: “A Igreja quer convocar e acolher os jovens, pois ela mesma precisa sentir-se jovem para apresentar-se ao mundo como sinal de libertação integral, esperança e alegria” (CNBB, 1986, p. 18).

Albuquerque Jr (2012, p.134) afirma que o discurso do poder pastoral “tende a transformar os sujeitos a quem dirige seus discursos em crianças [...] precisando de quem os oriente”. Ainda, segundo Albuquerque Jr (2012, p. 134), sujeitos que “não sabem o que fazem e o querem da vida”. Assim, a IC se propõe a convocá-los e acolhê-los. Não que sejam desprovidos de conhecimento, mas porque precisa convencê-los de que eles carecem do acompanhamento pastoral para transformar suas vidas.

De acordo com os enunciados, os jovens serão objetos de evangelização. Por meio dos verbos “convocar, acolher e sentir-se” evidencia-se que a IC não visa ao bem estar do jovem, mas a sua promoção junto à sociedade, porque ela precisa sentir-se jovem, ou seja, reconhece-se como uma instituição que, por não sentir-se jovem – uma instituição milenar cujos valores antigos ainda persistem – não atende aos anseios da população e, vê nos jovens uma forma de se transformar, usando-os como instrumento de renovação de suas práticas discursivas.

Esses dizeres retomam o discurso do Concílio Vaticano II (1967, p. 386) que expressa: se o jovem for “imbuído pelo espírito de Cristo e animado pela obediência e amor aos Pastores da Igreja, podem esperar-se frutos abundantíssimos”. Segundo o contexto do Concílio, o jovem será encaminhado em sua vida se tiver a orientação da Igreja e, somente aí poderá ser salvo. Institui-se no jovem o poder de evangelizar; para isso, entretanto, é preciso obedecer aos pastores da igreja, ou seja, o jovem será instrumento de evangelização. Sua conduta será conduzida segundo o que define a PJ.

Essa prática de direção das consciências é comum na IC. Desde sua origem, a Igreja deseja conduzir seus fiéis, levando os seus seguidores a mudarem de condutas, agindo conforme é estabelecido por ela. Segundo Foucault (2008), essa prática de direção das consciências, comum no cristianismo, tem origem nas práticas de direção das consciências da Antiguidade. Porém, a condução de condutas é o que deseja o ser humano, segundo Foucault, nós queremos que nossas condutas sejam determinadas por alguém ou por uma instituição.

De acordo com os princípios da PJ, ao integrar esse movimento, o jovem se constituirá enquanto sujeito da ação pastoral, pois ele tem a ilusão de protagonismo, deixando de ser

vítima de uma sociedade injusta para se transformar em “uma grande força” evangelizadora da IC, uma vez que, verdadeiramente, ele reproduzirá o discurso da instituição religiosa.

Para a PJ, reconhecer-se como sujeito e protagonista é uma estratégia para o indivíduo não se tornar alienado aos poderes constituídos fora da ordem discursiva religiosa, porém, enquanto o jovem obtiver saber e capacidade para analisar, compreender e superar as desigualdades da sociedade, sob a influência dos ensinamentos cristãos propostos pela Pastoral, será subjetivado nesta instituição, ou seja, (trans)formado na/pela Pastoral. O jovem ao se constituir protagonista da PJB, segundo os postulados pastorais, “descobre, [...], que Jesus Cristo [...] viveu situado na sociedade de seu tempo. Seu projeto de vida foi corajosa tomada de posição na defesa de valores que conflitavam com os critérios sociopolítico-religiosos da época” (CNBB, 1986, p.41, destaques originais).

O jovem reproduz o discurso religioso cristão, pautado nos ensinamentos atribuídos a Jesus Cristo, pois se insere em uma dada FD que o faz reproduzir, em suas práticas discursivas, dizeres de um período histórico que ele não viveu.

O enunciado produzido por um jovem, no interior da FD da PJ, terá um determinado efeito de sentido, porque retoma outros enunciados cristãos anteriores, os quais produzirão efeitos de sentido em vista de atuarem em outro lugar, em outra data, sob outras circunstâncias. Com isso, o documento 44, ao dizer que o jovem “descobre, [que] seu projeto de vida foi corajosa tomada de posição”, visa destacar que o jovem, assim como fez Jesus Cristo, também seja corajoso e tome uma posição contra os “critérios sócio-político-religiosos” de sua época, para que, dessa maneira, reproduza a prática de Jesus Cristo e, conseqüentemente, seja salvo.

Em toda FD há um sujeito que fala a partir dela e das condições histórico-sociais que a permeiam. No caso da PJ, a FD religiosa na década de 1980 é atravessada por condições sócio-políticas, uma vez que a maioria dos sujeitos envolvidos no seu processo de formação são, historicamente, engajados nas lutas políticas, principalmente dos movimentos estudantis da década de 1960 e 1970. Por isso, a PJ defende um método pedagógico de opções religiosas, sociais e políticas pautando-se no processo de formação integral, conforme define Sofiati (2012b). Essa é uma forma de inserir o jovem na realidade social e religiosa do país, ampliando seu olhar crítico para as diferentes realidades sociais, religiosas e políticas. Conforme os enunciados do documento em análise, a dimensão política deve

ajudar o jovem a integrar sua dimensão de fé com o compromisso sócio-político. Levar o jovem a conhecer o Marxismo, o Capitalismo Liberal, a

Doutrina da Segurança Nacional, para que possa dar respostas adequadas a estas ideologias a partir do Humanismo Cristão e discernir nos sinais dos tempos, os que são enganadores e ilusórios (CNBB, 1986, p. 26).

Ao se apropriar de dizeres políticos, oriundos de um acontecimento histórico-político no Brasil, a PJ visa dar credibilidade à sua ação de evangelização e fazer acreditar que, enquanto uma organização religiosa, conseguirá levar o jovem a conhecer ideologias políticas e escolher a mais adequada, tendendo à esquerda política. Os enunciados “Marxismo, Capitalismo, Doutrina da Segurança Nacional” se associam a um campo político, quando deslocados para o discurso religioso, produzem outro efeito de sentido, pois há um desejo da primazia dos valores marxistas sobre o capitalismo e a Doutrina da Segurança Nacional.

Cabe destacar que, ao assumir os princípios da TL, a PJ assume, em sua prática alguns termos e conceitos marxistas, embora o discurso reproduzido no documento em análise afirme que o jovem irá discernir os que são “enganadores e ilusórios”. As condições de produção desse documento já estabelecem quais são “enganadores e ilusórios”, conforme podemos observar nos enunciados das colunas “B” e “C”, na matriz de enunciados (APÊNDICE, p. 105).

Ao afirmar que o jovem precisa assumir o projeto de vida de JC, o qual tomou posição corajosa contra os critérios sócio-político-religiosos da época, o documento instiga o jovem, integrante desta Pastoral, a posicionar contra o sistema vigente que é o capitalismo. Estes enunciados políticos, deslocados para a FD religiosa da PJ, reforçam uma aliança linguística entre o político e o religioso.

Nesse contexto, a FD da Pastoral pressupõe uma construção do conhecimento composto por métodos que visam nortear a formação política do jovem, cujas regras regulamentam o processo de formação integral deste jovem.

Segundo os enunciados do documento 44, a formação integral deve levar o jovem a uma tomada de posição política sendo que o mesmo deve conhecer as estruturas políticas para discernir entre aquela que melhor expressa a ideologia à qual se inscreve. Isso faz lembrar os dizeres de Orlandi (2002), segundo a qual, a ideologia é condição para o indivíduo tornar-se sujeito e produzir sentidos. No discurso da PJ, produzido na década de 1980, há uma tendência a privilegiar o marxismo nos enunciados, visto que o capitalismo era, à época, combatido pela TL e a Doutrina da Segurança Nacional (DSN), idealizada nos Estados Unidos, visava ao combate aos comunistas e às organizações da esquerda política, inimigos internos, segundo as forças militares do governo. Assim,

o inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime (FERNANDES, 2009, p. 838).

Segundo o autor, a DSN denominava como seu inimigo todos os grupos que se organizavam e se posicionavam contra o governo militar, dentre eles os “setores progressistas da Igreja”. O uso do substantivo “Igreja”, escrito no singular e com a inicial maiúscula particulariza e denota, especificamente, a Igreja Católica, mais precisamente a ala progressista, a qual está relacionada à TL, naquele momento histórico.

Com os enunciados constantes da coluna “A” da matriz elaborada a partir do corpus, inserida no APÊNDICE (p. 105), ressaltamos os enunciados que caracterizam as condições do jovem segundo o olhar da PJ e as condições socioeconômicas destes jovens. De acordo com o que enuncia o documento, os jovens são marginalizados e excluídos. Conforme os enunciados, os jovens são:

- a) as grandes vítimas;
- b) criminosos;
- c) veem obrigados a trabalhar;
- d) condenados ao desemprego;
- e) desesperados, entregam-se ao jogo, drogas, alcoolismo, promiscuidade;
- f) desfigurados e violentados em sua dignidade.

Essa caracterização dos jovens no documento 44, como excluídos e marginalizados – aqueles que estão à margem, ou seja, fora da sociedade, os quais não têm acesso a direitos sociais – reafirma, então, a necessidade de serem conduzidos e reforça a tese de que as instituições de poder (responsáveis por garantir a dignidade e os direitos sociais da juventude, o Estado, por exemplo) são ineficazes e, dessa forma, é preciso que haja alguém ou alguma instituição capaz de garantir tais direitos a essa categoria social. Diante disso, a PJ se colocará como a instituição capaz de transformar a situação da juventude. Trata-se de uma posição-sujeito assumida pela instituição que se coloca como aquela que conduzirá a juventude, recuperando a lógica do poder pastoral. Ao mesmo tempo, classifica a juventude como um bloco homogêneo, apagando as diferenças entre os indivíduos que se enquadram nesse segmento social.

Segundo postulados da PJ, o jovem é o sujeito da ação evangelizadora, pois pretende-se que este se coloque a serviço das comunidades em diferentes espaços onde a juventude atua. Tal questão fica clara no documento 44, ao analisarmos a afirmação que define o segundo objetivo básico assumido pela PJ na década de 1980 que é: “Impulsionar o jovem a

que, na medida em que se evangeliza, evangelize e transforme seu meio específico de acordo com os valores cristãos” (CNBB, 1986, p.22). Assim, a partir desses enunciados, bem como do perfil de juventude nele construído, o jovem será objeto de disseminação da evangelização da PJ. Cabe ressaltar que o documento indica essa possibilidade de construção do sujeito da PJ, que pode ser percebida pelos verbos “impulsionar”, “evangelizar” e “transformar”. Tais categorias linguístico-discursivas estabelecem uma relação condicional “se”, indicando possibilidade. O jovem ou aqueles que desejarem sair de uma situação de “marginalidade” pode, se aceitar o convite, assumir a posição de “pastores” da PJ.

Observamos o uso recorrente dos verbos empregados no infinitivo, como: acompanhar; resgatar; formar; oferecer, conhecer, aderir, quer descobrir, prescindir, convocar, acolher, sentir-se, apresentar-se, lutar, transformar-se, impulsionar, fomentar, ajudar, levar, trabalhar, organizar, respeitar, abandonar, auxiliar, buscar, perceber e promover. Essa recorrência ao uso dos verbos no infinitivo denota a objetivação do jovem no documento, delimitada como uma proposta. Diante disso, inferimos que são possibilidades que poderão ocorrer se o jovem aderir à PJ e se inserir nesta FD. O que será alcançado, após a inserção dele na PJ, e se constituirá sujeito, por meio de modos de subjetivação e poderá falar desse lugar discursivo.

Assim, a formação pastoral, enquanto processo de subjetivação do jovem que dela participa, exigirá outro olhar, outro jeito de ver a sociedade, outra postura frente à realidade. Esse outro jeito de se posicionar diante das condições de vida daqueles que compõem sua comunidade, seu bairro, seu local de trabalho deverá ser regulamentado pelas regras cristãs católicas.

Com relação aos processos de objetivação e subjetivação, segundo a teoria de Foucault, a objetivação do indivíduo faz dele um objeto dócil e útil, disciplinando-o, enquanto que a subjetivação o constitui em sujeito. Assim a IC objetiva a juventude para que esta se torne objeto e sujeito de evangelização. Concernente à disciplina, Foucault (2010, p.133-134) diz que ela “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”. A disciplina pode aumentar ou diminuir as forças de obediência e cria “uma relação de sujeição estrita”.

Há uma proposta de formação da consciência sobre a importância de participar da/na sociedade, oferecendo possibilidade de obter um saber que garanta o poder de participação ao jovem. Essa proposta da PJ se configura como um governo de condutas, pois se espera que o jovem mude sua ação ao participar da Pastoral, tornando-se um transmissor da mensagem de evangelização, conforme os ensinamentos que recebe, como se emprestasse corpo, voz e ação

à instituição. Tais questões nos levam a discutir o funcionamento do poder pastoral que, segundo Foucault (1995, p. 237),

- 1) É uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo.
- 2) O poder pastoral não é apenas uma forma de poder que comanda; deve também estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. Portanto, é diferente do poder real que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono.
- 3) É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida.
- 4) Finalmente, esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazê-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la.

Apesar de a Igreja assumir posição de quem cuida, quer assegurar a salvação do indivíduo, que se sacrifica pelo jovem, há algo mais que isso, o jovem, assim como a Igreja que cuida e se sacrifica por ele, também deve se sacrificar e se doar pelos outros jovens. Amplia-se essa noção de poder pastoral. De acordo com Foucault, este é o “poder disciplinar”. Porém, de acordo com o Vaticano II (1967, p. 386), esse poder se amplia, embora os jovens sejam despreparados para novos encargos, eles deverão se tornar “apóstolos imediatos dos jovens”, assim, há o exercício do poder disciplinar; numa relação de poder; há o poder de um sobre o outro. A Igreja exerce poder sobre os jovens que, por sua vez, deverão exercer poder sobre os outros jovens.

Nesse contexto, o jovem será subjetivado, ou seja, tornar-se-á sujeito da evangelização, ao mesmo tempo em que será objeto de evangelização. De acordo com a concepção foucaultiana sobre a constituição do sujeito, ao ser subjetivado deverá reconhecer como sua a identidade católica enquanto que, como objeto de evangelização, constituir-se-á em um objeto dócil e útil, nesse caso específico, útil à Igreja.

Dessa forma, o saber adquirido na Pastoral da Juventude deve ser colocado a serviço dos jovens, os quais deverão ser alcançados por aqueles que foram evangelizados e agora evangelizam. Essa afirmação é corroborada no referido documento, quando nos deparamos com a ênfase na formação disciplinar do jovem: “deve-se organizar um processo de formação diferenciada. O que importa é dar os passos pedagógicos necessários para levar o jovem a um compromisso com Jesus Cristo e com o homem sofrido de hoje” (CNBB, 1986, p. 31).

De fato, a evangelização deve garantir uma melhor qualidade de vida, segundo os princípios católicos, mas também deve-se evangelizar para alcançar a salvação no outro

mundo, para a garantia da vida eterna. No entanto, isso se faz, segundo a formação discursiva da PJ, transformando a vida do “homem sofrido” nessa vida, nesse mundo.

Ainda com relação ao poder pastoral, Foucault (1995) diz que este visa a buscar a salvação do indivíduo no outro mundo, porém, a partir do século XVIII, há uma transformação desse poder o qual será exercido fora da instituição eclesiástica e deve garantir a salvação das pessoas aqui nesse mundo. Concernente ao Poder Pastoral praticado nos moldes da IC, na década de 1980, a evangelização deve levar o jovem à participação social, visando a minimizar as dores do “homem sofrido” para que este seja transformado e reconheça a doutrina cristã como a ideal. Assim, ao evangelizar o jovem, a PJ condiciona a transformação da vida dele aos princípios da evangelização cristã católica. A utilização do verbo “levar” indica que a PJ conduzirá as condutas do jovem, para, com isso, catequizá-lo em vista de atender aos próprios interesses dela.

Nesse sentido, estabelece-se um regime de verdade que controla e regula, o qual se liga a sistemas de poder que apoiam e produzem verdades, nesse caso, sobre os jovens. Segundo Fernandes (2012, p. 69), pautando-se nos estudos foucaultianos, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade [...] ela escolhe os tipos de discursos que serão aceitos, considerados legítimos em seu interior e que funcionarão como verdadeiros.” O discurso da Pastoral não discrimina os jovens que vivem em condições marginais, uma vez que, segundo o enunciado, pode-se compreender que toda a juventude vive em condição marginal e precisa de cuidados. Logo, toda a juventude é vista como um ser homogêneo, sem diferenciação, sem variações culturais ou geográficas. A PJ indica, assim, as condições dos jovens da sociedade brasileira, estabelecendo relações de poder entre poder pastoral e juventude, aquele vê todos os indivíduos como um rebanho que necessita de zelo, de cuidados, ao passo que esta, por consequência, trata-o como ser homogêneo, delimitando questões gerais como se fossem comuns a todos.

A PJ, enquanto instituição responsável pelo cuidado da juventude, coloca-se em uma posição-sujeito de salvadora, capaz de conduzir a juventude a uma transformação de vida para uma vida melhor. Desse modo, ela tem a ilusão de que é a instituição salvadora da juventude, o que a faz produzir um discurso de salvação política, educacional, religiosa, etc.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2000, p. 59), referindo-se à posição ocupada pelo sujeito diz que

as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e

que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo.

A posição-sujeito que a PJ ocupa produz efeitos de sentido, que a determina como instituição salvadora da juventude: “Na espiritualidade, sólida e cristocêntrica, o jovem encontra sempre renovadas forças, motivação e inspiração para sua generosa e tantas vezes difícil tarefa de lutar, segundo o plano de Deus, por ‘novos céus e novas terras’” (CNBB, 1986, p.43, grifos nossos). Os dizeres bíblicos do livro do Apocalipse são utilizados e atualizados para reforçar a necessidade da fé em Jesus Cristo, fazendo com que o jovem se reconheça como aquele que tem forças e se sente capaz de transformar a sociedade e construir “novos céus e novas terras”. Nesse sentido, o jovem ao se inscrever nessa FD encontrará forças, motivação e inspiração. Ressalta-se, assim, a necessidade de formação ideológica cristã para que consiga lutar; diante dessa situação, o jovem será objeto da evangelização, agindo segundo o plano de Deus. Nesse contexto, a PJ retoma a sua capacidade de salvação do jovem, via projeto cristão, sem o qual, do ponto de vista da IC, ele não conseguirá lutar.

Dessa forma, a PJB justifica a necessidade de sua atuação junto à juventude, reforçando que os jovens precisam de algo ou alguém que governe suas condutas, porém, é preciso ter capacidade para governá-los, e quem tem tal capacidade é a Pastoral da Juventude, órgão legal da Igreja Católica, que o capacita para tal ação. O documento 44 explicita essas questões, quando afirma a função da igreja e da PJ:

a Igreja ‘apoiará os jovens, principalmente das bases populares, a tomarem consciência de que são marginalizados por estruturas sociais desagregadoras (CNBB, 1986, p. 10, destaques originais).

Na espiritualidade, sólida e cristocêntrica, o jovem encontra sempre renovadas forças, motivação e inspiração para sua generosa e tantas vezes difícil tarefa de lutar, segundo o plano de Deus, por “novos céus e novas terras (CNBB, 1986, p.43).

Esse apoio, oferecido aos jovens, deverá conduzi-los a uma mudança de vida para que, pautados nos princípios cristãos (“cristocêntrica”), possam construir outra sociedade e outra situação social, saindo da condição de “marginalidade”, desde que atenda “aos planos de Deus”.

Esses enunciados deixam claro que o discurso da PJ se inscreve numa formação discursiva que é atravessada pelos ideais marxistas, reforçando a existência de bases populares e marginalizadas por estruturas sociais. Segundo a teoria de Marx, a sociedade se organiza em torno de classes sociais, as quais estabelecem lutas de classes e, conforme o

pensamento de Althusser (2003, p. 46-47), as ideologias nascem das classes sociais, com sua “luta de classes: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc.”

Observamos, então, que há uma relação de saber/poder nos enunciados, visto que a proposta de evangelização da PJ pressupõe obter conhecimento para adquirir poder. Sobre a relação saber/poder, Foucault (1998) afirma que este se exerce e, por meio daquele é possível exercer poder, pois, ao se valer de um determinado saber, os sujeitos o utilizarão como estratégia de poder para influenciar as condutas de outros sujeitos. Ao se ingressar na Pastoral, o jovem se submeterá ao saber pastoral. No tocante à aquisição de saberes, o documento 44 afirma que o conhecimento deve estar a serviço dos reais interesses das classes populares, e que os jovens devem conviver com tais classes, conforme o excerto a seguir: “a evangelização do ambiente universitário [...] procura resgatar esse saber a serviço dos reais interesses das classes populares, com as quais deve conviver, para transferir suas necessidades e aspirações à Universidade<sup>25</sup>.” (CNBB, 1986, p.12).

Segundo os enunciados acima, a evangelização deve ocorrer, também, no ambiente universitário, fazendo uma inter-relação do saber universitário com o saber cristão. Essa forma de conduzir os jovens ao caminho cristão, dentro da doutrina católica visando atender aos reais interesses das classes populares, acolhe uma expectativa da IC que pretende que os jovens evangelizem os outros jovens nos espaços de atuação da juventude. Há uma pretensão de governar as condutas daqueles que se inserem no contexto universitário, determinando, inclusive, os espaços de convivência dos sujeitos. Nesse sentido, a PJB, assumindo a pluralidade das juventudes, reúne as pastorais de juventude<sup>26</sup> para evangelizar os jovens, segundo seu espaço de convivência e atuação, incorporando, ao seu discurso, os enunciados adequados e dispositivos de evangelização que se aliam aos campos de formação e correspondem a cada juventude específica.

Conforme os enunciados da coluna “A” da matriz de enunciados do documento 44 (APÊNDICE, p.105), há uma objetivação do jovem que ingressa na PJ. Este, portanto, deve tornar-se um objeto dócil e útil às pretensões pastorais, com o qual trabalhará a PJ. Segundo os enunciados, esses jovens são “vítimas, criminosos, condenados a trabalhar como adultos,

---

<sup>25</sup> Até 1993, a Pastoral Universitária (PU) compunha a organização da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB), porém foi desvinculada desta organização por entender que a PU deve atender não somente aos jovens universitários, mas a todos os envolvidos no processo educacional do Ensino Superior.

<sup>26</sup> Pastoral da Juventude Rural; Pastoral da Juventude do Meio Popular; Pastoral da Juventude Estudantil e Pastoral da Juventude (das comunidades paroquiais).

desempregados, etc.” Segundo os postulados foucaultianos, os processos de objetivação e de subjetivação explicam a constituição do sujeito, a transformação do indivíduo em sujeito.

Nesse sentido, o jovem é objetivado nas diretrizes da PJ, pois, ao assumir a condição de membro da Pastoral, ele se constituirá sujeito discursivo da PJ e, transformado pelo processo de formação da PJ, assumirá uma identidade segundo os ensinamentos da PJ. Simultaneamente, o jovem será objetivado pela PJ como alguém que precisa de cuidados e, transformado pela Instituição, logo, subjetivado por meio de um processo formador, porque assumirá essa identidade para si, construída pela prática discursiva da PJ. Ele passará por um processo de subjetivação o qual estabelecerá um modo de vida com o qual deve se identificar e assumir as condutas de um “Pejoteiro<sup>27</sup>”. Assim, na PJ, os processos de subjetivação estabelecem modos de vida ao mobilizar aqueles que se encorajam a constituir uma ordem de questionamentos e participação que os coloca à margem da renovação pessoal e buscam tornar-se outro(s).

No documento, encontramos as diretrizes gerais da ação evangelizadora, logo, é necessário indicar que essas diretrizes podem apontar a constituição de processos de subjetivação àqueles que aderirem aos postulados religiosos, conforme os enunciados destacados no quadro 2:

PROPOSTA DE MUDANÇA	PERFIL IDENTITÁRIO DESEJADO
<p>A Pastoral da Juventude deve auxiliar os jovens e assessores a aprofundar os projetos políticos e os princípios cristãos que vão nortear opções concretas. (p. 35)</p> <p>A PJ deve buscar uma pedagogia que responda à necessidade de se criar um espaço próprio para os jovens empobrecidos, dentro de uma Pastoral Orgânica da Juventude.</p> <p>Levar o jovem a perceber que sua recusa a uma espiritualidade cristã frequentemente resulta da falsa compreensão da mesma. O que ele rejeita é uma espiritualidade incompleta, desencarnada e descomprometida com a realidade. (p.39)</p> <p>Incentivar o engajamento dos jovens nos meios Específicos da Sociedade e nos seus Organismos intermediários (sindicatos, movimentos populares, associações de bairro, partidos políticos, movimento estudantil, grêmios estudantis) para que sejam fermento evangélico de transformação. (p.46)</p>	<p><b>Características do jovem militante</b> é a vivência dos valores do Reino, tais como a <b>disponibilidade</b> para o serviço, a liberdade, a esperança profética, o amor transformador, o perdão libertador, de tal modo que sua presença e testemunho se tornem “alegre mensagem de salvação ao mundo, muitas vezes, triste, oprimido e desesperançado, em busca de sua libertação” (DP 1205 apud CNBB, 1986, p. 42).</p> <p>A juventude será força renovadora da Igreja e da sociedade na medida em que se integrar com outros setores, mesmo não-eclesiais, que visem promover os valores do Reino de Deus.</p>

Quadro 2 – Enunciados documento 44: proposta de mudança e perfil identitário desejado.  
Fonte: Documento 44 (CNBB, 1986).

<sup>27</sup> Neologismo criado pelos componentes da PJ para indicar aqueles que a frequentam.

Os enunciados destacados no quadro acima demonstram que o discurso da PJ, na década de 1980, aponta para uma subjetivação do jovem que deve se tornar sujeito da PJ no processo de evangelização, assumindo as características do militante, e, para isso, devia ter “disponibilidade para o serviço, a liberdade, a esperança profética, o amor transformador, o perdão libertador” (CNBB, 1986, p. 42). Esses enunciados, típicos da FD religiosa cristã, visam a incentivar o jovem para se colocar a serviço da evangelização, segundo a IC. Afirma, ainda que, ao se disporem para o serviço de evangelização, conquistarão, não somente a transformação pessoal, mas toda a sociedade da qual fazem parte, para que assim “sua presença e testemunho se tornem alegre mensagem de salvação ao mundo, muitas vezes, triste, oprimido e desesperançado, em busca de sua libertação” (CNBB, 1986, p. 42). Nesses enunciados, há uma inter-relação de dizeres do poder político, que tece relações e saberes e que constituem a polis e cuida de um território, com o poder pastoral que tem no indivíduo a “principal figura de sujeito”, segundo Albuquerque Jr. (2012, p. 131).

Uma das formas de convencer o jovem a participar é reforçando a necessidade de transformação do mundo que passa pela participação juvenil. Nota-se que o discurso da PJ coloca o jovem como responsável por essa transformação, veículo de anúncio da mensagem de salvação de um mundo cuja realidade não corresponde ao ideal para se viver, por isso e contra isso é preciso que a juventude se organize, porém, é necessário que tal transformação seja feita de maneira profética, segundo os ensinamentos da PJ.

Assim sendo, a salvação do indivíduo, segundo os enunciados acima, deve começar aqui, nesta vida, uma vez que a transformação da vida terrena é garantia da salvação em outra vida, com isso, ao evangelizar o jovem deve fazê-lo não somente dentro da IC, mas em outros espaços extraeclesiais, deve, dessa maneira, promover os valores do Reino de Deus atuando como “força renovadora”. Denota-se, portanto, a responsabilidade que é atribuída ao jovem enquanto membro participante da Pastoral nesse momento histórico.

A função espiritual do discurso religioso não basta, imputa-se ao jovem um poder constituído por valores do Reino de Deus com os quais ele se complementa, segundo o perfil desejado do jovem, agrupando o “amor transformador” e o “perdão libertador”, o jovem será “força renovadora” para acabar com a tristeza, a opressão e a falta de esperança do mundo. O documento alia dizeres do discurso religioso a ditos políticos para estabelecer uma relação de poder entre valores do Reino de Deus e do homem (jovem), relação esta que deveria acontecer pela espiritualidade. Então, essa relação entre homem-(sujeito-jovem)-mundo-Deus é atravessada por enunciados políticos que coexistem com os enunciados religiosos, especialmente, naquele momento histórico.

De acordo com Foucault (2000), o enunciado permite a possibilidade de coexistência, visto que é construído historicamente e retoma outros enunciados produzidos anteriormente. O discurso religioso da PJ retoma enunciados produzidos a partir da bíblia e outros enunciados marxistas produzidos no século XIX, porém, eles serão reatualizados conforme as condições de produção daquele momento histórico. Com isso, o discurso produzido na década de 1980 apresenta aspectos de sua historicidade e reafirma a “opção preferencial pelos jovens e pelos pobres” (CELAM, 1979, p. 365) que a IC assumiu na Conferência Episcopal Latino-americana, em 1979, na cidade de Puebla (México).

Nesse sentido, observamos que o discurso da PJ volta-se para as classes populares cujas condições socioeconômicas expõem-nos a uma vulnerabilidade social. Segundo Sofiati (2012a), a preferência pelas classes populares e pelos jovens dessas classes se justifica pelo fato de que são a maioria da sociedade e vítimas de uma estrutura social injusta que os aproxima do desafio da construção de uma sociedade sonhada por Deus, segundo os princípios católicos.

Essa particularidade histórica dos enunciados ficará mais explícita quando analisarmos enunciados do documento 85, que foram produzidos em outro momento histórico, cujas condições de produção são outras e a influência do neopentecostalismo na IC é mais presente.

Assim sendo, o discurso da Pastoral da Juventude é um discurso ideológico, uma vez que seus dizeres são limitados, controlados pelos pressupostos cristãos, políticos e culturais. Na década de 1980, os signos ideológicos que constituem o discurso da Pastoral da Juventude estabelecem relação com outros signos, oriundos de outras ideologias (marxista e de esquerda), que pressupõem posicionar-se contra o poder opressor da ditadura militar, logo, os signos pastorais representam uma ideologia que determina e controla seu discurso.

Embora, teoricamente, não seja o objetivo da construção do discurso religioso posicionar-se a favor ou contra qualquer sistema de governo, os adeptos da tendência católica da “Teologia da Libertação” pautam-se no direito à vida, à igualdade e na construção da salvação para combater as práticas políticas da ditadura militar. Nesse contexto, os enunciados que compõem o discurso da PJ são produzidos em uma determinada condição, por sujeitos históricos que ocupam uma posição e não outra. Ao enunciarem, embora retomem enunciados já produzidos anteriormente, eles poderão produzir outros efeitos de sentido, dadas às condições de enunciação.

### **3.5 Perfil identitário do jovem traçado no corpus**

Todo e qualquer indivíduo constitui-se em sujeito pelas expressões culturais de um povo, logo, nossas identidades são definidas pelas condições sócio-históricas e econômicas da sociedade da qual fazemos parte e com a qual nos relacionamos. Somos, assim, produtos dessa sociedade, pois o indivíduo é produto do meio em que vive, a partir do qual constitui sua identidade. Igualmente, identificamo-nos com aqueles que são nossos iguais, porém, não somos seres idênticos. Segundo Silva (2011, p. 81), “a identidade e a diferença estão em estreita conexão com as relações de poder”, ambas são relações sociais, assim, estão sujeitas a relações de poder. Ainda de acordo com Silva (2011), assumir uma identidade é posicionar-se social e politicamente. Tal posicionamento não acontece de maneira inocente, pois são as relações de poder que as impõem. Nesse sentido, na PJ há um trabalho de construção identitária, de formação disciplinar, política e religiosa com os jovens.

Ao assumir-se enquanto membro da PJ, componente de um grupo, o jovem toma um posicionamento social de classe, assume para si uma identidade religiosa e social. Assim, a identidade juvenil, como outras identidades historicamente construídas, é caracterizada pela instabilidade, constituindo-se como parte de um processo de relações de poder que as modificam, deslocam-nas de sua “morada fixa”. As relações de poder que incidem sobre a juventude são marcadas pela busca constante de inclusão nas relações sociais. Fazer parte de um grupo significa identificar-se (ter identidade) com a cultura do grupo. Diferente é aquele que não se identifica com o pensamento, a linguagem, a crença, o estilo de vida e o modo de agir de um determinado grupo.

Silva (2009) diz que o jovem, membro da PJ, faz parte de um espaço privilegiado de valorização do protagonismo juvenil, da vivência comunitária e da evangelização, os grupos de jovens. Nesses grupos, o jovem terá uma vivência com outros jovens com os quais se identificará, participando de uma organização que propiciará a todos um contato com uma linguagem atraente e modos de vida específicos da própria juventude. Dessa maneira, os jovens, envolvidos nesse processo de “catequização”, são conduzidos a sentir que fazem parte da história da PJ para que a assumam como parte de sua identidade e lutem por ela. Com isso, enquanto responsável pela sobrevivência e pelo crescimento da organização, a IC, por meio dos líderes da PJ (lideranças jovens, bispos, padres, freiras, etc.), almeja que os jovens da PJ sintam-se motivados a permanecer e a transformar esse espaço, pois é parte deles e nesse lugar discursivo que se constituirão sujeitos, construídos simbolicamente, tecidos sob fios das suas experiências com a PJ e com o mundo no qual vivem.

A PJ acredita que a evangelização deve oferecer mais que a dimensão espiritual aos jovens. Com isso, ao optar pela participação na PJ, estes jovens escolhem um estilo de vida

peculiar que deverão seguir alguns preceitos os quais determinarão suas posturas, seus comportamentos e influenciarão seu ato de fala, através do processo de formação integral da PJ, que propõe responder a três dimensões fundamentais da vida do jovem, como mostra o documento 44:

Dimensão Psicoafetiva: afetividade, relações humanas, autoconhecimento;  
Dimensão Mística: espiritualidade, aprofundamento bíblico e teológico;  
Dimensão Política: consciência crítica, visão histórica, aprofundamento nas ciências sociais, econômicas e políticas. (CNBB, 1986, p. 24).

Assim, a PJB pretende que os jovens sejam envolvidos, transformados e conduzidos a lutarem contra o que são para se tornarem um outro autônomo, protagonista, porém, sem se desvencilhar da pedagogia da PJ. Com isso, ao ingressar na PJ, o jovem o faz com a ilusão de que será o dono do seu dizer e, dessa forma, não será alienado. Contudo, percebe-se que a sua identidade será (re)construída segundo os traços de evangelização inseridos pelo discurso da Pastoral. De acordo com os enunciados do processo de formação integral, a evangelização do jovem se dá pelos aspectos que concernem à sua identidade, aliando-os aos princípios teológico-bíblicos, segundo a mística católica.

Conforme Silva (2011), os principais traços que determinam uma identidade são culturais e socioeconômicos. Concernente a isso, a PJ elegeu uma categoria social de jovens aos quais espera evangelizar, ao fazer uma opção preferencial pelos jovens empobrecidos, mesmo que não descarte os jovens das outras camadas sociais, ela define uma identidade de juventude com a qual deseja trabalhar. Assim sendo, em sua prática discursiva, reconhece a exclusão dos jovens que sofrem as consequências das diferenças sociais no País, e os elege como aqueles que mais necessitam de sua intervenção evangelizadora, o que é comprovado pelo trecho “através da Pastoral da Juventude, a Igreja ‘apoiará os jovens, principalmente das bases populares, a tomarem consciência de que são marginalizados por estruturas sociais desagregadoras.” (DG 119 apud CNBB, 1986, p. 10).

Na tentativa de justificar sua ação evangelizadora voltada para os jovens pobres, o discurso da PJ tende à homogeneização da juventude. Tende a defini-los como empobrecidos e explorados, conforme nos seguintes enunciados:

jovem mão-de-obra barata; êxodo rural de jovens (CNBB, 1986, p. 8); Há muitos jovens indígenas, camponeses, mineiros, pescadores e operários que, por sua pobreza, se vêem obrigados a trabalhar como adultos. (CNBB, 1986, p.8-9); Há uma massa impressionante de jovens desfigurados e violentados em sua dignidade (CNBB, 1986, p.10); [...] nenhum setor da

humanidade deseja tão ardentemente a paz quanto os jovens empobrecidos (CNBB, 1986, p.39).

Nesse contexto, pretende-se que, ao se reconhecerem nesse lugar discursivo, os jovens ocupem determinadas posições de sujeitos evangelizadores, formadores de consciência sociopolítica, a partir dos preceitos cristãos católicos. Assim sendo, o jovem, evangelizado pela Pastoral, deverá agir como aquele que é portador da Boa notícia e anunciá-la aos jovens de sua localidade. Segundo Silva (2009, p. 11), para a PJ, definir a sua identidade é “estabelecer a tarefa dos seus membros, definindo um jeito de ser, de fazer e celebrar a partir da valorização da criatividade dos jovens”. Assim, explicita-se que definir a identidade é vincular-se a um conjunto de valores culturais, sociais e ideológicos e reproduzi-los no contexto em que vive, para reafirmar-se enquanto grupo pertencente a uma instituição maior que se insere num contexto global, a Igreja Católica.

### **3.6 O discurso da PJ sob a influência neoliberal – os anos de 1990**

Desde o final do século XX e no início deste século, as práticas neoliberais influenciam todo o sistema político mundial, simultaneamente, a globalização facilita o desenvolvimento de tecnologias avançadas (celular, tablets, notebooks, internet etc.) em diversas áreas que determinam as relações políticas, culturais e econômicas. No âmbito clerical, a IC enfrenta a “concorrência” de outras diversas denominações religiosas que crescem a cada ano, além do aumento de igrejas e outras seitas tradicionais como: Igreja Assembleia de Deus, Igreja Luterana, Igreja Metodista, Igreja Adventista, o Espiritismo, dentre outras.

Este contexto socio-político-religioso influencia as ações da IC e assim, os movimentos de práticas neopentecostais crescem no interior da mesma. Essas condições de produção são determinantes para definir as práticas discursivas da IC neste século. Com isso, o documento 85 – Evangelização da juventude, desafios e perspectivas pastorais – publicado pela CNBB, em 2007, reproduz enunciados que retomam elementos da pós-modernidade: a subjetividade, a centralidade das emoções, as novas tecnologias, o individualismo e a ausência de luta coletiva que indicam outra conjuntura, porém, um desafio para a IC. A própria IC assume tais condições e, por consequência, a sua dificuldade de se adaptar aos “novos tempos”, quando afirma que, “num primeiro momento, a Igreja fragilizou-se ao resistir à possibilidade de mudança, distanciando-se da juventude, da sua linguagem, de suas expressões e maneiras de ser e viver diante do avanço da modernidade” (CNBB, 2010, p.16).

Ao escrever sobre o discurso religioso, Orlandi (2006, p. 52) diz que ser representante é “estar no lugar de e não no lugar próprio”, assim sendo, o jovem que se ingressar na PJ, assumirá uma posição diante dos outros jovens e poderá falar em nome da Pastoral, cuja formação pedagógica cristã, oferecida aos jovens a partir do processo de formação integral, o qualifica para assumir esse lugar discursivo, de acordo com as diretrizes dessa Pastoral. Há, sobretudo, um controle do discurso que será produzido por esse sujeito. A aquisição desses atributos deriva da regularidade que marca e caracteriza o discurso da Pastoral, em virtude da formação discursiva em que se insere. Segundo Foucault (2008, p.65-66),

o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros: a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual.

Segundo as noções foucaultianas, ao nos propormos a analisar discursos, deparamo-nos com diversos elementos que o constituem, jamais conseguiremos analisar todos os seus constituintes, pois as nossas análises, sobretudo, deverão permear as estruturas do discurso. Em se tratando de discurso religioso, insere-se, aí, o discurso do jovem da Pastoral da Juventude, o qual é uma construção social, pois o discurso da PJB se inscreve em um feixe de relações que compreendem instituição (Igreja Católica), sujeitos, discursos outros, condições históricas, sociais, culturais e de fé.

Nesse contexto, tendo em vista a doutrina praticada pela PJ, a evangelização do jovem pauta-se em um discurso focado no social, conforme seus dizeres, pois objetiva o sujeito-jovem “impondo-lhe” princípios que o levem a se preocupar com questões sociais e ajam para transformar a realidade em nome da ação evangelizadora da PJ. O discurso da PJ, na década de 1980, constitui-se, também, de enunciados socialistas/marxistas, influenciado pela TL e pelos princípios pedagógicos da formação integral. Estas influências do socialismo são aliadas ao discurso bíblico, cujo mote é a narração da história de Jesus Cristo, o qual é descrito como salvador e, desse modo, como enuncia a PJ, seu legado deve ser seguido e complementado pelos jovens.

Visto que há diversas tendências dentro da IC, os enunciados produzidos pela Pastoral da Juventude têm diferentes sentidos se proferidos por sujeitos ligados a outras tendências,

como a Renovação Carismática Católica (RCC), por exemplo, que se destaca a partir do início dos anos de 1990 com uma prática discursiva que se pauta nos princípios neopentecostais e acentuam a subjetividade e a afetividade em sua metodologia de evangelização, em detrimento do compromisso social e político, conforme podemos notar nas palavras do documento 85:

O modelo de capitalismo neoliberal, com suas propostas de privatização das empresas estatais e o afastamento do Estado do jogo do livre mercado, apresentou-se como vencedor. Paralelamente houve uma mudança cultural. A pós-modernidade se fortaleceu e acentuou a centralidade das emoções e a subjetividade. Apareceu uma nova geração de jovens muito distante das identidades das décadas de 1960 e 1980 (CNBB, 2010, p. 144).

Como já dissemos, o neoliberalismo, cujas posições políticas influenciaram, também, as práticas religiosas, fazendo com que as condições de produção do discurso religioso à época da elaboração do doc. 44 incorporassem práticas de militância, ou seja, participação coletiva, enquanto que o doc. 85 percorre tendências individualistas. Embora utilize, em seu discurso, enunciados oriundos do discurso bíblico, que são empregados, também, pela PJ, as condições de produção e os sujeitos evangelizadores da RCC fazem com que estes enunciados produzam outro efeito de sentido, porque a “RCC é um movimento que não aceita ser chamada ou interpretada como movimento eclesial, pois se reivindica como um reavivamento do catolicismo” (SOFIATI, 2012c, p. 48).

Ao atualizar seu discurso para atender às emergências da contemporaneidade, a IC, liderada pela ala conservadora à qual estão ligados os movimentos eclesiais, inclusive a RCC, amplia os espaços de atuação destes movimentos a partir dos anos de 1990 em detrimento das CEBs e das pastorais sociais ligadas à TL. Essa transformação ocorre, pois

a tendência de acentuar os sentimentos, no mundo contemporâneo, tem forte penetração no meio dos jovens e levanta questões importantes referentes à metodologia de trabalho pastoral. Por outro lado, à medida que aumenta o nível de escolaridade dos jovens, aumenta, também, a necessidade de uma base intelectual da fé; caso contrário, muitos acabam abandonando sua fé. É importante lembrar que as duas culturas continuam convivendo juntas: a modernidade, que acentua a razão, e a pós-modernidade, que acentua a centralidade das emoções (CNBB, 2010, p. 22).

Denota-se, nas palavras do excerto acima, que as práticas discursivas da IC são revistas e atualizadas em busca de atender às exigências de cada época. Conforme apresentamos no capítulo 1, deste trabalho, esta adequação de seu discurso ocorre em decorrência das transformações sócio-políticas, quando expusemos os acontecimentos da

década de 1920-1930, que ocasionaram uma revisão de prática da IC culminando na criação da Juventude Católica Especializada e mais tarde, nas Pastorais de Juventude.

Agora, o próprio documento 85, dadas as condições de produção, assume que as Pastorais da Juventude, fortalecidas na década de 1980, não atendem aos anseios da IC e do atual momento histórico político da sociedade. Com isso, a IC assume que

hoje é mais fácil trabalhar a espiritualidade, em todas as suas dimensões, que na década de 1980, quando o tempo dedicado às celebrações e à oração era freqüentemente visto como algo secundário face à urgência da transformação social (CNBB, 2010, p.20).

O uso do dêitico hoje reforça que esse momento da enunciação é diferente daquele em que o documento anterior (doc. 44) enunciava; reafirmando que as condições de produção, nesse momento histórico, privilegiam o discurso de valorização do sentimento em detrimento dos enunciados político-religiosos da década de 1980. O marcador temporal “na década de 1980” retoma o período em que as práticas da IC fortaleceram as pastorais sociais e as CEBs para atuarem política e religiosamente junto às pequenas comunidades com o intuito de politizá-las. Demonstra-se, contudo, a adequação do discurso da IC às exigências de um dado momento histórico.

Outra marca do discurso religioso que, segundo referência de Orlandi (2006), é um discurso autoritário, reproduzido na pós-modernidade demonstrada no doc. 85 (CNBB, 2010, p. 22), é a concepção de que “à medida que aumenta o nível de escolaridade dos jovens, aumenta, também, a necessidade de uma base intelectual da fé; caso contrário, muitos acabam abandonando sua fé”. Essa insegurança quanto aos seguidores jovens como formação escolar reflete o momento de crise que a IC vive neste início de século em virtude do crescimento de outras denominações religiosas e a falta de estrutura de evangelização que atenda às diversas realidades juvenis, pois, conforme o próprio documento enuncia, há outros atrativos para a juventude com os quais a IC concorre. Essas condições provocam, também, o distanciamento das pessoas da IC e, por consequência, o menor número de católicos registrado no Brasil, conforme gráfico 1 (ANEXO B, p. 108).

Segundo as noções de discurso religioso, para Orlandi (2006, p. 243), a relação de Deus com o homem é uma relação que acontece no desnivelamento em que Deus é soberano, é o locutor (o Sujeito), Ele está no plano espiritual, logo, “imortal, infalível, infinito e todopoderoso”, enquanto que o homem é o ouvinte (o sujeito) e está no plano material, portanto, “mortal, falível, finito” cujo poder é limitado. Com isso, aquele que obtém o conhecimento, questiona a sua sujeição a um Ser soberano, abstrato, intocável, invisível. O conhecimento

permite o questionamento de verdades estabelecidas, assim, a autoridade do discurso religioso não será passivamente aceita por aqueles que adquirem o saber. Para ilustrar essa preocupação com aqueles que adquirem escolaridade, podemos remeter à Nietzsche, um dos pensadores mais importantes do século XIX, que declarou a “morte de Deus” realizada pela humanidade. Conforme o pensamento Nietzscheano, “com a morte de Deus, é o próprio homem quem perde seu reinado, ao contrário de tomar o seu lugar” (SOUTO, 2011, p. 131).

Outro fator que ocorre na IC do século XXI é a revisão da participação dos leigos católicos<sup>28</sup> que, desde o início do século XX, tiveram seu espaço de atuação ampliado no âmbito das organizações católicas, porém, nesse momento, embora a IC reconheça a importância do cristão leigo, ela tenta resgatar a figura do padre, do “consagrado”, para atuar junto às comunidades.

Apesar das mudanças nas práticas discursivas da IC, uma questão permanece, conforme demonstramos nas análises anteriores do documento 44. O jovem continua sendo objetivado como sujeito que deve contribuir para o crescimento da IC: “jovens [...] contribuam com ação de toda a Igreja” (CNBB, 2010, p. 11).

Assim, a IC mantém em seu discurso a posição-sujeito de quem tem a capacidade de evangelizar e transformar a vida dos jovens: “A Igreja, consciente de sua missão, oferece seu ensinamento e a sua visão a respeito da juventude e de sua evangelização” (CNBB, 2010, p. 40).

Outra marca particular do documento 85, diferentemente do doc. 44, refere-se à ampla retomada dos dizeres bíblicos. De forma recorrente em seu texto, o doc. 85 apresenta citações bíblicas, como forma de referendar seu discurso, sem recorrer a outras doutrinas como acontece no discurso do doc. 44, que se pauta em enunciados bíblicos, marxistas e políticos. Tal alteração na FD da IC deve-se ao fato de que “os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações sociais e políticas de toda natureza” (FERNANDES, 2005, p.22).

Outro aspecto a ser observado é que no doc. 44 os dizeres bíblicos eram reatualizados para a condução da participação política como projeto social de Jesus Cristo que se posicionava contra o sistema político, ao passo que, nas diretrizes do documento 85, essa referência discursiva não ocorre.

De acordo com os enunciados do documento atual: O jovem assim como todo cristão é convidado por Jesus a ser discípulo. O convite é pessoal: ‘Vem e segue-me’ (Lc 18,22)”. (CNBB, 2010, p.42). Ao correlacionarmos estes dizeres com os enunciados do doc. 44,

<sup>28</sup> Para a Igreja Católica é a pessoa que está ligada a ela, mas não pertence ao corpo de sacerdotes.

observamos que se denota um convite a uma participação mais pacífica dos jovens, pois o convite é pessoal, reforçando o individualismo nesses tempos de pós-modernidade, contrapondo-se ao convite à participação social explícito no doc. 44:

Jesus Cristo convida os jovens, através da Igreja, a anunciá-lo e a fazê-lo presente no meio da sociedade e dos povos, e a confrontarem permanentemente os acontecimentos e as estruturas sociais com o Reino anunciado e implantado na História pelo mistério da sua vida, morte e ressurreição (CNBB, 1986, p.17, grifos nossos).

Conforme os enunciados em *itálico*, ressaltamos a diferença das práticas, na década de 1980, quando os jovens eram convidados a anunciar e a se fazer presente no meio da sociedade e dos povos, o que se contrapõe ao convite individualista do início do século XXI, conforme o excerto: “O jovem [...] é convidado por Jesus a ser discípulo” (CNBB, 2010, p. 43). Nas práticas do documento 44, o jovem é convidado a ser protagonista (militante) da evangelização, tais práticas remetem à ideia de participação política, aquele que milita, que combate. Já no doc. 85, o convite é para que seja “discípulo”, ou seja, aquele que segue o mestre, delimitando, assim, a sua liberdade, o qual deverá seguir o que é determinado, de forma incondicional. Foucault (2009) dirá que o discurso é controlado e selecionado, conforme as FDs em que se inscrevem.

No documento 85 não aparecem os enunciados “militante”; “militância”; “militar”<sup>29</sup>. Em seus lugares, os enunciados que surgem nessa direção são: “discípulo”; “discípula”; “discipulado”<sup>30</sup> remetendo aos seguidores de Jesus Cristo há dois milênios.

Conforme os dizeres bíblicos, “Jesus congrega ao seu redor um círculo de discípulos e discípulas que o seguem. É nesta vida comunitária que vão aprender o sentido de vida. O relacionamento é diferente.” (CNBB, 2010, p. 42).

De acordo com o dicionário Aulete, discípulo é:

sm.1. Indivíduo que recebe ensinamentos ou segue as ideias de um mestre/ 2. Aquele que aprende, que estuda (qualquer disciplina); ALUNO/ 3. Rel. Segundo os Evangelhos, cada um dos seguidores próximos de Jesus, a quem transmitiu seus ensinamentos; APRENDIZ; ALUNO/ 4. Seguidor e

<sup>29</sup> mi.li.tan.te = a2g. 1. Que milita ativamente em prol de uma causa ou organização política./ 2. Que milita, que combate; COMBATENTE/ 3. Que atua; que está em atividade (professor militante)./ s2g. 4. Indivíduo militante./ sm. 5. Ant. Soldado guerreiro./ 6. Rel. Aquele que faz parte de alguma das organizações apostólicas da Igreja Católica./ [F.: Do lat. militans, antis, part. pres. de militare.] (AULETE DIGITAL, disponível em <<http://aulete.uol.com.br/militante>> acesso em 28 jun. 2013).

<sup>30</sup> No documento 85 os enunciados discípulo, discípula, discipulado ocorrem 40 vezes, em contraponto ao documento 44 que eles não aparecem. Ocasão em que os enunciados militante, militar (verbo) e militância são citados 26 vezes e, em nenhum momento aparece o termo discípulo.

continuador do trabalho de alguém; EPÍGONO: discípulos de Kant/ 5. Seguidor de um ideal, de uma filosofia, de uma virtude: discípulos da fé.

Conforme o significado da palavra “discípulo” no dicionário, podemos inferir que a pretensão que se tem, com o uso desse termo no documento 85, é objetivar o jovem como um seguidor, obediente, que cumpre os ensinamentos cristãos, seguidor de um ideal. O enunciado reafirma a tendência do poder pastoral de transformar em crianças, os sujeitos a quem dirige seu discurso, como sugere Albuquerque Jr. (2012). De acordo com os enunciados deste documento, o verdadeiro sentido da vida se constrói ao seguir os ensinamentos da IC, ou seja, de Jesus Cristo, sem questioná-los, dado o caráter infantil de suas informações.

A aplicação desses enunciados demonstra as características da FD de cada época e a adequação do discurso e da prática discursiva da IC no tocante à evangelização da juventude. Os enunciados corroboram a transformação do discurso da IC em função dos elementos históricos que os constituem, conforme já discutimos anteriormente, porém, ainda assim, é importante discutirmos um pouco mais, sobre enunciados.

Segundo Foucault (2000), o enunciado, enquanto função enunciativa, relaciona as unidades com um campo de objetos, pois há um referente que se alia a um conjunto de posições subjetivas e as coloca em domínio de coordenação e coexistência em que são considerados. Dessa forma, podemos distinguir os enunciados em análise como enunciados que se associam a um campo político (militante, militância, militar) e outros que se associam ao campo religioso neopentecostal do início do século XXI, presença forte na IC neste momento histórico. Outrossim, podemos destacar que os sujeitos que (re)produzem esses enunciados se inserem em diferentes FDs: TL nos enunciados produzidos no documento 44 e do neopentecostalismo religioso no documento 85. Ainda de acordo com Foucault (2000), descrever um enunciado significa definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos uma existência, mas uma existência específica, como um elemento de coexistência.

[...] o seguimento de Jesus é um exercício que inclui procedimentos próprios, fecundando o coração do discípulo e discipula, gerando uma consciência ética própria para sustentar uma conduta que no mundo aponte o compromisso com a vida e caminho do Reino definitivo (CNBB, 2010, p. 43).

Segundo a aplicação dos enunciados acima, o seguimento de Jesus, por si só, não é suficiente para atender aos anseios daqueles que o seguem, ao passo que é preciso segui-lo

para a conquista da salvação. Mais uma vez explicita-se a dispensa das doutrinas políticas, conforme enunciado no doc. 44.

A noção de evangelização de outros jovens é totalmente desvirtuada em relação ao proposto pelo discurso do doc. 44, assim, o jovem será testemunha da existência de J.C. pois

quem se torna discípulo de Jesus, transforma-se em portador de sua mensagem. Jesus chama o discípulo para enviá-lo em missão. No encontro com Cristo, o novo discípulo sente-se impelido pelo Espírito Santo a anunciar aos outros a experiência que teve com Cristo e como nele reconheceu o Messias, o Salvador (CNBB, 2010, p. 45).

Ainda é possível analisarmos a recorrência dos enunciados militância/militante e discipulado/discípulo em cada documento, segundo a concepção de Bakhtin (2010), sem que isso deforme as análises enunciativas realizadas, anteriormente, a partir das noções foucaultianas, haja vista que as noções de enunciado para ambos os estudiosos se complementam.

Bakhtin (2010) considera que a enunciação é social, portanto ideológica, Foucault (2000), embora não adote a categoria enunciação, não desconsidera o caráter social do enunciado, o qual é construído sócio-historicamente. Segundo Foucault (2000), a análise enunciativa é histórica e busca responder ao modo como as coisas existem. Bakhtin (2010) afirma, ainda, que o enunciado tem uma natureza socioideológica, pois a linguagem é ideologicamente marcada. Nesse sentido, os enunciados em epígrafe se inserem em uma determinada formação ideológica<sup>31</sup>, porque são produzidos em consonância com os elementos exteriores que influenciam a sua utilização, conforme já os situamos.

O caráter ideológico da linguagem faz surgirem posições de acordo com a constituição de sujeitos em determinadas FDs, conforme abordaremos na subseção seguinte, ao retomarmos às posições-sujeito da IC e PJB.

### **3.7 Posições-sujeito ocupadas pela Igreja Católica e pela Pastoral da Juventude**

Segundo Orlandi (1993, p. 21), “uma posição-sujeito não é anterior à construção dos efeitos de sentido, e sim se produz com eles; é justamente nesse momento de atualização e de (re)significação da memória que se produz um efeito de sentido capaz de instituir uma posição-sujeito”. Assim, a Igreja Católica se posiciona como uma instituição capacitada para

---

<sup>31</sup> Numa concepção pecheutiana, as formações ideológicas (FI) são um conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX, 1993, p.166).

orientar o jovem e transformar a vida dele. Conforme os enunciados da coluna “B” da matriz (APÊNDICE, p. 105), “é necessário formar os jovens de maneira gradual, para a ação sociopolítica e para mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja” (DP 1196 apud CNBB, 1986, p. 14).

De acordo com os enunciados do excerto, podemos apreender que, nesse momento histórico, as instituições de ensino não oferecem ao jovem uma formação que o capacite para a ação política junto à sociedade, outrossim, afirma-se que a Igreja Católica tem condições de qualificá-lo para tal ação. Considera-se, ainda, que a transformação de uma sociedade “menos humana em mais humana” passa pelos valores cristãos católicos. A condução do jovem precisa ser gradual para levá-lo a transformar a sociedade. Tal transformação da sociedade pressupõe fazer o bem a si e ao outro. Essa prática de bem-fazer é uma prática inerente ao poder pastoral que visa a preparar o indivíduo para fazer o bem para si e para a sociedade, conforme nos ensina Foucault (2008).

Desse modo, pautada na prática do poder pastoral, a IC assume uma posição-sujeito de quem detém o saber e tem poder para delegá-lo aos jovens que são objetivados pelos saberes da PJ. Nesse caso, podemos voltar a falar sobre os regimes de verdade, pois a Igreja católica, ao assumir a posição-sujeito de formadora de consciências, estabelece uma verdade sobre o sujeito-jovem.

### **3.8 Discursos produzidos em diferentes momentos históricos**

Conforme as análises que desenvolvemos visando explicitar a transformação do discurso da PJ em duas épocas distintas, observamos que as práticas discursivas da Pastoral da Juventude foram revistas e atualizadas de acordo com as mudanças sócio-históricas que ocorreram. Assim, salientamos o teor autoritário e monossêmico do discurso religioso da IC que se coloca como verdade absoluta. Ainda, apesar de se intitular representante de Deus, posicionar-se como a ligação entre o Sujeito (Soberano), essa instituição religiosa é constituída por seres humanos e, como todas as práticas discursivas, também as suas práticas estão sujeitas à exterioridade, composta por elementos extralinguísticos que determinam a sua produção discursiva.

Objetivando observar a FD da PJ em cada época (década de 1980 e início do século XXI) e analisando a posição-sujeito da IC com relação aos dois documentos, elaboramos um quadro com enunciados extraídos dos apontamentos do corpus, no qual demonstramos a

posição da IC com relação ao jovem em cada documento e, por fim, a objetivação dos sujeitos-jovens em cada um deles.

Notamos que a posição-sujeito da IC muda em cada época, bem como o perfil desejado do jovem o qual a PJ pretende subjetivar. É importante ressaltar que as condições de produção desses enunciados destacados são distintas, conforme já esclarecemos em nossas discussões anteriores. Apresentamos no quadro 3 os enunciados alusivos à posição da IC que visa à objetivação dos sujeitos-jovens:

CNBB – Documento 44 – 1986	CNBB – Documento 85 – 2010 <sup>32</sup>
1. A iniciativa partiu dos <b>delegados do 4º Encontro Nacional da Pastoral de Juventude</b> que, em 1983, <b>pediram</b> que o tema fosse aprofundado na Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro (p. 5).	1. “Os <b>jovens têm o direito de receber</b> da Igreja o Evangelho e de ser <b>introduzidos</b> na experiência religiosa, no encontro com Deus e no contato com as riquezas da fé cristã” (p. 5).
2. “O setor Pastoral da Juventude da CNBB preparou o presente texto com a <b>participação dos próprios jovens</b> ” (p. 5).	2. “ <b>Ela existe</b> para evangelizar, ou seja, <b>para pregar e ensinar</b> , ser o canal do dom da graça. Junto aos jovens” (p. 9).
3. “ <b>Nenhuma instituição ou governo pode ignorar... as aspirações da juventude</b> por um mundo de justiça e oportunidade... ou deixar de escutar o que estão dizendo” (p. 10).	3. “o encontro pessoal com Jesus Cristo e a <b>aceitação</b> de um projeto de vida baseado no seu Evangelho” (p. 10).
4. “Impulsionar o jovem a que, na medida em que se evangeliza, evangelize e <b>transforme seu meio específico...</b> ” (p. 22).	4. “A responsabilidade de <b>anunciar</b> Jesus Cristo e seu projeto <b>aos jovens convoca-nos</b> a uma constante vigilância” (p.11)
"A PJ quer oferecer elementos e condições para que os jovens possam conhecer e aderir livre e conscientemente a Jesus Cristo [...] para se tornarem agentes evangelizadores na Igreja e na Sociedade" (p. 16).	"[...] o jovem que, ao optar pelo Senhor, assume uma nova postura diante da vida é, naturalmente, percebido, notado, admirado e seguido pelos seus companheiros” (p. 74).

Quadro 3 – Enunciados que denotam posição-sujeitos da IC e objetivação dos jovens.  
Fonte: DOCUMENTO 44 (CNBB, 1986); DOCUMENTO 85 (CNBB, 2010).

Nos itens **1** e **2** ressaltamos, nos enunciados em destaque, a maneira como o sujeito-jovem é explicitado no discurso. Segundo as noções foucaultianas, o sujeito discursivo se submete às FDs em que se inscrevem, assim, mesmo que na PJ o jovem assuma uma posição de protagonismo, ele se submeterá ao discurso produzido por essa instituição. Porém, o uso do verbo “pediram”, enquanto recurso linguístico-discursivo, indica uma participação efetiva dos sujeitos na elaboração desse discurso. Logo, ao participar da elaboração do documento e pedir que a CNBB aprove o texto do documento, eles assumem a identidade construída pelos pressupostos cristãos e, com isso, têm a ilusão de protagonismo. No documento 85 (2010), o

<sup>32</sup> A 1ª edição deste documento foi publicada em 2007, em nossas análises destacamos os enunciados da 1ª ed. e da 5ª ed. publicada em 2010.

jovem é considerado como alvo do processo de evangelização, portanto, sujeita-se ao que postula a PJ e a IC. De acordo com os enunciados destacados, a prática discursiva das diretrizes da juventude desconsidera que o jovem tenha uma identidade a qual será construída no grupo de jovem que participar, dando a entender que se constituirá sujeito ao ser “introduzido” na doutrina católica cristã, porque a IC existe para “pregar e ensinar”. Diferentemente dos enunciados do documento 44, os jovens são objetivados como sujeitos sem conhecimento e, por isso, precisam ser ensinados.

Nos itens **3** e **4**, conforme o documento 44 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – (1986, p. 38), “os problemas da relação entre o TRABALHO e o CAPITAL não serão resolvidos pelo esvaziamento da consciência de classe, mas, ao contrário, pelo seu amadurecimento” (destaques do autor). Tal afirmação evidencia, assim, a influência marxista na doutrina da PJ, pois é perceptível os atravessamentos dos dizeres políticos no discurso da PJ produzido na década de 1980, o que denota o sentido de convite à participação política, conforme já expusemos ao analisar os enunciados “militantes” e “discípulos”.

A prática discursiva da década de 1980 instiga e reflete a valorização do leigo católico, conforme orientações da IC, desde as décadas anteriores, o que ocorre devido ao pequeno número de padres para atuarem na evangelização, como justifica a própria IC, fruto das condições de produção da época. Logo, o que enuncia o documento, no início do século XXI, demonstra a preocupação atual da IC com o avanço das igrejas evangélicas concorrentes. Reafirma, ainda, a necessidade de encontrar formas dinâmicas de combater o progresso dessas denominações que provocam a diminuição dos fiéis católicos.

No item **5**, corrobora-se a interferência histórica sobre a juventude, assim, a IC utiliza do seu poder de persuasão, estratégia de convencimento, para que o jovem participe das suas esferas. Consoante ao que se refere ao momento histórico, o próprio documento 85, ao objetivar o jovem do início do século, afirma:

As propagandas e as novelas apresentam os jovens como modelos de beleza, de saúde e de alegria, despreocupados, e impõem padrões de vida e de consumo aos quais poucos jovens realmente têm acesso. Os jovens também são caracterizados pela força, ousadia, coragem, generosidade, espírito de aventura, gosto pelo risco. De outro, nos noticiários, estão os jovens envolvidos com problemas de violência ou comportamentos de risco, que são, na maioria das vezes, negros e oriundos dos setores populares (CNBB, 2010, p.28-29, destaques nossos).

Segundo os estudos sobre a juventude, o jovem do século XXI quer fazer parte, deseja ter condições de consumir produtos eletrônicos, usar as roupas da moda, etc. Pautando-se

nestes anseios juvenis, a IC tenta persuadi-los a participarem da Instituição, fazendo-os acreditar que serão notados, percebidos e admirados, numa sociedade em que a imagem do jovem é referencial para as outras categorias sociais, e compreendendo que a juventude não gosta de se sentir excluída. Nesse sentido, o discurso materializado no documento 85 tenta fazê-los acreditar que participar de uma instituição religiosa torná-los-á notáveis.

Considerando a fase de transição da juventude, o que o jovem tanto busca é tornar-se respeitado e reconhecido pela sociedade de forma geral. De acordo com o que enuncia o documento 85, ele conquistará esse respeito e reconhecimento se “optar pelo Senhor”. Esses enunciados representam o mecanismo do encantamento e a persuasão do discurso pastoral. De acordo com Novaes (2007), os jovens da atualidade dividem o sentimento do medo de “sobrar”, ou seja, não fazer parte de uma sociedade, cujos valores sociais e econômicos a torna excludente. Utilizando-se dessa insegurança própria do jovem dessa época, a IC alia ao seu discurso elementos que visam a persuadi-los.

A análise dos componentes históricos do discurso produzido no período da publicação do documento 44 nos permite dizer que esse discurso segue a mesma linha de pensamento dos enunciados do doc. 85, listados no quadro anterior, porque, segundo o documento 44 da CNBB (1986, p.16), "a PJ quer oferecer elementos e condições para que os jovens possam conhecer e aderir livre e conscientemente a Jesus Cristo [...] para se tornarem agentes evangelizadores na Igreja e na Sociedade". Esses enunciados fazem sentido, se considerarmos as expectativas da juventude na década de 1980, quando o País saía da ditadura militar e passava por um processo de redemocratização, vislumbrando a possibilidade de realizar os ideais de liberdade cujas lutas encampadas nas décadas de 1960 e 1970 levaram jovens à morte. De acordo com as condições de produção na época da publicação do documento 85, há uma preocupação com a inserção do jovem nos trabalhos internos da IC, conforme explicita-se neste trecho:

o jovem necessita que falemos para ele não somente de um Deus que vem de fora mas também de um Deus que é real dentro dele em seu modo juvenil de ser alegre, dinâmico, criativo e ousado. A evangelização da Igreja precisa mostrar aos jovens a beleza e a sacralidade da sua juventude (CNBB, 2010, p. 55).

Historicamente, a década de 1980, era o momento da juventude realizar todos os objetivos de suas lutas empenhadas nas décadas anteriores, assim, a PJ promete que, ao participar da sua organização, os jovens poderão aderi-la livre e conscientemente, ou seja, é a

oportunidade que eles têm de ver os sonhos realizados e promover as mudanças sociais tão almejadas.

Porém, não há adesão livre, pois todo e qualquer discurso é controlado. Nesse caso, a adesão é conduzida pelas condições oferecidas para que se tornem agentes evangelizadores na Igreja e na Sociedade. Nessa mesma linha de adesão segue o discurso do documento mais recente, afirmando que o jovem necessita que falemos para ele, ou seja ele será um expectador da ação de evangelização, assim, será conduzido, conforme os desejos da IC.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Incluímos, na parte inicial deste trabalho, um olhar sobre a constituição histórica da Pastoral da Juventude no Brasil, bem como a adequação das práticas e do discurso da Igreja Católica, da PJ, sobre a PJ e para a PJ. Ressaltamos que a repetição do termo PJ antecedida por diferentes preposições (de, sobre, para) deve-se ao fato de que, no primeiro documento analisado (documento 44, 1986), como dito no prefácio, há a participação dos jovens, pois estes tinham participação mais efetiva no seio da IC. Trata-se de um documento que aponta para as ações evangelizadoras da PJ no Brasil, cuja formação discursiva visa a atender toda a evangelização dos jovens católicos.

Em contrapartida, no documento 85 (publicado em 2007), há um discurso para a PJ, dado que, nesse momento histórico, são outras as condições de produção do discurso de evangelização da juventude e a PJB não é mais o organismo que reúne as experiências de evangelização dos jovens, como o era na década de 1980, ela é apenas uma parte de diversos movimentos de juventude dentro da IC. O documento 85, motivado pelas tendências neopentecostais do cristianismo, neste início do século XXI, constrói o discurso para a evangelização da juventude, reunindo enunciados que objetivam o jovem como o receptor de evangelização. Nesse contexto, a PJ é apenas mais um dispositivo de evangelização da juventude da IC.

Outro fator oriundo das condições de produção de cada época é que os enunciados políticos que atravessam o discurso produzido nos anos 80 não se fazem presentes no discurso do atual documento (documento 85). Em seus lugares surgem outros enunciados que retomam a individualidade do ser humano, a centralidade das emoções, reforçando sua subjetividade, sem participação coletiva em outros segmentos da sociedade, sem militância em detrimento da subjetividade proposta no documento 44 que reforçava o caráter político do jovem, visando

ao coletivo. Enquanto que, na década de 1980, a prática discursiva da PJ voltava-se para o coletivo, agora suas práticas retomam a individualidade, centradas no “eu” (IC).

Notamos que o discurso religioso é um discurso autoritário, o qual visa conduzir as condutas dos seguidores que se inscrevem nesse lugar discursivo. Uma característica muito peculiar do discurso religioso, porém não exclusiva, é a transitoriedade, pois está em constante refação, devido aos acontecimentos históricos que fazem surgir outros acontecimentos discursivos, haja vista que, a cada situação enunciativa, os sujeitos são outros e se constituem de acordo com as FDs nas quais se inserem. Tais fatos foram discutidos em nossas análises.

Salientamos que embora a capacidade de se adequar às demandas do tempo seja uma prática da IC que adapta seu discurso às condições de produção de dada época, por ser uma instituição tradicional, antiga e arraigada nos modelos primordiais tem dificuldade de se atualizar, preservando práticas antigas em seu discurso. Outro fator, que nos posicionamos a respeito, foi o tratamento dado aos jovens no discurso religioso cristão católico, especialmente, a partir do século XX, quando a IC preocupou-se com a abertura à participação dos leigos católicos e, por corolário, a participação dos jovens.

Pudemos observar que a juventude, assim como outros segmentos sociais, é uma categoria social que está em constante transformação, fruto de identidades mutáveis e diversas que são construídas nas relações imediatas desta categoria na busca de ideais presentes para a consolidação do futuro. O jovem identifica-se com aqueles que têm o mesmo sonho, o mesmo desejo, a mesma condição de vida.

Os estudos sobre o discurso da Pastoral da Juventude mostraram que as ações de evangelização emolduram sua prática discursiva em conformidade com a realidade sócio-política em vista de ajustar-se ao contexto que a circunda. Nessa linha de construção, a PJB deseja que o jovem, ao participar da PJ possa adquirir um saber que lhe ofereça elementos para uma análise e, posterior participação eclesial e social, se aceitar os ensinamentos cristãos católicos.

Diante disso, a PJB tem, em seu processo de formação integral, uma proposta de construção de saberes pautada na doutrina cristã católica e, em noções marxistas que influenciaram a produção discursiva, especialmente, na década de 1980. No entanto, no final do século XX e início do século XXI, embora esse processo de formação integral seja reconhecido pela CNBB, devido a influencia neopentecostal e os novos rumos construídos pela IC, a PJ retira de seu corpo as noções e práticas sócio-políticas tão presentes no texto de 1986. A prática discursiva da PJ busca convencer o jovem de que ele é um elemento

importante na construção de novos sentidos do discurso o qual se alicerça nos parâmetros ideológicos cristãos.

Dessa forma, o jovem é objetivado nos documentos da PJ. Essa objetivação busca produzir um sujeito dócil e útil aos preceitos da Pastoral. Por outro lado, o movimento de objetivação pode induzir o indivíduo, no caso o jovem, a um processo de subjetivação que o leva a se constituir como sujeito dessa instituição, conforme indicamos no capítulo III. Nesse sentido, os documentos objetivam a juventude para que esta se torne objeto e sujeito de evangelização. Como os documentos estabelecem diretrizes gerais, esse procedimento funciona como possibilidade de subjetivação estendido ao jovem que aceitar o convite ou que se reconheça nessa condição. Como o trabalho não problematizou depoimentos ou entrevistas, não temos condições de tecer afirmações incisivas, mas indicar possibilidades.

Portanto, os enunciados reproduzidos no documento constituem os jovens em sujeitos históricos na/para a Pastoral, pois os subjetivam para que sejam um “outro modelo” de jovem na sociedade, desde que sigam os ensinamentos cristãos propostos pela IC, via PJ.

Pudemos notar que o discurso da PJ, na década de 1980, era atravessado por dizeres políticos marxistas e de esquerda, influenciados pela TL, que visava a preparar os fiéis católicos para a participação político-religiosa durante e após a ditadura militar. Porém, essa proposta de evangelização não resistiu por muito tempo, visto que no início dos anos de 1990, a IC passou a ser influenciada pelas práticas neopentecostais e as pastorais sociais da IC perderam espaço de atuação e passaram a atuar de outra forma.

O neopentecostalismo faz surgir outras denominações religiosas, conseqüentemente, o momento exige dinâmicas de evangelização que enfrente o crescimento das Igrejas evangélicas contrapondo-se às práticas anteriores, em que os aspectos políticos preocupavam mais, porque havia um crescimento das organizações sociais.

Considerando, então, que os jovens são os sujeitos (protagonistas) da ação evangelizadora pretendida pela PJ e pelos movimentos eclesiais de juventude, as ações desenvolvidas funcionam como estratégia de “sedução” para atrair/alienar o jovem aos propósitos da IC, buscando, em cada momento, definir perfis de identidades de juventudes cristãs, visto que as identidades são construídas nas e pelas relações de poder que acontecem nas reuniões, celebrações, encontros e festas promovidas pelas organizações católicas de juventude.

No início deste século, a PJB é apenas uma organização dentre tantas outras existentes na IC que propendem a construir identidades juvenis cristãs. O que ocorreu é que a transformação do discurso da PJB se deu em virtude de acontecimentos históricos que se

constituem em acontecimentos discursivos os quais disciplinarizam os jovens a se tornarem agentes de evangelização.

As diretrizes analisadas são elaboradas por líderes da PJB, jovens ou adultos que se dedicam com mais ênfase aos trabalhos de evangelização da IC e se destacam, enquanto que aqueles que estão nos grupos de jovens, denominados grupos de base, ficam alheios ao protagonismo e se submetem a decisões e escolhas de diretrizes que representam as instâncias hierárquicas reprodutoras do discurso dos bispos, padres, freiras e outras lideranças católicas.

Tal prática é comum ao poder pastoral que estabelece uma relação de pastor e rebanho, em que a Igreja se posiciona enquanto pastora que cuida do seu rebanho, subjetiva o jovem, o qual se tornará objeto de evangelização, fornecendo ao jovem a ilusão de protagonismo, o qual deverá ser exercido desde que siga as doutrinas da PJB. As suas práticas em todo espaço de convivência devem seguir os preceitos cristãos, conforme demonstramos nos enunciados analisados, mesmo que no documento 44m vise a uma participação política, afirmam que é preciso ser “fiel a Jesus Cristo” e “unidos em torno de seus pastores”, ou seja, assumindo-se como membro da PJ, seu discurso será controlado. As práticas de subjetivação de ambos os documentos conduzem a uma homogeneização das ações dos jovens depois de receberem os ensinamentos da IC.

De acordo com as análises, as diretrizes da PJB desconsideram que o jovem tenha uma identidade construída conforme a sua cultura, seu lugar social e sua participação em outros lugares da sociedade. A identidade do jovem deverá ser estabelecida segundo os critérios cristãos, ao fazer parte da PJ, dando a entender que se constituirá sujeito ao ser “introduzido” na doutrina católica cristã.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. A pastoral do silêncio: Michel Foucault e a dialética entre revelar e silenciar no discurso cristão. In: CANDIOTTO, C. SOUZA, P. de. (Orgs.). **Foucault e o cristianismo**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2012. Coleção Estudos Foucaultianos, 10.

\_\_\_\_\_. 1968: a irrupção do acontecimento. **Programa de Pós-graduação em História**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal-RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. 2011a. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/1968\\_irrupcao\\_do\\_acontecimento.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/1968_irrupcao_do_acontecimento.pdf)> acesso em: 03 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. 1968: O levante das palavras. **Programa de pós-graduação em História**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal-RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. 2011b. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/1968\\_o\\_levante\\_das\\_palavras.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/1968_o_levante_das_palavras.pdf)> acesso em: 03 mar. 2013.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 9 ed. São Paulo: Graal, 2003.

AMARAL, R. R. **Milagre político**: catolicismo da libertação. São Paulo: Annablume, 2010.

AULETE, C. In: **Aulete Digital** – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, online. Disponível em: <[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=cultura#ixzz2TRrZav3h](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=cultura#ixzz2TRrZav3h)> acesso em 22 maio 2013.

AZEVEDO, R. O IBGE e a religião: cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. **Blog Reinaldo Azevedo**. Análises políticas em um dos blogs mais acessados do Brasil. <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-ibge-e-a-religiao-%E2%80%93-cristaos-sao-868-do-brasil-catolicos-caem-para-646-evangelicos-ja-sao-222/>> acesso em 29 jun. 2013.

AZZI, R. A Teologia no Brasil: considerações históricas. In: **HISTÓRIA da teologia na América Latina** (Teologia em diálogo). São Paulo: Paulinas, 1981, p. 21-43.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**. A teoria do romance. Trad. A. F. Bernadini et al. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 1993.

BAKHTIN M./VOLOCHÍNOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BÍBLIA. Língua Portuguesa. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BOFF, L. **E a Igreja se fez povo**. Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

BORAN, J. **Juventude, o grande desafio**. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial Ltda; Rio de Janeiro-RJ: Ed. Bertrand Brasil Ltda., 1989.

BOSI, A. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: \_\_\_\_\_. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 308-345.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-norma-actualizada-pl.pdf>> acesso em 18 fev. 2012.

BRITO, M<sup>a</sup> M. L. DE. **Juventude, pobreza e trabalho**: desafios para o mundo contemporâneo. UECE – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. 2006. Disponível em: <[http://www.uece.br/politicasece/index.php/arquivos/doc\\_view/43-mariameirilenelopesdebrito1?tmpl=component&format=raw](http://www.uece.br/politicasece/index.php/arquivos/doc_view/43-mariameirilenelopesdebrito1?tmpl=component&format=raw)> acesso em: 19/06/2013.

CARDOSO JR. H.R. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze** – ressonâncias nietzschianas, 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CARNEIRO, H.F.; RIOS, C.S. do N. O neopentecostalismo e os novos discursos religiosos contemporâneos. LABORE Laboratório de Estudos Contemporâneos **Revista Polêmica**. Rio de Janeiro-RJ. UERJ - **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro-RJ. 2007. Disponível em: <[http://www.polemica.uerj.br/pol20/oficinas/lipis\\_4-main.htm](http://www.polemica.uerj.br/pol20/oficinas/lipis_4-main.htm)> acesso em 28/08/2013.

CELAM. Conselho Episcopal latino-americano. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. **Conclusões da Conferência de Puebla (texto oficial)**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação de tradução: Fabiana Komesu. São Paulo-SP: Contexto, 2004.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Pastoral da Juventude no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

\_\_\_\_\_. SANTO DOMINGO (Texto oficial): **Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano**, São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Evangelização da Juventude**: desafios e perspectivas pastorais. São Paulo: Paulinas, 2007.

\_\_\_\_\_. **CNBB**: natureza e fins. Brasília-DF. 17/12/2009. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/cnbb/quem-somos> acesso em 21 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais**. 5 ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusões de Medellín**. 6 ed. São Paulo-SP: Paulinas, 1968. Disponível em: <<http://www.clerus.org/clerus/dati/2009-01/09-13/medellin.html>> acesso em 21 ab. 2013.

DICK, H. **O caminho se faz: História da Pastoral da Juventude do Brasil**. Porto Alegre-RS: IPJ, 1999. Disponível em: <[http://www.casadajuventude.org.br/media/caminho\\_hilario.pdf](http://www.casadajuventude.org.br/media/caminho_hilario.pdf)> acesso em 18 jul. 2010.

DUSSEL, H. Hipóteses para uma história da teologia na América Latina (1492-1980). In: DUSSEL, H. et al. **HISTÓRIA da teologia na América Latina** (Teologia em diálogo). São Paulo: Paulinas, 1981. p. 165-189.

ESTEVES, L. C. GIL; ABRAMOWAY, M.; Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ESTEVES, L. C. GIL; ABRAMOWAY, M.; ANDRADE, E. R. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. P. 19-54. 342 p. (Coleção Educação para todos; 27). Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>> acesso em 03 mar 2013.

FERNANDES, A. S. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva**. **Revista Antíteses**. Londrina-PR. Universidade Estadual de Londrina – UEL. Vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, p. 831-856. ISSN: 1984-3356. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>> acesso em 24 jun. 2013.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, S. R. A. **Juventude nas igrejas e fora delas: crenças, percepções da política e (des) vinculações** TOMO São Cristóvão-SE N° 14 jan./jun. 2009. Disponível em: <[www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=31065](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=31065)> acesso em: 03 jan. 2013.

FISCHER, R. M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. 1996. 297 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1996. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10281/000188015.pdf?sequence=1>> acesso em 03 jan. 2013.

FOUCAULT, M. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. (3ª reimpressão) São Paulo: Forense Universitária, 2008.

GREGOLIN, M. do R. A mídia e a espetacularização da cultura. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-17.

\_\_\_\_\_. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas. In: SARGENTINI, V. e NAVARRO-BARBOSA, P. M. **Foucault e os domínios da linguagem**. São Paulo: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos**. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. **No diagrama da AD Brasileira: heterotopias de Michel Foucault**. 2010. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/proling/pdf/minicurso/texto1\\_rosario\\_gregolin.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/pdf/minicurso/texto1_rosario_gregolin.pdf)> acesso em 03 jan. 2013.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

\_\_\_\_\_. Movimento estudantil: a revolta mundial da juventude e o Brasil. Revista: **Teoria e debate**, especial 1968. Maio, 2008. Revista da Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008. Disponível em: <[http://www.fpabramo.org.br/uploads/Especial68-Revolta\\_e\\_juventude.pdf](http://www.fpabramo.org.br/uploads/Especial68-Revolta_e_juventude.pdf)> acesso em 09 mar. 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

IGREJA Evangélica Congregacional do Brasil. **História**. Disponível em: <<http://www.iecb.org.br/?id=historia>> acesso em 19 dez. 2012.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução: Vera Lucia Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil**. (1916-1985). Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Pinto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 2003.

MARX E ENGELS. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Pietro Nassetti. 2 ed. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2000.

NOVAES, Regina R. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial** – Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007. Disponível em <http://portalyah.com/facj/files/2011/09/Juventude-e-Sociedade-Regina-Novae.pdf>. Acesso em 9 de agosto de 2013.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 2 ed. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas-SP: Pontes, 2006.

PAULA L. de; STAFUZZA, G. B. **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil**: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia-MG: EDUFU, 2010.

PAULI, E. História da Filosofia Moderna. UFSC. In: **Enciclopédia Simpozio**: micro história da Filosofia. Cap. 15. Filosofia do século das luzes, 3ª fase, do 1-o Período moderno, séc. dezoito. 2216y605. Fundação Cultural Simpozio. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1997. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/novo/2216y605.htm>> acesso em 19 dez. 2012.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **O discurso – estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 4 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

REFULIA, R. **Jovens na arena política**: participação dos jovens nos Movimentos Políticos. LEMAD-USP - Laboratório de Ensino e Material Didático. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/node/282>> acesso em 19 dez. 2012.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (org.) **Cultura e subjetividade**. Saberes Nômades. Papirus, Campinas 1997. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Toxicoidentid.pdf>> acesso em 10 ab. 2013.

SILVA, L. R. **Pastoral da Juventude**: um jeito de ser e fazer. São Paulo: CCJ- Centro de Capacitação da Juventude, 2009.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SILVA, V. G. da. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. In: **Revista USP**, São Paulo, n.67, p. 150-175, setembro/novembro 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/11-silva.pdf>> acesso em: 07 ab. 2012.

SOFIATI, F. M. A Juventude da Teologia da Libertação. **Dossiê juventude e religião. Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 26, p. 333-356, abr./jun. 2012b - ISSN: 2175-5841DOI – 10.5752/P.2175-5841.2012. v. 10, n. 26. Disponível em: <[http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/p.2175-5841.2012v10n\\_26p333/3964](http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/p.2175-5841.2012v10n_26p333/3964)> acesso em 19 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Juventude Católica: o novo discurso da Teologia da Libertação**. São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2012.

\_\_\_\_\_. Os jovens carismáticos. Dossiê: Juventude & Sociedade. In: VIANA, N. & SOFIATI, F. (Orgs.). **Revista Espaço Acadêmico**, UEM. Maringá-PR. nº 129, fev. 2012, mensal, ano XI. p. 47-55. Maringá-PR. 2012c. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15755/8636>> acesso em 02 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) 2004. 188 f. UFSCAR. São Carlos-SP: 2004. Disponível em: <[http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeS\\_implicado/tde\\_arquivos/6/TDE-2004-11-17T09:18:27Z-232/Publico/DissFMS.pdf](http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeS_implicado/tde_arquivos/6/TDE-2004-11-17T09:18:27Z-232/Publico/DissFMS.pdf)> acesso em 07 nov. 2012.

SOUTO, C.A.T. **Nietzsche e Foucault: da morte de deus à morte do homem**. ISSN 1984-3879, SABERES, Natal – RN, v. 1, n.6, fev. 2011. P. 129-141. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes/index>> acesso em 20 jun. 2013.

VATICANO II. Constituição Dogmática Dei Verbum – sobre a Revelação Divina. In: **Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 1967.

VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

\_\_\_\_\_. **1968: o que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Figura 1. Doc. 44 “Pastoral da Juventude no Brasil” (CNBB, 1986). Disponível em: <<http://www.skoob.com.br/livro/57390-pastoral-da-juventude-no-brasil>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

Figura 2. Doc. 85 “Evangelificação da juventude: desafios e perspectivas pastorais” (CNBB, 2007). Disponível em: <<http://www.paulinas.org.br/loja>> Acesso em: 03 jan. 2013.

## APÊNDICE A

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Pastoral da Juventude no Brasil** – doc. 44. Paulinas: São Paulo-SP, 1986. Coleção Estudos.

O documento 44 (coleção estudos) – Pastoral da Juventude no Brasil - é uma publicação da CNBB que “Propõe orientações e procura respeitar a realidade diversificada das regiões do Brasil” (CNBB, 1986, p. 5).

A	B	C
CONDIÇÃO DO JOVEM	AÇÃO PASTORAL	O QUE MUDA COM OS ENSINAMENTOS DA PJ
<p>Os jovens se encontram na etapa em que se fazem as grandes opções, que decidem o futuro de sua vida. (p. 8)</p> <p>Os jovens são as grandes vítimas de uma estrutura social injusta: “jovem mão-de-obra barata; repressão por parte da sociedade; não-participação do jovem nos processos decisórios da sociedade e da Igreja; [...] avanço do espírito consumista, que tem a juventude como alvo preferido, [...] êxodo rural de jovens, contravalores enaltecidos pelos MCS. (DG, 111 apud CNBB, 1986, p.8)</p> <p>A maior parte dos criminosos [...] são jovens (p.9)</p> <p>Há muitos jovens indígenas, camponeses, mineiros, pescadores e operários que, por sua pobreza, se veem obrigados a trabalhar como adultos. [...] A concentração da terra e dos meios de produção condena um grupo de jovens ao desemprego na cidade ou nos campos. (p.9)</p> <p>Inúmeros jovens cedem ao desespero e entregam-se ao jogo, álcool, drogas e outros vícios. (p.9)</p> <p>“O consumo de anticoncepcionais e a exacerbação do erotismo [...] pervertem o comportamento sexual dos jovens e os indispõem a assumir a responsabilidade pela realização do ideal cristão da família” (DG 23 apud CNBB, 1986, p. 9)</p> <p>Jovens nascidos em ambiente de conforto, apesar de privilegiados por melhor ensino e nível mais alto de vida, por vezes cedem à procura desenfreada de uma</p>	<p>A Igreja “apoiará os jovens, principalmente das bases populares, a tomarem consciência de que são marginalizados por estruturas sociais desagregadoras.” (DG 119 apud CNBB, 1986, p.10);</p> <p>Acompanhar a militância do jovem no próprio meio (p.11); Resgatar esse saber a serviço dos reais interesses das classes populares (.12);</p> <p>Opção pelos jovens empobrecidos (p.13);</p> <p>É necessário formar os jovens de maneira gradual, para a ação sociopolítica e para mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja (DP 1196 apud CNBB, 1986, p.14);</p> <p>A PJ quer oferecer elementos e condições para que os jovens possam conhecer e aderir livre e conscientemente a Jesus Cristo e a seu projeto para se tornarem agentes evangelizadores na Igreja e na Sociedade. A PJ quer descobrir sua identidade e missão à luz da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem.</p> <p><b>Jesus Cristo convida os jovens, através da igreja, a anuncia-lo e a fazê-lo presente no meio da sociedade e dos povos, e a confrontarem permanentemente os acontecimentos e as estruturas sociais com o Reino anunciado e implantado na História pelo mistério da sua vida, morte e ressurreição. (p.17)</b></p>	<p>Os jovens são, pois, convocados a desenvolver um amor pessoal e comunitário cada vez maior e Jesus Cristo, consagrando a própria vida à construção do Reino de Deus. (p.17);</p> <p>Unidos em torno de seus Pastores, e abertos às suas orientações, os cristãos se tornam sinal da unidade de todos os homens. (p.17);</p> <p>Os jovens descobrem em Jesus Cristo a imagem do homem novo (Cl 3,10) à qual fomos configurados pelo Batismo e pela Confirmação. (CNBB, 1986, P.19);</p> <p><b>A juventude, animada pelo Espírito de Jesus, reafirma que o projeto histórico da nova sociedade exige: primazia do transcendente; Primazia da vida e da pessoa sobre qualquer poder ou riqueza; da ética sobre a técnica; do trabalho sobre o capital; do comunitário sobre o particular. (p. 20);</b></p> <p>A juventude cristã, fiel a Jesus Cristo, diz: não ao egoísmo, à injustiça, e à violência; [...] não à corrida armamentista que gera desconfiança e mais violência e morte, bem como provoca uma psicose que privilegia a “defesa” em vez do desenvolvimento das pessoas e comunidades que pretende defender; não à manipulação ideológica difundida pelos meios de comunicação social que promovem nas famílias inúmeros contravalores na</p>

ascensão social individualista [...] passam para a droga, a promiscuidade e o alcoolismo, ou refugiam-se também em grupos esotéricos ou de ideologias manipuladoras. (p.10)

Há uma massa impressionante de jovens, desfigurados e violentados em sua dignidade, que clama à consciência de todos e exige conversão radical de corações e estruturas. (p.10)

jovens como agentes importantes na transformação da sociedade e renovação da igreja. (p.10)

Os adolescentes e jovens que, cercados por uma sociedade de conflitos, exigem o anúncio de Jesus Cristo vivo e ressuscitado, companheiro e solidário, que os interpela permanentemente. (p.23)

Os Meios de Comunicação modernos [...] são utilizados [...] para infiltrar nos jovens ideologias e práticas anticomunitárias. (p.26)

Há jovens com diferentes níveis de consciência e prática. (p.31)

A igreja tem consciência de que nenhum setor da humanidade deseja tão ardentemente a paz quanto os jovens empobrecidos e aqueles que são solidários com sua causa. Estes esforços se tornam tanto mais efetivos quanto mais alicerçados na pessoa e no Projeto de Jesus. (p.39)

A Igreja conhece na juventude uma grande força evangelizadora, e sabe que não poderá prescindir da imensa multidão de jovens sensíveis aos valores do Reino. A Igreja quer convocar e acolher os jovens, pois ela mesma precisa sentir-se jovem para apresentar-se ao mundo como sinal de libertação integral, esperança e alegria. (p.18)

O Episcopado Brasileiro convoca os jovens a testemunhar o valor que eles próprios têm, e a lutar em favor de outros jovens cuja dignidade esteja ameaçada. (p.19);

Ajudar o jovem a transformar-se em “Homem Novo” por meio de uma autêntica vivência do Evangelho. Impulsionar o jovem a que, na medida em que se evangeliza, evangelize e transforme seu meio específico de acordo com os valores cristãos. (p.22)

A PJ exerce o papel fundamental de: “Fomentar nos jovens senso crítico e capacidade de analisar a realidade cultural e social do mundo onde vivem.” Formar os jovens na Doutrina Social da Igreja e nas ciências humanas para transformar as estruturas. (p.25); Ajudar o jovem a integrar sua dimensão de fé com o compromisso sociopolítico. (p.26); Levar o jovem a conhecer o Marxismo, o Capitalismo Liberal, a doutrina da Segurança Nacional, para que possa dar respostas adequadas a estas ideologias a partir do Humanismo Cristão” (p.26) e “discernir, nos sinais dos tempos os que são enganadores e ilusórios”. (p.26)

A PJ precisa “trabalhar, ao mesmo tempo pela conversão dos corações e pela melhoria das estruturas.” (p.26)

É necessário formar o senso crítico da juventude [...] o senso crítico deveria ser uma preocupação da pastoral de juventude. (p.26)

Formação moral dos jovens, formação pessoal, social e política, fundamentada nos valores do Reino. (p.26)

linha do ter e do prazer; não aos desvios que geram: crise de valores, corrupção pública e privada, ganância de lucro desmedido e venalidades, fuga de capitais e de profissionais altamente especializados, carência de sentido social, de justiça e solidariedade. (p.20-21);

O compromisso com a Verdade de Jesus Cristo deve conduzir os jovens a uma fidelidade à Igreja e ao Homem. Jesus, a Igreja e o Homem são inseparáveis. (p.24)

É necessário que a presença cristã não se contente em representar-se politicamente pelo voto, mas assuma o compromisso profético-transformador. (p.35)

(...). Este aprofundamento leva a um sadio pluralismo de opções partidárias que, enriquecendo o debate e a convivência, evita um fanatismo partidário sem a dimensão da relatividade de qualquer instrumento histórico. O que une os jovens da Pastoral da Juventude é o projeto do Evangelho e não um projeto político exclusivo, por melhor que seja. (p.35)

A fé autêntica, vivida e celebrada, impede que as opções políticas se fechem a um questionamento, tornando-se sectárias, autoritárias e manipuladoras. (p.35)

a experiência de Deus em Cristo exprime-se menos por devoções do que pelo compromisso concreto de libertação do homem por uma comunhão fraterna entre as pessoas. (p.39)

**O jovem descobre, [...], que Jesus Cristo [...] viveu situado na sociedade de seu tempo. Seu projeto de vida foi corajosa tomada de posição na defesa de valores que conflitavam com os critérios sociopolítico-**

Deve-se organizar um processo de formação diferenciada. O que importa é dar os passos pedagógicos necessários para levar o jovem a um compromisso com Jesus Cristo e com o homem sofrido de hoje. (p.31)

A Pastoral deve respeitar e promover a autonomia dos partidos políticos, sindicatos, movimentos populares e outros. Ela por sua vez não pode abandonar seu papel específico de evangelização para ser apenas base política para pessoas ou grupos. A militância política portanto deve ter em conta a especificidade da Pastoral. (p.35)

A Pastoral da Juventude deve auxiliar os jovens e assessores a aprofundar os projetos políticos e os princípios cristãos que vão nortear opções concretas. (p.35)

A PJ deve buscar uma pedagogia que responda à necessidade de se criar um espaço próprio para os jovens empobrecidos, dentro de uma Pastoral Orgânica da Juventude.

Levar o jovem a perceber que sua recusa a uma espiritualidade cristã frequentemente resulta da falsa compreensão da mesma. O que ele rejeita é uma espiritualidade incompleta, desencarnada e descomprometida com a realidade. (p.39)

Incentivar o engajamento dos jovens nos meios Específicos da Sociedade e nos seus Organismos intermediários (sindicatos, movimentos populares, associações de bairro, partidos políticos, movimento estudantil, grêmios estudantis) para que sejam fermento evangélico de transformação. (p.46)

#### **religiosos da época. (p.41)**

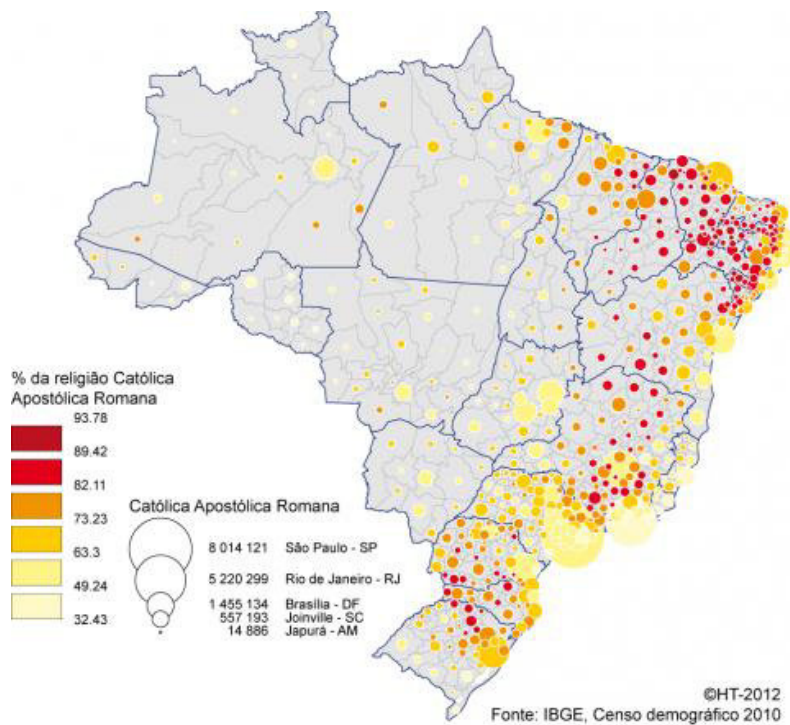
Características do jovem militante é a vivência dos valores do Reino, tais como a disponibilidade para o serviço, a liberdade, a esperança profética, o amor transformador, o perdão libertador, de tal modo que sua presença e testemunho se tornem “alegre mensagem de salvação ao mundo, muitas vezes, triste, oprimido e desesperançado, em busca de sua libertação” (DP 1205 apud p. 42)

Na espiritualidade, sólida e cristocêntrica, o jovem encontra sempre renovadas forças, motivação e inspiração para sua generosa e tantas vezes difícil tarefa de lutar, segundo o plano de Deus, por “novos céus e novas terras” (Ap. 21, 1 apud p.43)

A juventude será força renovadora da Igreja e da sociedade na medida em que se integrar com outros setores, mesmo não-eclesiais, que visem promover os valores do Reino de Deus.

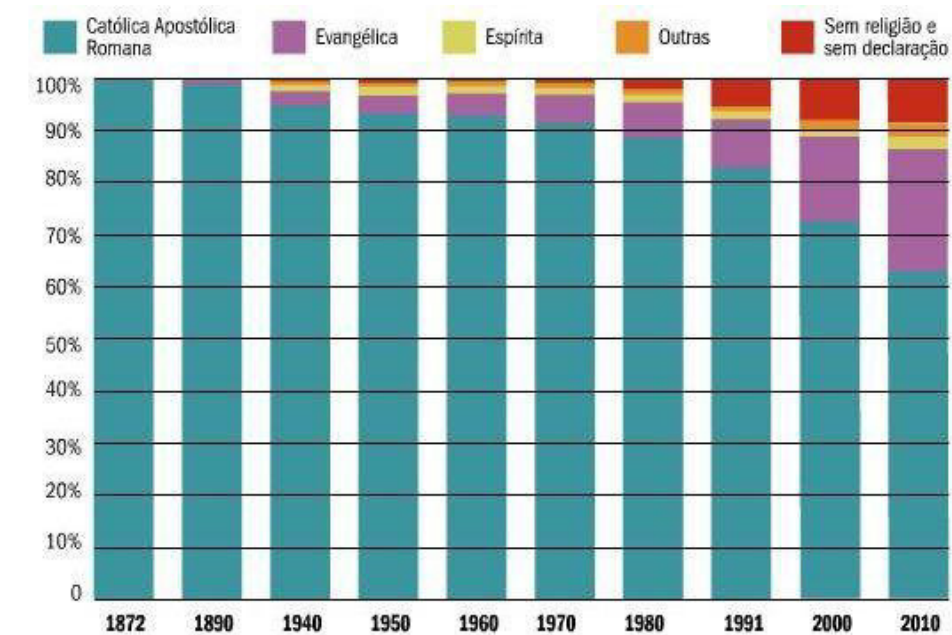
## ANEXO A

Mapa 1: % da religião Católica Apostólica Romana por região do Brasil.



## ANEXO B

Gráfico 1: Redução do Catolicismo no Brasil desde 1872.



Fonte: Directorio Geral de estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890, e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991